

Cláudia Alexandra de Almeida Nunes

TURISMO ACESSÍVEL:

O Caso da Lousã



"Não devemos ter medo dos confrontos... até os planetas se chocam e do caos nascem as estrelas" (Charles Chaplin)

**Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra
2011**

Cláudia Alexandra de Almeida Nunes

TURISMO ACESSÍVEL:

O Caso da Lousã

**Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento,
especialidade em Turismo Acessível, apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor
Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás.**

Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra

2011

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação de Mestrado traduz-se por ser um objectivo académico e pessoal, que foi possível através de muito trabalho, esforço físico e psicológico, de empenho e de muita dedicação.

Neste sentido, não posso deixar de expressar o meu sincero agradecimento às pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a concretização desta investigação. Assim, as minhas palavras de apreço e gratidão vão para as instituições e personalidades que de várias formas colaboraram nas diversas fases deste trabalho:

Em primeiro, quero agradecer ao Professor Doutor Paulo Carvalho Tomás, orientador da dissertação, pela competência, pelo incentivo, dedicação, total disponibilidade, simpatia e paciência com que sempre me recebeu, pela orientação e partilha de saber e sugestões sempre pertinentes. Acima de tudo, obrigada por me continuar acompanhar nesta minha vida académica.

À Câmara Municipal da Lousã, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Dr. Fernando Carvalho por me permitir total apoio e acesso a documentação relativa ao projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”.

Ao Arquitecto Manuel Louzã Henriques, pela amabilidade e cortesia com que me recebeu, facultando-me material diverso alusivo ao projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”.

À ARCIL, na pessoa da Dr^a. Cristina Silva, por possibilitar a cedência de material bibliográfico e fotográfico e proporcionar a minha presença na Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas.

Ao José Gaspar, pelo seu bom humor, simpatia e disponibilidade constante com que sempre me acolheu, demonstrando ser um grande profissional.

Ao Dr. Pedro Machado, Presidente da Turismo Centro de Portugal, por permitir sem qualquer objecção, a minha frequência nas reuniões de acompanhamento e orientação.

A todos aqueles que se disponibilizaram para responder ao nosso inquérito, na Descida da Lousã em Cadeira de Rodas. Obrigada pela vossa simpatia e sorriso.

Aos meus colegas de trabalho, com os quais partilhei desabafos, e inúmeras horas de *Stress*.

À Anabela, pela paciência e auxílio em traduções.

À Márcia, pela amizade, companheirismo e por todo o apoio prestado no trabalho de campo.

Aos colegas de mestrado, pelo apoio e ânimo que sempre me deram ao longo da minha vida acadêmica.

À Magui, amiga incansável, que sempre me apoiou e me incentivou nesta minha “luta”.

Para terminar, uma palavra muito especial para a minha família, especialmente os meus pais e irmãs, que sempre me incentivaram a nunca desistir.

Ao meu filho Tiago, que é a minha vida, pelas horas roubadas de atenção, brincadeira e mimo. Ao meu marido João, pelo teu amor, pela tua força, pelo teu carinho e pela forma como sempre acreditaste em mim. Vocês, são o meu porto seguro nestas minhas caminhadas.

A todos, uma vez mais, os meus sinceros agradecimentos.

Poema dedicado à deficiência

Deficiente, é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

Louco, é quem não procura ser feliz com o que possui.

Cego, é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só têm olhos para os seus míseros problemas e pequenas dores.

Surdo, é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

Mudo, é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

Paralítico, é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

Diabético, é quem não consegue ser doce.

Anão, é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser **Miserável**, pois "**MISERÁVEIS**" são todos que não conseguem enxergar a grandeza de Deus.

Amizade, é um amor que nunca morre.

Mário Quintana

Resumo

Durante muito tempo, a inclusão das pessoas com deficiência foi vista como um problema isolado, eram a família e as entidades especializadas que tinham que se responsabilizar pelos seus cuidados. Entretanto, foram surgindo instituições e grupos que com a preocupação de integrar essas pessoas, começaram a discutir a maneira mais saudável de as integrar.

O Turismo tem assumido progressivamente uma postura mais crítica e preocupada, observando-se nos últimos tempos, alterações nas características dos equipamentos e dos serviços turísticos. As pessoas com deficiências, desejam um tratamento igual às demais pessoas nas mais diversas actividades turísticas, nas quais respeitando as capacidades e mobilidades individuais, apenas carecem de algumas adaptações.

A acessibilidade para todos, afecta todas as áreas da sociedade. Os serviços turísticos, enquanto qualidade, são um diferenciador de sucesso muito importante no que toca a vantagens competitivas.

Neste sentido, “a adaptação da oferta do Destino Turístico para receber também as pessoas com incapacidade (idosos, doentes, deficientes, crianças, entre outros) começa hoje a ser considerada em alguns municípios portugueses como uma oportunidade” (FONTES & MONTEIRO, 2008: 68).

O Concelho da Lousã é um dos municípios que se tem destacado em matéria de Turismo Acessível, tendo sido o único a abraçar um Projecto de “Destino de Turismo Acessível”. Deste modo, explicitamos o modo como foi desenvolvido este projecto que começou por dar os seus primeiros passos no Congresso Nacional de Turismo Acessível, a 20 de Abril de 2007, tendo como promotores a Câmara Municipal da Lousã, a Provedoria Municipal, o INR (Instituto Nacional de Reabilitação), a ESEC (Escola Superior de Educação de Coimbra), a DRE – Centro (Direcção Regional de Economia do Centro), a ARCIL (Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã) e a DUECEIRA (Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça). Após este congresso, o Município da Lousã apostou em se tornar no primeiro destino de Turismo Acessível de Portugal, assumindo assim, a primeira candidatura ao POPH – Programa Operacional de Potencial Humano, que tendo sido aprovada, foi apoiada economicamente com fundos comunitários entre 2008 e 2011.

Abstract

For a long time, the inclusion of disabled people has been seen as an isolated problem. It was their families and specialized entities who took care of them. Meanwhile, several institutions and groups started being created, with the aim of integrating these people and also discussing the best way to do it.

Tourism is becoming more critical and worried about the subject and the characteristics of the equipment and tourist services are changing. Disabled wish to be treated the same way as all the other people in all tourist activities, which may just need to be adapted to keep respecting their individual capacities and mobility.

The accessibility for all affects all the areas of society. The quality of the tourist services is very important to make the difference, as far as competitiveness is concerned.

This way, “the adaptation of the offer of the Tourist Destination to welcome also the disabled (aged, sick, disabled, children, among others) is starting to be considered as an opportunity by many Portuguese municipalities” (FONTES & MONTEIRO, 2008: 68).

The municipality of Lousã is one of those which are becoming more visible in what concerns the Accessible Tourism, being the only one to hold the project “Destination of Accessible Tourism”. This way, we explain the way this project has been developed from its beginning, in the National Congress of Accessible Tourism (20th April 2007), having as promoters the Municipality of Lousã, the Municipal Ombudsman Service, the INR (National Institute of Rehabilitation), the ESEC (Escola Superior de Educação de Coimbra), the DRE – Centro (Direcção Regional de Economia do Centro), the ARCIL (Association for the Rehabilitation of Maladjusted Citizens of Lousã) and the DUECEIRA (Association for the Development of the Ceira and Dueça). After this Congress, the Municipality of Lousã chose to become the first destination of Accessible Tourism in Portugal, thus assuming the first application to the POPH – Operational Program of Human Potential, which was approved and economically supported by European funds between 2008 and 2011.

Lista de Siglas e Abreviaturas:

AVDs	Actividades de Vida Diária
ADXISTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
AMPID	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência
APPTA	Associação Portuguesa de Turismo Acessível
ARCIL	Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã
ARH	Administração da Região Hidrográfica
AVAPE	Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCPT	Comité Coordenador para a Promoção da Acessibilidade da Holanda
CESE	Comité Económico e Social Europeu
CFL	Caminhos de Ferro do Luxemburgo
CNAD	Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores
DG	Diário do Governo
ECA	<i>European Concept for Accessibility</i>
ENAT	<i>European Network for Accessibility</i> (Rede Europeia de Turismo Acessível)
EUCAN	<i>European Concept for Accessibility Network</i>
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
INE	Instituto Nacional de Estatística
INR	Instituto Nacional de Reabilitação
IPM	Instituto Português dos Museus
ISF	Factores Interdependentes de Sucesso
ITP	Instituto Turismo de Portugal
LDTA	Lousã Destino de Turismo Acessível
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGS	Organizações Não-Governamentais (sem fins lucrativos)
ONU	Organização das Nações Unidas
OSSATE	<i>One-Stop-Shop for Accessible Tourism in Europe</i>
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POVT	Programa Operacional Temático Valorização do Território
PSIAT	Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade para Todos
SIAU	Soluções Integradas de Arquitectura e Urbanismo
SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
TGB	<i>Toegankelijkheidsbureau</i> (Entidade responsável pelo Tur. Acessível - Flandres)
WHO	<i>World Health Organization</i>
ZEP	Zona Especial de Protecção

1. Introdução

Esta dissertação tem como propósito revelar de que maneira o Turismo Acessível tem vindo a evoluir ao longo dos tempos, demonstrando de forma explícita de como essa evolução tem contribuído para o desenvolvimento a nível internacional, nacional e local.

Hoje em dia, já existe uma progressiva tomada de consciência nas dimensões associadas ao Turismo Acessível, tenta-se envolver a maior parte possível da população nas actividades consideradas genericamente de Turismo e ou de Lazer. As pessoas com deficiências, desejam um tratamento igual às demais pessoas nas mais diversas actividades turísticas, nas quais respeitando as capacidades e mobilidades individuais, apenas carecem de algumas adaptações. Neste sentido, o Turismo Acessível compromete assim a oferta de soluções e respostas, conjuntas ao nível do território, pressupondo o envolvimento das várias entidades, do sector público, privado e associativo de diferentes áreas de actividade e não somente a exclusividade do Turismo.

A acessibilidade para todos, afecta todas as áreas da sociedade. Os serviços turísticos, enquanto qualidade, são um diferenciador de sucesso muito importante no que toca a vantagens competitivas, pelo que é muito importante promover um estudo aprofundado das necessidades deste público com necessidades especiais, para posteriormente se poder dar respostas positivas às suas necessidades.

A matriz empírica da nossa investigação está centrada no projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, no sentido de analisar todo o processo desde a sua síntese, passando pelos métodos e actividades realizadas até à sua certificação como Destino de Turismo Acessível.

Em termos de objectivos, a nossa dissertação pretende:

- Sensibilizar os vários públicos para o problema do “Turismo Acessível - Turismo para Todos”.
- Analisar o conceito de Turismo Acessível.
- Reflectir sobre o “estado da arte” (preocupações e iniciativas neste quadro temático) em Portugal.
- Questionar formas de arranjar soluções criativas e diferenciadoras, no âmbito do Turismo Acessível.

– Discutir a importância do poder público nas estratégias locais de requalificação territorial no contexto da acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida e do Turismo Acessível.

– Identificar documentos orientadores (preocupações e referências internacionais) em matéria de pessoas com deficiência e Turismo Acessível.

– Analisar as intervenções realizadas a nível local, no âmbito do projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”.

– Contribuir para uma melhor divulgação desta temática, realçando e privilegiando as pessoas com condições de mobilidade condicionadas.

Para responder aos objectivos acima descritos, recorreremos a uma metodologia composta por várias técnicas:

– Análise documental fundamentada em publicações científicas recentes (dissertações, livros e revistas), em formato papel, em formato digital e com recurso à internet.

– Contactos no terreno com actores regionais e locais, entre entidades públicas, de natureza associativa e privados.

– Inquéritos (por questionário) aos participantes na descida da Lousã em cadeira de rodas.

– Análise de diversos documentos técnicos e de gestão territorial, como por exemplo: Relatório final do Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”; Estudo de Caracterização e Diagnóstico da Deficiência e Incapacidade no Concelho da Lousã (2010); Estudo do Impacto do Turismo Acessível no Mercado de Emprego da Lousã (2010); Estudo das Necessidades de Acesso ao Recreio, Lazer e Turismo das pessoas com incapacidade na Lousã (2010) e o Estudo do Sistema de Transportes de Passageiros do Concelho da Lousã, face às necessidades especiais dos cidadãos com incapacidade (2011).

No que diz respeito à organização do presente trabalho, este está organizado em quatro partes (introdução, enquadramento teórico, estudo de caso e conclusão), que por sua vez é desdobrado em sete capítulos.

O capítulo inicial expõe uma sinopse da temática e dos objectivos operacionais da tese, da metodologia de investigação e respectiva estrutura.

O segundo capítulo, centrado no conceito de Turismo Acessível, percorre opiniões de vários autores, e descreve de forma genérica a abrangência que este conceito abarca.

No terceiro capítulo foram analisadas as preocupações e referências internacionais relacionadas com pessoas com deficiência e Turismo Acessível, sendo apresentado de forma clara e objectiva o que se tem vindo a fazer a nível internacional, nomeadamente as várias Declarações e Convenções Internacionais que foram surgindo ao longo dos anos, e que protegem os portadores de deficiência, ajudando-os a terem um papel importante na sociedade.

O quarto capítulo relata a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida e Turismo Acessível em Portugal, salientando em particular as barreiras arquitectónicas com que estas pessoas são confrontadas no seu dia-a-dia. São descritos ainda, bons exemplos de práticas desenvolvidas pelas administrações locais, utilizando as políticas de Acessibilidade e *Design for All*.

No quinto capítulo, e já com o intento de destacar o projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, são evidenciados vários casos de sucesso no âmbito do conceito europeu de acessibilidade para administrações.

O sexto capítulo apresenta o projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”. Neste capítulo enfatizamos o enquadramento territorial da Lousã e os seus patrimónios natural e cultural, as Soluções Integradas de Arquitectura e Urbanismo, a certificação do Destino de Turismo Acessível e na parte final apresentamos os resultados de um inquérito (por questionário) aos participantes na Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas, que permitiu conhecer as características dos inquiridos, a sua experiência de vida e as dificuldades que têm que ultrapassar no seu dia-a-dia.

O sétimo e último capítulo da dissertação apresentada, as conclusões (uma síntese das principais ideias que consolidam a nossa investigação), e pretende contribuir para suscitar novas reflexões e orientações no campo da acessibilidade, e sensibilizar os vários públicos para o problema do “Turismo Acessível – Turismo para Todos”.

2. O conceito de Turismo Acessível

A acessibilidade não está ligada só a pessoas portadoras de deficiência¹. Contudo, em qualquer altura da vida, a saúde que temos hoje podemos não ter amanhã, e assim, podemo-nos tornar dependentes de ajuda ou de terceiros.

Considera-se acessibilidade como um conjunto de características do ambiente edificado que permitem a sua utilização por todas as pessoas, independentemente das suas aptidões físicas, sensoriais ou intelectuais (SIMÕES, 2000: 147).

Durante muito tempo, a inclusão das pessoas com deficiência foi vista como um problema isolado, era a família e as entidades especializadas que tinham que se responsabilizar pelos seus cuidados. Entretanto, foram surgindo instituições e grupos que com a preocupação de integrar essas pessoas, começaram a discutir a maneira mais saudável de as integrar.

“Para garantir a efectivação do processo de inclusão social, as semelhanças e as diferenças têm de ser compreendidas, se quisermos estabelecer um bom relacionamento com todas as pessoas” (MENDES & PAULA, 2008: 330).

Conciliando os pressupostos da inclusão social e do turismo, não se devem separar os turistas com deficiência dos turistas sem deficiência. “Para que o turismo represente uma parte do desenvolvimento e bem-estar integral das pessoas com deficiência, ele precisa ser realizado no mesmo espaço em que convivem as pessoas sem deficiência” (MENDES & PAULA, 2008: 330). Sendo o mesmo espaço para todos, a acessibilidade também tem que ser garantida igualmente para todos. Deste modo, garante-se o aumento das possibilidades de convívio entre os diversos segmentos da sociedade e das pessoas com deficiência.

A interacção entre todos os seres, implica o reconhecimento de que a hospitalidade é uma vida conjunta a ser vivenciada por todos. BAPTISTA (2002, citado por MENDES & PAULA, 2008: 331), “considera a hospitalidade um modo privilegiado de encontro interpessoal marcado pela atitude de acolhimento em relação ao outro”.

“A tomada de consciência sobre as necessidades específicas das pessoas com deficiência é o início da busca de uma resposta à problemática da inclusão, além de uma troca de mentalidade no agir, porque a acessibilidade é principalmente um problema de

¹ “Deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória que limita a capacidade de exercer uma ou mais actividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente

solidariedade, de se relacionar com o outro, ou seja, de hospitalidade” (AGUIRRE et al, 2003, citado por MENDES & PAULA, 2008: 332).

Quando forem consideradas e analisadas as necessidades específicas do segmento das pessoas com deficiência, então aí poderemos falar num turismo inclusivo e hospitaleiro. Hospitaleiro porque “pressupõe a entrada, a inclusão daquele hóspede (...) em um sistema organizado (...), como modalidade de funcionamento já existente”. (RAYMOND, 1997, citado por GRINOVER, 2005: 31), citado por MENDES & PAULA, 2008: 331).

Neste sentido, é necessário a continuação de um estudo aprofundado das necessidades deste público com necessidades especiais, para posteriormente se poder dar respostas positivas às suas necessidades.

Hoje em dia, já existe uma progressiva tomada de consciência nas dimensões associadas ao Turismo Acessível para todos, tenta-se envolver a maior parte possível da população nas actividades consideradas genericamente de Turismo e ou de Lazer.

O Turismo surge como potencial motivador da inclusão social, visando a ampliação da participação de todos na actividade turística. Segundo REJOWSKI (1998: 16, citado por MENDES & PAULA, 2008: 334), o turismo pode ser definido como um “conjunto de relações e fenómenos resultantes do deslocamento e da permanência de pessoas em localidades diferentes daquelas nas quais residem ou trabalham”.

O Turismo tem assumido progressivamente uma postura mais crítica e preocupada, observando-se nos últimos tempos, a alterações nas características dos equipamentos e dos serviços turísticos. As pessoas com deficiências, desejam um tratamento igual às demais pessoas nas mais diversas actividades turísticas, nas quais respeitando as capacidades e mobilidades individuais, apenas carecem de algumas adaptações.

Para MULLER (2003: 68, citado por MENDES & PAULA, 2008: 334), o “turismo deve, além de se tornar mais eficiente e melhorar a sua qualidade, ser mais autêntico e mais humano”. Deste modo, irá possibilitar as pessoas com deficiência, em contacto com outros ambientes, compreender melhor aquilo que deseja e necessita, aumentando e melhorando a sua qualidade de vida e maior participação na sociedade.

Segundo AGUIRRE et al. (2003, citado por MENDES & PAULA, 2008: 335), “a plena acessibilidade ao meio físico é uma das condições necessárias para a equiparação de oportunidades em toda a comunidade que se propõe a desenvolver a qualidade de vida e o acesso ao turismo”.

O Turismo Acessível “reconhece que qualquer pessoa deve poder usar os equipamentos e serviços turísticos e que é necessário proporcionar uma oferta de serviços e actividades orientada para os gostos e preferências de pessoas que tenham um conjunto de limitações a que podem corresponder necessidades e exigências diferentes de outros segmentos da procura” (DEVILE, 2009: 39).

Segundo a APTTA² o conceito de Turismo Acessível “abrange todas as propostas de turismo que permitem o acesso fácil e autónomo de todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade condicionada, aos produtos, bens e serviços característicos do turismo, como o alojamento, a alimentação, a informação, o transporte, usufruto de serviços nos monumentos, equipamentos e espaços urbanos, meio edificado, rural ou natural”.

Para a AVAPE³, o “conjunto de cinco elementos: atractivo, infra-estrutura, serviços, comunidade e turista - cria um ambiente a que designamos por atmosfera do turismo. Cada um exerce um papel fundamental para a actividade turística se desenvolver com equilíbrio, gerando benefícios económicos e sociais, e a ausência de um destes elementos, prejudica o desempenho do outro”. Estando estes cinco elementos em consonância, podemos afirmar que temos um turismo de qualidade.

No que diz respeito ao consumidor de turismo, o conceito de qualidade pode ser resumido numa palavra, satisfação. Assim, se o cliente estiver satisfeito com a prestação do serviço, poder-se-á dizer que o produto possui qualidade.

Para TRINDADE (2004: 75, citado por MENDES & PAULA, 2008: 335), como vantagens para o turismo, este segmento de clientes revela preferência na época baixa, uma boa fidelidade e razoável efeito multidisciplinar, pois um turista com deficiência dificilmente viaja sozinho. Tornando-se assim, numa mais-valia no combate à sazonalidade.

No que se refere ao turismo ofertado ao cliente com deficiência ou com mobilidade reduzida, alguns dos componentes podem carecer de adaptações para cumprirem os seus papéis, como já foi referido anteriormente. Para isto acontecer, tem que haver investimentos, próprios ou de origem pública, para adequá-los e formatá-los a uma condição de permitir o seu consumo. Desta forma, o Turismo Acessível de qualidade dependerá da mobilização e de investimentos concretos por parte dos actores

² APTTA - Associação Portuguesa de Turismo Acessível.

³ AVAPE - Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Brasil). [http://www.redeturis.org/documentos/turismo_acessivel_volumeI.pdf]

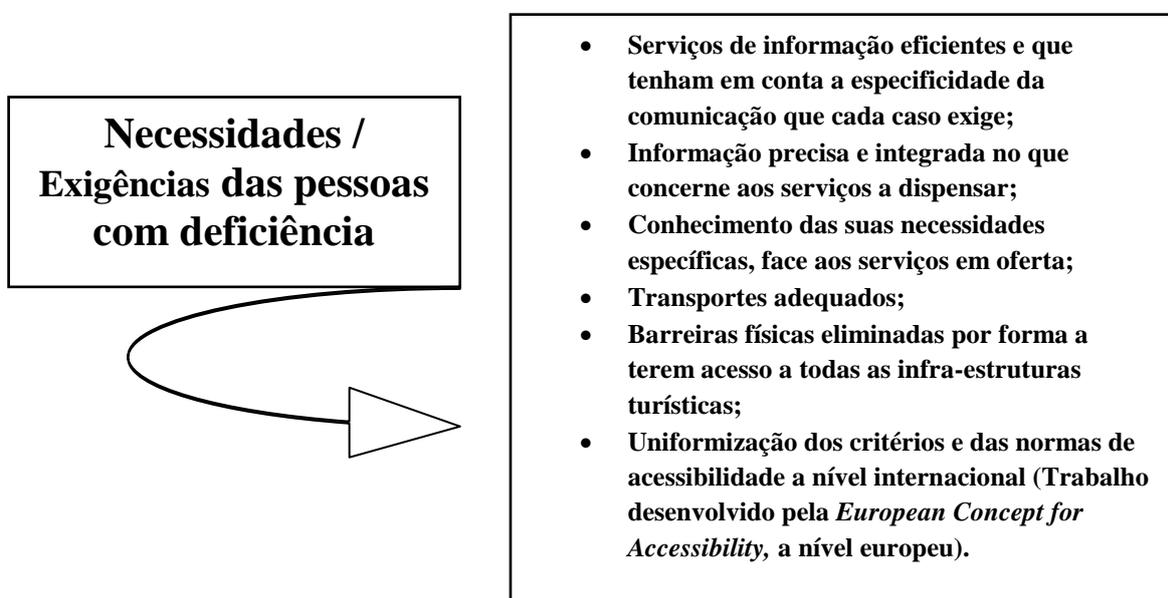
actuantes no turismo nos destinos, cabendo aos gestores públicos locais, a responsabilidade de articular e estimular estas acções.

Segundo DARCY (1996, citado por DEVILE, 2009: 40), do ponto de vista da oferta, Turismo Acessível define-se como “um conjunto de serviços e infra-estruturas capazes de permitir às pessoas com necessidades especiais apreciar as suas férias e tempos de lazer sem barreiras ou problemas particulares”.

O Turismo Acessível compromete assim a oferta de soluções e respostas, conjuntas ao nível do território, pressupondo o envolvimento das várias entidades, do sector público, privado e associativo de diferentes áreas de actividade e não somente a exclusividade do Turismo.

Ao conceito de Turismo Acessível podem ser associadas outras terminologias, são elas: Turismo para pessoas com necessidades especiais, Turismo para Todos, Turismo livre de barreiras e Turismo Acessível para Todos.

Segundo o INR (2007), os turistas com deficiência têm sempre, e em todas as circunstâncias, a necessidade de informação relativa aos serviços em oferta e às condições de acessibilidade, visto que estas, abarcam um conjunto muito diverso que vai desde as ajudas técnicas ao acesso dos edifícios (figura 1).



Fonte: Elaboração própria com base em INR (2007).

Figura 1. Necessidades / Exigências das pessoas com deficiência

Segundo um parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Para um turismo acessível a todas as pessoas e socialmente sustentável», realizado na 403.^a Reunião Plenária de 29 e 30 de Outubro de 2003, é referido no ponto 5.7, “a supressão ou atenuação destas barreiras que limitam a prática do turismo por parte das pessoas com deficiência é uma exigência não apenas da igualdade de direitos e oportunidades e da não discriminação que vigoram no quadro da União Europeia e nos seus Estados-Membros...”

A definição adoptada pela Organização Mundial do Turismo (2005), considera todas as pessoas, face ao contexto onde se encontram inseridas, uma limitação ao nível da sua capacidade relacional apresentando necessidades especiais durante a viagem, no alojamento e ao nível de outros serviços turísticos.

Segundo os autores PEIXOTO e NEWMAN (2009: 147), “Turismo Acessível para todos” significa “fazer viagens e destinos, produtos de informação turística apropriados para todos aqueles que têm necessidades especiais ao nível da acessibilidade, os seus familiares e amigos sem nenhum sector ou grupo seja discriminado devendo constituir uma realidade acessível em alojamento, transporte...”.

A acessibilidade para todos, afecta todas as áreas da sociedade. Os serviços turísticos, enquanto qualidade, são um diferenciador de sucesso muito importante no que toca a vantagens competitivas.

Segundo a WHO⁴ (2007, citado por DEVILE, GARCIA & CARVALHO, s/d: 5), “em 2020 haverá 1,2 mil milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade sendo este fenómeno mais acentuado nos principais mercados emissores”. Isto deve-se ao facto da “promoção de igualdade no acesso ao emprego e outras políticas de integração, levar a um aumento significativo de pessoas com mobilidade reduzida detentoras de condições económicas para viajar”.

Foram realizados alguns estudos no contexto do turismo para pessoas com mobilidade reduzida (quadro 1).

⁴ WHO – World Health Organization.

Quadro 1. Estudos realizados no âmbito do Turismo para pessoas com Mobilidade Reduzida

Autor	Data	Estudo realizado
Smith	1987	Classificou as barreiras que afectam especificamente os indivíduos com deficiências em 3 grupos distintos: intrínsecas, ambientais e interactivas. Concluiu que a combinação das barreiras em conjunto, podem não só inibir a participação, como afectar o grau de satisfação.
Cavinato e Cuckovich	1992	Foram analisadas as barreiras ao nível do transporte, sobressaindo a necessidade de pôr em prática medidas e políticas para aperfeiçoar a mobilidade da viagem. Propuseram que os serviços, devem ir além daquilo que é exigido por lei para satisfazer as necessidades das pessoas com mobilidade reduzida.
Abeyraine	1995	Estudou a política de transporte aéreo, concentrando-se nas medidas legais adoptadas para facilitar a viagem por pessoas com deficiência. Após este estudo, foram posteriormente propostas 76 linhas orientadoras aos serviços aéreos como reservas de voo, transporte de aeroporto e facilidades a bordo.
Turco, Stumbo & Garncarz	1998	A investigação foi conduzida usando entrevistas de focus groups. Os intervenientes identificaram inibidores relacionados com as atracções, recursos de informação, transporte e alojamento. Destacaram a necessidade de acessibilidade dos locais e das facilidades, tarifas reduzidas nas atracções, flexibilidade nos transportes, fiabilidade dos informadores de viagem e cumprimento das regras. Os autores, sugerem que os consumidores com deficiências estão a tornar-se cada vez mais exigentes e conscientes das suas necessidades.
Richter e Richter	1999	Analisaram as tendências de acessibilidade das viagens, e exploraram estratégias para preparar as administrações públicas para responder adequadamente, às questões pertinentes para o turismo.
Burnett e Baker	2001	Estudaram os critérios de decisão dos visitantes com problemas de mobilidade, testando a relação entre a deficiência e a importância atribuída aos seguintes factores pré-determinados: ambiente, acessibilidade, benefícios e actividades. Os autores concluíram que distintos segmentos de mercado, existem dentro da população dos visitantes com deficiência e que as estratégias de marketing turístico, devem ter em conta as diferenças dos grupos em questão.
Israeli	2002	Estudou a acessibilidade dos locais, explicando que os turistas com deficiências usam um método de tomada de decisão diferente dos

		outros turistas quando avaliam um local turístico. Para a maioria dos turistas, existe um certo conflito, em que um nível mais baixo de um atributo pode ser equilibrado por um acréscimo de outro atributo. O autor através deste raciocínio, apresentou um método para identificar e valorizar os atributos dos lugares turísticos utilizando um questionário relativo aos factores de acessibilidade dos locais turísticos. A conclusão deste estudo, sugeriu que a ausência de um factor importante, pode originar uma decisão de não visitar o lugar, independente de outros factores que possam lá existir, assim sendo, devem ser levadas a cabo diligências funcionais e de marketing para aumentar a acessibilidade dos locais e consequentemente promover os melhoramentos.
Ray e Ryder	2003	Conciliaram <i>Focus groups</i> informais com dados de inquérito e concluíram que a informação boca a boca, a internet e os guias de viagem são as mais usadas pelas pessoas com mobilidade reduzida.
Yau, Mckercher e Packer	2004	Constatando que continuava por compreender como é que as pessoas com deficiências se tornam viajantes activos, procurou estudar como é que elas, ao nível físico e visual, vêem as suas opções, ou como é que se adaptam às barreiras ambientais e reúnem estratégias adaptativas que permitem que as pessoas com mobilidade reduzida, ultrapassem as barreiras e se tornem viajantes activos.

Fonte: Elaboração própria com base em DEVILE, GARCIA & CARVALHO (s/d: 3-5).

Estes estudos começaram em 1987, com Smith a classificar as barreiras que afectam especificamente os indivíduos com deficiências em 3 grupos distintos: intrínsecas, ambientais e interactivas. Smith concluiu que a combinação das barreiras em conjunto, podem não só inibir a participação, como afectar o grau de satisfação.

Cinco anos depois, Cavinato e Cuckovich, analisaram as barreiras ao nível do transporte, onde sobressaíram as necessidades para implementar medidas e políticas para aperfeiçoar a mobilidade da viagem. Sugeriram que os serviços, deveriam ir além daquilo que é exigido por lei para satisfazer as necessidades das pessoas com mobilidade reduzida.

Seguidamente, em 1995, Abeyraine estudou a política de transporte aéreo. Focou-se nas medidas legais adoptadas, para facilitar a viagem por pessoas com deficiência. Após este estudo, foram posteriormente propostas 76 linhas orientadoras aos serviços aéreos como reservas de voo, transporte de aeroporto e facilidades a bordo.

Mais tarde, em 1998, Turco, Stumbo & Garncarz conduziram a investigação usando *Focus groups*. Os intervenientes identificaram inibidores relacionados com as atracções, recursos de informação, transporte e alojamento. Destacaram a necessidade de acessibilidade dos locais e das facilidades, tarifas reduzidas nas atracções, flexibilidade nos transportes, fiabilidade dos informadores de viagem e cumprimento das regras. Os autores, sugerem que os consumidores com deficiências estão a tornar-se cada vez mais exigentes e conscientes das suas necessidades.

Em 1999, Richter e Richter analisaram as tendências de acessibilidade das viagens, e exploraram estratégias para preparar as administrações públicas para responder adequadamente às questões pertinentes para o turismo.

Dois anos mais tarde, em 2001, Burnett e Baker estudaram os critérios de decisão dos visitantes com problemas de mobilidade, testaram a relação entre a deficiência e a importância atribuída aos seguintes factores pré-determinados: ambiente, acessibilidade, benefícios e actividades. Concluíram que os distintos segmentos de mercado, existem dentro da população dos visitantes com deficiência e que as estratégias de marketing turístico, devem ter em conta as diferenças dos grupos em questão.

Em 2002, Israeli estudou a acessibilidade dos locais, explicando que os turistas com deficiências usam um método de tomada de decisão diferente dos outros turistas quando avaliam um local turístico. Para a maioria dos turistas, existe um certo conflito, em que um nível mais baixo de um atributo pode ser equilibrado por um acréscimo de outro atributo. O autor através deste raciocínio, apresentou um método para identificar e valorar os atributos dos lugares turísticos utilizando um questionário relativo aos factores de acessibilidade dos locais turísticos. A conclusão deste estudo, sugeriu que a ausência de um factor importante, pode originar uma decisão de não visitar o lugar, independente de outros factores que possam lá existir, assim sendo, devem ser levadas a cabo diligências funcionais e de marketing para aumentar a acessibilidade dos locais e consequentemente promover os melhoramentos.

Ray e Ryder, no ano de 2003, conciliaram *Focus groups* informais com dados de inquérito e concluíram que a informação boca a boca, a internet e os guias de viagem são as mais usadas pelas pessoas com mobilidade reduzida.

Em 2004, Yau, Mckercher e Packer constataram que ainda continuava por compreender como é que as pessoas com deficiências se tornam viajantes activos, deste modo, procuraram estudar como é que estas pessoas ao nível físico e visual,

percepcionam as suas opções, ou como é que se adaptam às barreiras ambientais e reúnem estratégias adaptativas que permitem que as pessoas com mobilidade reduzida, ultrapassem as barreiras e se tornem viajantes activos.

No seguimento destes estudos realizados (SMITH 1987; CAVINATO e CUCKOVICH 1992; ABERAINE 1995; TURCO, STUMBO & GARNCARZ 1998; RICHTER e RICHTER 1999; BURNET e BAKER; ISRAELI 2002; RAY e RAYDER 2003; YAU MCKERCHER e PACKER 2004), podemos verificar que, ao longo dos tempos, se foram desenvolvendo mecanismos para tornar a vida das pessoas com mobilidade reduzida um pouco mais facilitada: desde a preocupação na classificação das barreiras, passando pela política de transporte aéreo e nas acessibilidades nas viagens e dos locais a visitar.

No entanto, o caminho a percorrer ainda é longo.

3. Preocupações e referências internacionais relacionadas com pessoas com deficiência e Turismo Acessível

As preocupações internacionais em matéria de Turismo Acessível têm como referência incontornável o ano de 1980, quando a OMT declarou nas Filipinas, através da Declaração de Manila, a associação do termo “Turismo” ao termo “acessibilidade”.

Segundo a OMT⁵, durante décadas o turismo experimentou continuamente um crescimento e uma diversificação, até se converter num dos sectores económicos que crescem com maior rapidez no mundo. O turismo mundial apresenta uma estreita relação com o desenvolvimento, num crescente número de novos destinos, traduzindo-se “num motor de progresso socio - económico”⁶.

O volume de negócios do Turismo, iguala ou supera as exportações do petróleo, produtos alimentares e automóveis, tornando-se num dos principais actores do comércio internacional, representando uma das principais fontes de entradas de países em desenvolvimento. Este crescimento, deve-se ao aumento da diversificação e da concorrência entre os destinos.

A contribuição do Turismo no bem-estar económico depende da qualidade que este oferece. Como Organismo das Nações Unidas, a OMT, ajuda os destinos a posicionarem-se, de forma sustentável, nos mercados nacionais e internacionais, insistindo em que os países de desenvolvimento possam beneficiar especialmente do Turismo sustentável.

“A menos que as pessoas com deficiência sejam incluídas no centro das preocupações do desenvolvimento, será impossível, reduzir, até 2015, a pobreza para metade ou dar a cada menina ou menino, no mesmo prazo, a oportunidade de aceder à educação primária – objectivos assumidos por mais de 180 Líderes mundiais, em 2000, na cimeira do Milénio, das Nações Unidas”. (JAMES D. WOLFENSOHN, Ex-Presidente do Banco Mundial, citado por ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA de DEFICIENTES: s/d)

Existem a nível mundial mais de 600 milhões de pessoas deficientes: mentais, físicas ou sensoriais. A estas pessoas devem ser reconhecidos igualdade de oportunidades iguais a todos os Seres Humanos. Neste sentido, houve a necessidade de actualizar a “legislação internacional de direitos humanos de forma a reflectir, da

⁵ OMT – Organização Mundial do Turismo.

⁶ (Idem) [<http://unwto.org/es/about/turismo>]

maneira mais correcta, o modelo sociocultural da deficiência. As Nações Unidas consideraram que o instrumento adequado seria uma Convenção legalmente vinculativa”⁷.

No âmbito da ONU⁸, foram aprovadas Declarações e Convenções Internacionais específicas sobre as pessoas com deficiência. No quadro I em anexo, encontra-se um sumário do percurso histórico das preocupações no seio das Nações Unidas.

Desde 1960 que se tem vindo a verificar uma preocupação constante com as pessoas com deficiência. Foram surgindo ao longo dos anos, Declarações e Convenções que protegem os portadores de deficiência, ajudando-os a terem um papel importante na sociedade. A primeira convenção em matéria de discriminação, foi na área do emprego e profissão e no ano de 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Declaração sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, criando assim, uma base de referência comum para o apoio e protecção destes direitos. Após esta protecção, em 1976, foi declarado que o ano de 1981 seria o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, com o lema da plena participação. Neste sentido, em 1992 foi declarado o dia 3 de Dezembro como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Desde então, as várias Declarações das Nações Unidas, culminaram no documento que promove, protege e assegura o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência promovendo o respeito pela sua inerente dignidade “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” (2008). Foi escrito no Artigo 1º da Convenção que “as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual e sensorial, as quais, em interacção com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efectiva na sociedade com as demais pessoas” (INR, 2011).

No ano de 2009, Portugal publicou em Diário da República a ratificação formal da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo opcional.

O *Design* para Todos como um princípio no planeamento e concepção, vem adquirindo com o tempo a atenção crescente nos últimos anos, especialmente na União Europeia. Hoje é indiscutível que a igualdade de participação na sociedade é parte dos direitos civis de cada cidadão. A evolução demográfica e respectivo número crescente de pessoas idosas, tem vindo a chamar a atenção para a necessidade de acessibilidade e utilização dos espaços públicos, a fim de garantir o acesso da população à vida pública.

⁷ Manual “Novos Olhares sobre a Deficiência” Associação Portuguesa de Deficientes.

⁸ ONU – Organização das Nações Unidas.

Com o apoio da UE, foi criada em 2006 a ENAT - *European Network for Accessible Tourism* (Rede Europeia de Turismo Acessível), iniciativa conjunta com base num projecto de nove organizações defensoras em seis Estados-Membros.

Para AMBROSE (2009: 55), director da ENAT, existe a necessidade da União Europeia de adoptar e implementar um Mapa para o Turismo Acessível, uma vez que os serviços de Turismo não são adequados nem consistentes em termos de acessibilidade. A variação das acessibilidades dos acessos ou mesmo a falta destes entre os países, pode ser uma causa de constrangimentos para muitos deficientes motores em particular.

Após várias iniciativas com algum progresso nesta área, é agora indispensável um esforço concertado e substancial, para melhorar a acessibilidade turística. Segundo AMBROSE (2009: 48), esta urgência deve-se a três factores emergentes, a saber:

–“Os destinos turísticos da Europa estão a enfrentar uma crescente competição global em termos de preço e qualidade;

–O envelhecimento da população nos países ocidentais industrializados exige mudanças apropriadas no sector turístico;

– Os direitos das pessoas com incapacidades motoras à igualdade de participação na sociedade estão a ser reforçados a nível mundial”.

Existem nestas últimas décadas muitas pessoas, organizações e empresas Europeias, que têm trabalhado para tornar o turismo mais acessível para as pessoas com deficiências, idosos, famílias com crianças, grávidas e pessoas com doenças crónicas.

O objectivo de alcançar o “Turismo Acessível em toda a Europa” está longe de ser cumprido. Como parte do seu programa, os parceiros da ENAT fizeram uma análise da política europeia para o Turismo Acessível, levando a uma série de recomendações para políticas futuras (AMBROSE, 2009).

O relatório é formado por 4 secções: 1. Objectivos para uma política de Turismo Acessível; 2. Revisão da política e instrumentos para mudança; 3. Necessidades futuras e objectivos; 4. Mapa para desenvolvimento e difusão de boas práticas na Europa.

A primeira parte enfatiza os direitos dos cidadãos e acessos. Em relação aos direitos, o objectivo é fortalecer a política existente relativamente às pessoas com deficiência motora e os direitos de todos os cidadãos, como turistas. Em relação ao acesso, o objectivo é apoiar a implementação de medidas que vão de encontro às necessidades de acesso para pessoas com deficiência motora e outras, disponibilidade de informação e transporte.

Relativamente à coordenação da política do Turismo Acessível a ENAT conclui que os objectivos para o Turismo Acessível devem ser seguidos através de uma abordagem, onde os direitos dos deficientes motores e o acesso no sector turístico sejam tratados em paralelo. Acredita ainda que a política para o turismo acessível na Europa não pode ser feita de forma isolada daqueles que são afectados por ele, devendo permitir a contribuição tanto dos consumidores como dos fornecedores de serviços, uma vez que o turismo deve apoiar a diversidade e riqueza das culturas locais e regionais, através da sustentabilidade, seguindo a máxima “Não deixem o turismo destruir o que os turistas vieram apreciar”.

A segunda parte, inclui a revisão de cerca de duas décadas de história de turismo acessível e iniciativas tomadas a nível transnacional e instrumentos necessários para a mudança.

A terceira parte identifica as necessidades futuras e objectivos para o turismo acessível. Trinta e nove objectivos são apresentados, com base em *workshops*, conferências e análises feitas pela equipa do projecto ENAT e pelos seus membros.

A última parte, dá-nos um plano do que tem que ser feito para atingir os objectivos pretendidos, de forma coerente e objectiva, começando com acções a curto prazo, dentro de uma estratégia a longo prazo.

Estão previstas oito acções para fortalecer a coordenação e planeamento, para consciencializar e moldar a opinião pública e envolver o sector turístico nas acções propostas:

- 1- Política de Alto Nível para o Turismo Acessível;
- 2- Campanha de consciencialização;
- 3- Mobilização de programas de fundos comunitários;
- 4- Marketing do Turismo Acessível Europeu;
- 5- Campanhas a nível nacional;
- 6- Acções de emprego;
- 7- Acções para criar uma base de conhecimento e acções para ofertas de turismo acessível especializado, para visitantes com deficiências motoras;
- 8- Acções lideradas pela ENAT: construindo uma rede de Turismo Acessível para partilhar experiências e reforçar o conhecimento (AMBROSE, 2009).

Como podemos observar neste relatório da ENAT, são várias as estratégias que pretendem ser adoptadas para que o Turismo Acessível seja praticado em mais países com qualidade e em igualdade de direitos.

A UE está atenta ao envelhecimento da população. “Essa preocupação tem expressão na elaboração de políticas sociais específicas, visando favorecer a efectivação dos seus direitos, entre eles o direito aos lazeres e ao turismo, reconhecido como chave na integração social dos pós-activos em Sociedades estruturadas em função do trabalho...” (CAVACO, 2009: 52).

O Turismo adquire uma redobrada importância afirmando um novo sentido para os seus dias: evita a retracção dos contactos sociais, desenvolve novas redes de encontros, relações, solidariedades em particular entre os Seniores com reformas antecipadas. Hoje em dia, os Seniores beneficiam de importantes mudanças sociais que potencializam a sua condição de turistas: maior liberdade e independência de gerações; uma crescente autonomia e menor preocupação com os orçamentos e poupanças da segunda geração, etc. Os Seniores, cada vez mais, pesam nos fluxos turísticos domésticos e internacionais, embora se verifique que as taxas de partida de férias tendem a diminuir com a idade e penalizam os mais velhos.

“Por todo o mundo ocidental, a população Sénior, os velhos, a terceira idade, têm vindo a ganhar peso crescente e com ele, visibilidade económica, política e social” (CAVACO, 2009: 47).

As dimensões do mercado de Turismo Sénior, a médio e longo prazo, são crescentes. No quadro que se segue poderemos ter uma ideia dos números correntes da população com mais de 65 anos e das previsões para 2025 (quadro 2).

Quadro 2. Envelhecimento da população na União Europeia (2005 – 2025)

União Europeia	População > 65 em 2005 (em milhares)		População > 65 em 2025 (em milhares)		Variação (%)
	População	%	População	%	
Letónia	370	16.2	413	20.7	11.6
Estónia	224	16.8	261	22.7	16.5
Itália	11.289	19.4	13.896	24.7	23.1
Grécia	2.007	18.8	2.473	23.2	23.2
Espanha	7.103	17.6	9.003	22.7	26.7
Alemanha	15.577	18.9	19.815	24.6	27.2
Irlanda	636	15.8	811	16.7	27.5
Lituânia	546	15.1	705	21.0	29.1
Portugal	1.802	17.1	2.330	21.6	29.3
Bélgica	1.807	17.4	2.390	22.9	32.3
Hungria	1.507	15.1	2.009	21.3	33.3
Reino Unido	9.536	15.8	12.996	20.4	36.3
Suécia	1.568	17.4	2.158	23.2	37.6
Áustria	1.357	16.6	1.876	22.9	38.2
França	9.962	16.4	13.980	22.2	40.3
Eslovénia	309	15.4	454	23.8	46.9
Dinamarca	817	15.0	1.207	21.2	47.7
Luxemburgo	68	14.5	104	17.7	52.9
República Checa	1.458	14.2	2.253	22.9	54.5
Finlândia	831	15.9	1.290	24.6	55.2
Polónia	5.094	13.2	8.051	21.6	58.0
Holanda	2.313	14.1	3.750	21.4	62.1
Eslováquia	643	11.8	1.056	19.3	64.2
Chipre	89	11.4	155	18.2	74.2
Malta	54	13.5	99	23.5	83.3
Total	76.967		103.535		34.5

Fonte: Elaboração própria com base em OSSATE (2005).

Como podemos observar, os 25 países da União Europeia no ano de 2025 terão um aumento percentual na população idosa, desde os 11.6 % (Letónia) até 83.3 % (Malta). Os países com populações com menor número de idosos em 2025 serão a Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Este aumento terá um impacto significativo nos serviços de saúde e bem-estar que estas pessoas irão requerer, pelo que, é extremamente necessário continuarmos a pensar nas condições de acessibilidade e

programas turísticos que respondam a necessidades objectivas de ocupação do tempo livre das gerações “mais velhas”. O tempo livre ganhará importância económica e peso social, ocupando um lugar novo na vida quotidiana dos cidadãos.

No que diz respeito ao campo da deficiência, o quadro 3 apresenta os números absolutos de pessoas que necessitam de diferentes requisitos de acessibilidade nos 27 países da União Europeia.

Quadro 3. População que necessita de requisitos de acessibilidade em 27 Países Europeus

País	Procura de acessibilidade por país	% Total da População	País	Procura de acessibilidade por país	% Total da População
Polónia **	5,094.0	13.2	Irlanda *	932.6	23.2
Letónia **	370.0	16.2	Espanha	9,489.0	23.5
Eslováquia	956.5	17.6	Itália	13,840.0	23.8
Malta *	74.0	18.6	Noruega *	1,123.0	24.5
Roménia	4,156.8	18.6	Áustria	2,065.6	25.2
Chipre *	151.2	19.4	Grécia *	2,739.9	25.7
Lituânia *	735.5	20.4	Alemanha ***	21,738.3	26.3
Luxemburgo *	103.0	22.0	Dinamarca *	1,531.4	28.2
Hungria *	2,288.1	22.9	República Checa *	2,926.5	28.6
Eslovénia *	585.9	29.1	Suécia	2,736.3	30.4
Bélgica	3,060.0	29.5	Holanda	5,025.9	30.6
Portugal	3,202.6	30.3	Estónia *	426.1	32.0
França	19,688.0	32.6	Reino Unido	20,520.6	34.0
Finlândia *	1,937.1	37.1			

*Inclui dados fidedignos para alguns tipos de deficiências; ** Não existem dados sobre os tipos de deficiências; ***Foram utilizadas as estimativas da Eurostat (2003).

Fonte: Elaboração própria com base em OSSATE (2005).

Segundo o quadro, verificamos que os países com maiores requisitos de acessibilidade são: a Finlândia, o Reino Unido, França, Estónia, Holanda, Suécia e Portugal.

Considerando o facto da maioria dos países Europeus terem uma população variando entre os 20% e 37% com manifestos requisitos de acessibilidade, torna-se óbvio que existe um enorme mercado em expansão para a acessibilidade nos produtos e serviços em todos os países.

4. Pessoas com deficiência, acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida e Turismo Acessível em Portugal

O Turismo, constitui uma das vertentes mais fortes no tecido empresarial e na oferta de emprego.

“As políticas de cada Estado nestas matérias e a portuguesa também, têm de ser concebidas para que o turismo seja uma realidade acessível em custos, em facilidades de alojamento e transporte, mas fundamentalmente acessível em termos físicos (sem barreiras) e em termos de informação e de comunicação” (INR, 2007).

Para TRINDADE, Secretário de Estado do Turismo em 2009-2011, “o Governo considera o Turismo uma actividade prioritária e estratégica para a dinamização da economia portuguesa. Presentemente o Turismo representa 11% do PIB⁹ e emprega mais de 500.000 pessoas, constituindo inquestionavelmente um sector fundamental no combate às assimetrias regionais, pela capacidade de que demonstra para gerar riqueza e criar emprego” (2009: 16).

As férias, “são uma das necessidades fundamentais e oferece oportunidades únicas para a “fuga à vida quotidiana” permitindo o convívio, a cultura e a descoberta de novos mundos” (CNAD, 2007:8). Deste modo, o turismo, tem que ser acessível a todos sem haver discriminações.

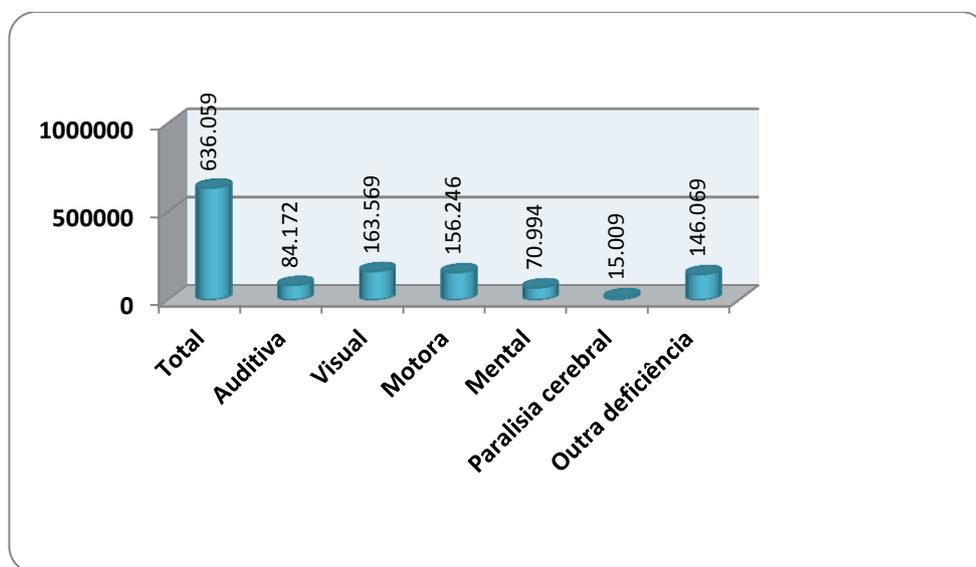
Para o Instituto Português de Museus¹⁰, a “acessibilidade é um caminho para a autonomia de todos que implica não só a possibilidade de aceder aos espaços físicos mas também à informação disponível”. É importante entrar e circular sem dificuldades nos Espaços Museológicos e Palácios para o conhecimento desses mesmos espaços. Como tal, há que identificar e ultrapassar os obstáculos que impossibilitam ou impedem o acesso à informação a muitas pessoas, podendo esses obstáculos serem arquitectónicos, sensoriais, cognitivos, sociais, educacionais e culturais.

Segundo um estudo realizado pelo INE, no dia 12 de Março de 2001, no Recenseamento da População foram apuradas 636.059 pessoas com deficiência “numa população residente de 10.355.824 milhões de indivíduos, ou seja, 6,1% da população residente” (Estudo do Impacto do turismo acessível no mercado de emprego da Lousã, 2010: 28). A explicação avançada para justificar esta diferença prende-se com a forma de inquirição do Censo na medida em que se baseia sobretudo na auto-avaliação dos

⁹ PIB - Produto Interno Bruto.

¹⁰ [<http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/iniciativas/acessibilidades/ContentDetail.aspx?id=1285>].

inquiridos relativamente às diferentes tipologias de deficiência inscritas nos respectivos questionários (GRACE, 2005 citado no Estudo do impacto do turismo acessível no mercado do emprego da Lousã, 2010: 28). A figura 2 permite identificar as principais tipologias de deficiência em Portugal, em 2001.



Fonte: Elaboração própria com base em INE, Recenseamento da População e Habitação 2001.

Figura 2. Pessoas com deficiência em Portugal por tipologia de deficiência, em 2001

Como podemos observar na referida figura, do total de população com deficiência em Portugal / tipologia de deficiência (636.059), registava-se com maior número de pessoas a deficiência visual, concentrando o maior número de pessoas com 26%. Seguidamente portadores de deficiência/incapacidade motora, correspondente a 25%, seguindo-se outras deficiências, com 23%. Com uma ligeira diferença percentual, a deficiência/incapacidade auditiva e mental, com 13% e 11% respectivamente. Por último, a deficiência/incapacidade paralisia cerebral, é a que apresenta menor número, com 2%.

Quadro 4. População residente em Portugal com deficiência, por sexo e tipologia de deficiência, em 2001

Homens	Total	334.879
	Auditiva	43.533
	Visual	77.800
	Motora	88.829
	Mental	38.113
	Paralisia cerebral	8.014
	Outra deficiência	78.590
Mulheres	Total	301.180
	Auditiva	406.39
	Visual	85.769
	Motora	67.417
	Mental	32.881
	Paralisia cerebral	6.995
	Outra deficiência	67.479

Fonte: Elaboração própria com base em INE, Recenseamento da População e Habitação 2001.

De acordo com o quadro 4, verifica-se que a maior parte das pessoas com deficiência recenseadas em 2001 eram do tipo visual e motora, sendo que uma percentagem significativa da população apontou ainda ser portadora de outra deficiência: 78.590 dos homens contra 67.479 das mulheres.

Comparativamente à composição da população em análise, constatou-se que a deficiência atingia sobretudo a população masculina, especialmente entre os que possuíam uma deficiência motora: 88.829 dos homens contra 67.417 das mulheres.

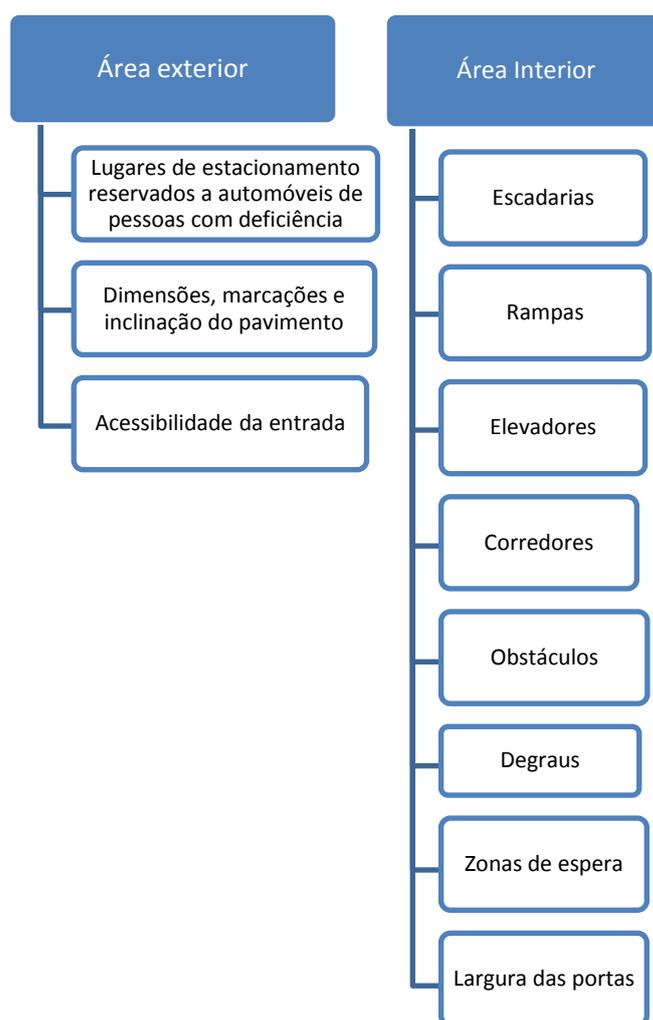
As deficiências mental e paralisia cerebral, eram os tipos de deficiência menos significativos na população aquando os Censos 2001.

Por último, podemos concluir que as diferenças entre os sexos, são bem visíveis pela relação segundo o tipo de deficiência.

Para complementar esta observação, a DECO publicou em Fevereiro de 2011, na revista PROTESTE nº 321, um estudo relacionado com a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida nos edifícios públicos. Este estudo foi realizado nos meses de

Setembro e Outubro de 2010, foram inspeccionados 33 edifícios na “zona” de acesso ao público em 5 cidades: Braga, Coimbra, Lisboa, Porto e Setúbal. Os edifícios inspeccionados foram: 18 das Finanças, 10 da Segurança Social e 5 Lojas do Cidadão. O que foi tido por base deste estudo, foi a Lei Portuguesa e o conceito Europeu de acessibilidade.

Os critérios analisados foram referentes à área exterior e interior dos edifícios (figura 3).



Fonte: Elaboração própria com base em PROTESTE (2011).

Figura 3. Critérios analisados às áreas exterior e interior nos edifícios públicos em Portugal (2011)

Também foi avaliado a existência de informação tátil e acústica.

Esta acção, anonimamente, visitou edifícios utilizados para tratar de “burocracias incontornáveis e cumprir os deveres dos cidadãos plenos” (PROTESTE, 2011: 13).

Segundo a DECO, “para uma pessoa sem constrangimentos de mobilidade, o único revés a enfrentar são as longas filas ou a lentidão do sistema. Já para outras pessoas, quatro ou cinco degraus podem deitar por terra qualquer expectativa. Ainda há um longo caminho a percorrer, e obstáculos a ultrapassar até que as soluções arquitectónicas e urbanísticas permitam o livre acesso a Todos” (PROTESTE, 2011: 13).

Este estudo chegou à conclusão que 23 dos 33 edifícios que foram visitados pela DECO chumbaram na avaliação. No ano de 1997, foi aplicado o Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio, que aprova as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública. No ano de 2006, foi adicionado um novo diploma de regulamentos sobre os edifícios habitacionais permitindo que o prazo de adaptação dos edifícios públicos se prorrogue por mais 10 anos. Como se demonstra, a Lei de 1997 foi ineficiente na aplicação. Foram concedidos no total, 17 anos de adaptação... será que até Fevereiro de 2017 os objectivos serão cumpridos?

Como já se referiu, segundo os Censos de 2001, do INE, cerca de 640 mil portugueses, ou seja, 6,4% da população são portadores de no mínimo, uma deficiência. “Um número subavaliado: estudos demonstram que o método de recolha de dados do Censos deve ser aprofundado e que a média portuguesa deve estar próxima da União Europeia. Aqui, 1 cidadão em cada 10, num universo de cerca de 38 milhões, é portador de uma deficiência. Falta somar 121 milhões de idosos, que beneficiarão também da melhoria das acessibilidades, bem como, mães e pais com carrinhos de bebé, pessoas temporariamente incapacitadas ou afectadas por reumatismo. Todos querem viver sem barreiras e cumprir as suas necessidades e desejos sem grande esforço ou ajuda de terceiros” (PROTESTE, 2011: 13 e 15).

Este estudo serve para tirarmos conclusões relativamente à mobilidade em Portugal. Como é que os edifícios públicos geridos pelo Estado, que deviam dar o exemplo de boas acessibilidades, ficam muito aquém do que deve ser a verdadeira acessibilidade para todos? “Estamos ainda muito longe de uma sociedade sem obstáculos físicos, culturais e comportamentais” (PROTESTE, 2011).

É preciso uma grande vontade política para que estes obstáculos sejam ultrapassados. Maior fiscalização nas acessibilidades dos edifícios, assim como, em tudo o que diz respeito às acessibilidades para as pessoas com mobilidade reduzida.

O Estado devia ser um exemplo para a sociedade. As acessibilidades são uma matéria de cultura cívica, não basta agirmos passivamente a este problema, temos que “lutar” para um mundo melhor e acessível a Todos.

“Não há democracia, sem acessibilidade informativa, cultural, social e económica, por forma a não excluir ninguém, porque ninguém é dispensável” (CUNHA, 1998:16).

Mas nem tudo é negativo. A APPTA – Associação de Turismo Acessível – um acesso Para Todos, surgiu a 18 de Dezembro de 2007. É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos que tem vindo a desenvolver várias acções sociais com a comunidade e agentes na área da sua sede. O seu objectivo “é contribuir para a normalização de padrões de acessibilidade turística em Portugal através da implementação, correcção e melhoramento de infra-estruturas hoteleiras e turísticas, meios de transporte, percursos, itinerários, formas de comunicação e formação de técnicos de turismo acessível para todos” (APPTA).

Em Portugal, tinha emergido um novo termo no associativismo: “Turismo Acessível – um acesso Para Todos”, que pretende a inclusão e a extensão do uso de bens, produtos e serviços turísticos, a todos os indivíduos, independentemente da sua autonomia e mobilidade” (APPTA).

Para o Turismo de Portugal, os produtos estratégicos Turismo de Saúde e Bem-estar e Turismo Residencial, identificados no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), “representam a atenção com que o Governo encara o turismo Acessível, procurando alavancar as respostas do mercado às novas tendências demográficas, em particular ao envelhecimento da população, constituindo produtos atractivos, compatíveis com as características dos seus clientes e atentos às suas necessidades” (TRINDADE, 2009: 17-18).

Vários projectos têm sido impulsionados em Portugal no sentido de promover o Turismo Acessível, evidenciando-se a “Praia Acessível – Praia para Todos”. Este projecto, deu os primeiros passos em 2004 e foi lançado no terreno em 2005, coordenado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação em parceria com o Turismo de Portugal. O seu objectivo primordial visava tornar acessíveis as praias nacionais, marítimas e fluviais, às pessoas com mobilidade condicionada, incentivando a aplicação

do Decreto-Lei nº163/06, de 8 de Agosto. As prioridades eram: “qualificar o acesso à praia, o estacionamento, as passadeiras e as rampas, as instalações sanitárias e os postos de primeiros socorros” (TRINDADE, 2009: 17) e ainda a disponibilização de cadeiras de rodas anfíbias. Por outras palavras, os critérios para que uma praia tenha o galardão de Praia Acessível, são ter fácil acesso pedonal e estacionamento ordenado e reservado; garantir o acesso de nível do areal / zona balnear através de rampas; implantar passadeiras até à zona de toldos e outros equipamentos e o mais próximo da água possível; disponibilizar instalações sanitárias adaptadas e situadas em local de fácil acesso; garantir o acesso ao serviço de primeiros socorros e garantir a presença de nadadores salvadores com formação específica (quadro 7).

A primeira bandeira Praia Acessível, foi hasteada no ano de 2007, facultando assim o acesso ao mar em igualdade de circunstâncias, tanto aos cidadãos portugueses como estrangeiros. Este projecto “Praia Acessível – Praia para Todos” actualmente, abarca em Portugal Continental e Ilhas 181 praias marítimas e fluviais.

O crescimento do número de praias tem vindo a aumentar de ano para ano, como podemos verificar no quadro seguinte (quadro 5):

Quadro 5. Projecto “Praia Acessível – Praia para Todos”: praias acessíveis em 2005-2011

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal Continental	48	75	90	109	139	142	159
Açores	1	2	5	9	7	9	14
Madeira					6	7	8
Total geral	49	77	95	118	152	158	181

Fonte: Elaboração própria com base em ARH¹¹ (2011).

Dentro das Praias Acessíveis classificadas, 158 em (2010) e 181 em (2011), apenas 86 em (2010) e 95 em (2011) teriam equipamento de acesso à água (quadro 6).

¹¹ ARH – Administração da Região Hidrográfica do Centro I.P.

Quadro 6. Projecto “Praia Acessível – Praia para Todos”: praias com equipamento de acesso à água (cadeira de rodas anfíbia) em 2010-2011

Localização Geográfica	2010	2011
Norte	15	16
Centro	13	13
Tejo	19	19
Alentejo	8	8
Algarve	24	24
Açores	5	10
Madeira	5	5
Total Geral	86	95

Fonte: Elaboração própria com base em ARH do Centro (2011).

O que podemos concluir com estes dados, é que apesar das praias possuírem o Galardão de Praia Acessível, nem todas têm as condições necessárias para uma pessoa com mobilidade condicionada. Poder ir ao mar ou ao rio, é um acto que lhe é automaticamente impossibilitado devido à falta da cadeira de rodas anfíbia.

Quadro 7. Critérios para que uma praia tenha o galardão de Praia Acessível

Ter fácil acesso pedonal e estacionamento ordenado e reservado;
Garantir o acesso de nível ao areal / zona balnear através de rampas;
Implantar passadeiras até à zona de toldos e outros equipamentos e o mais próximo da água possível;
Disponibilizar instalações sanitárias adaptadas e situadas em local de fácil acesso;
Garantir o acesso ao serviço de primeiros socorros;
Garantir a presença de nadadores salvadores com formação específica.

Fonte: Elaboração própria.com base em ARH do Centro – Guia da Época Balnear (2011).

Uma outra ideia positiva está relacionada com a criação da *Accessible Portugal*, que surgiu devido à constatação de um vazio na oferta turística para as pessoas com mobilidade reduzida. Esta agência de viagens é única a nível nacional e foi criada após uma das suas sócias ter acompanhado de perto a evolução da perda de mobilidade de

um familiar com paralisia cerebral. Reconhecendo a necessidade que as pessoas deficientes têm que ultrapassar no seu dia-a-dia, a *Accessible Portugal*, proporciona para as pessoas com mobilidade reduzida, serviços turísticos de “momentos de verdadeiro lazer”. O seu objectivo principal é a de retirar aos familiares, o peso e a preocupação da acessibilidade a todos os níveis nos seus momentos de lazer.

O trabalho desenvolvido por esta agência, já foi reconhecido a nível nacional e internacional. A nível nacional, com a atribuição em 2009, do prémio da Autoridade Turística Nacional – Turismo de Portugal, na categoria “Serviços”, cujo objectivo foi distinguir projectos públicos e privados que contribuíram para o desenvolvimento turístico em Portugal. A nível internacional, recebeu da ENAT (*European Network for Accessible Tourism*), o certificado de Membros de pleno direito (*Full Membership*) e o *ENAT Code of Good Conduct*.

Para finalizar, em parceria com a Câmara Municipal da Lousã, venceu a fase nacional do concurso promovido pela Comissão Europeia para o Prémio Europeu de Iniciativa Empresarial/*European Enterprise Awards 2010*. Este projecto “Internacionalização da Lousã, Destino de Turismo Acessível” representou Portugal na Categoria “Apoio à Internacionalização do Negócio”, em Madrid, em Maio de 2010.

Ainda a respeito de acessibilidade, através da ADXISTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, foi criado um projecto na aldeia do Xisto do Gondramaz “Caminho do Xisto Acessível de Gondramaz” (fotografias 1 e 2) com a finalidade de proporcionar às pessoas portadoras com incapacidade um percurso acessível (fotografias 3, 4 e 5). Este Caminho Acessível localiza-se na Região Centro do país, no Distrito de Coimbra, Concelho de Miranda do Corvo, mais precisamente na Aldeia do Gondramaz.

Fotografia 1. Placa de inauguração do Caminho do Xisto Acessível – Gondramaz



Fotografia 2. Mapa em Braile do Caminho do Xisto Acessível – Gondramaz



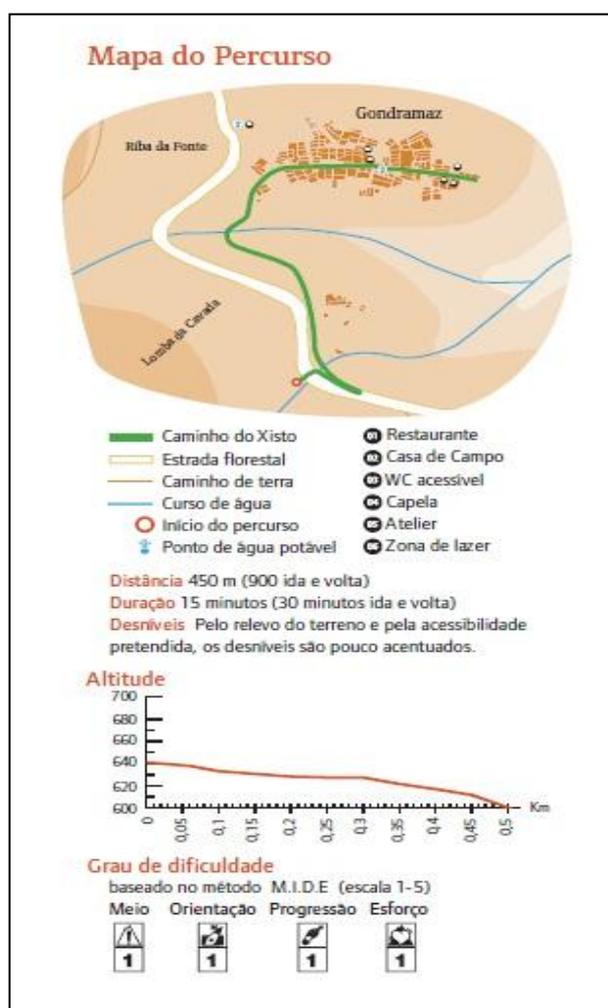
Fonte: Autora, 2011.

Fotografias 3, 4 e 5. Caminho do Xisto Acessível – Gondramaz



Fonte: Autora, 2011.

Na execução deste circuito, todas as normas de homologação da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal foram consideradas, tendo que ser conciliadas algumas soluções técnicas a nível do pavimento, da sinalética e dos equipamentos (figura 4).



Fonte: ADXISTUR - Folheto do Caminho da Aldeia do Xisto do Gondramaz.

Figura 4. Painel informativo do Percurso da Aldeia do Xisto de Gondramaz

A “zona” de acolhimento do percurso possui um bom acesso automóvel, com dois lugares de estacionamento para pessoas com incapacidade.

A nível do pavimento, foi colocado um pavimento sensorial que permite às pessoas invisuais através da diferença das texturas, guiá-los de uma forma autónoma (fotografias 6 e 7). Para complementar esta visita, os invisuais têm ainda à sua disposição uns áudio-guias que são fornecidos gratuitamente em distintos pontos de recolha, são eles: o Posto de Turismo de Miranda do Corvo, na Quinta da Paiva (Miranda do Corvo) e ainda no Restaurante Pátio do Xisto (Gondramaz). Este percurso tem também à sua disposição, uma casa de banho totalmente adaptada a pessoas com incapacidade, localizando-se no largo da Capela (fotografia 8).

Fotografias 6 e 7. Pavimento Sensorial (Gondramaz)



Fonte: Autora, 2011.

Fotografias 8. Casa de banho adaptada (Gondramaz)



Fonte: Autora, 2011.

Continuando com os bons exemplos, em Portugal, foi criada uma iniciativa promovida pela Fundação do INATEL designada por “Turismo Sénior”. Esta iniciativa, visa oferecer a todos os cidadãos portugueses com idade igual ou superior a 60 anos, a possibilidade de gozar de um programa de férias a preços diferenciados e atractivos. Deste modo, surgem uma série de vantagens para os Seniores e também para as regiões que acolhem este programa: permite a participação dos Seniores com baixos rendimentos, melhora a qualidade de vida e bem-estar dos Seniores, incentiva a utilização dos estabelecimentos termais, levando assim, a uma oferta na hotelaria nestes lugares, dinamizando a actividade económica das regiões e conduzindo à criação de novos postos de trabalho no sector turístico.

Para finalizar, recentemente, no dia 13 de Julho de 2011, o Município de Alvaiázere no âmbito do “Programa mais acessível” lançado pelo Governo em Outubro do ano de 2008, apresentou um Plano Local de Promoção da Acessibilidade com o objectivo de construir um território mais acessível a todos. Serão eliminadas barreiras arquitectónicas e urbanísticas que tornarão o centro da vila mais acessível.

Em conclusão, podemos verificar que já existem bons exemplos de práticas desenvolvidas pelas administrações locais, utilizando as políticas de Acessibilidade e *Design for All*, tornando assim a acessibilidade um objectivo assumido e partilhado por diversas entidades.

5. Casos de sucesso no âmbito do conceito europeu de acessibilidades para administrações

A publicação “Conceito Europeu de Acessibilidades para Administrações” surgiu no âmbito de uma cooperação entre vários parceiros de toda a Europa: Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Sérvia, Espanha, Suécia, Suíça e Grã-Bretanha.

Todos estes países compartilham o forte compromisso com a melhoria das acessibilidades, garantindo a igualdade de oportunidades e a plena participação de todos os cidadãos Europeus.

O salto para a discussão da acessibilidade, deu-se aquando a publicação do “Manual Europeu de Acessibilidade – 1990” e o “Conceito Europeu de Acessibilidade – 1996”, pelo CCPT (Comité Coordenador para a Promoção da Acessibilidade da Holanda).

No ano de 2003, os membros do EUCAN - *European Concept for Accessibility Network*, foram os impulsionadores de forma voluntária, para a preparação do “Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA 2003”, contribuindo assim, para um crescimento a nível Europeu.

Segundo Sílvio Sagramola (Coordenador da EUCAN) “a acessibilidade está a tornar-se numa componente natural na documentação das políticas, recomendações e directivas Europeias”.

Este estudo de realidades, vai permitir às administrações centrais, regionais e locais uma melhor integração nos conceitos de “*Design for All*”, auxiliando numa construção inclusiva e activa na sociedade.

Este manual de diagnóstico e planeamento estratégico “Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações 2008”, foi traduzido e editado para a língua portuguesa pela ProAsolutions.pt, Lda, com a colaboração e patrocínio na publicação pelo INR - Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., que é o organismo público com competências para a promoção dos Direitos das pessoas com Deficiência.

Para PIMENTA (2008: 11), ao apoiar esta publicação está-se a “contribuir para os cidadãos com deficiências e todos os agentes com responsabilidades na criação de uma Sociedade sem barreiras, acedam a uma informação que assume um carácter

estratégico na promoção dos direitos fundamentais das pessoas com deficiências ou incapacidades”.

Deste modo, a cooperação entre todos os parceiros da EUCAN na divulgação deste manual, leva a que exista uma melhor promoção e modernização da administração pública, contribuindo para uma sociedade para todos e com igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência e ou com mobilidade reduzida.

A rede EUCAN é hoje um dos principais impulsionadores na abordagem dos problemas da acessibilidade. “As políticas para a acessibilidade consubstanciam uma nova geração de políticas sociais para a deficiência e exprimem, na sua essência, um dos direitos mais elementares na vida de qualquer cidadão que é o da autonomia” (MONIZ, 2008: 13).

O objectivo da edição deste guia prático, tem como base experiências à escala europeia o que deverá “permitir às administrações locais, regionais ou nacionais iniciar, manter e concluir o processo de implementação de abordagens de *Design for All* no meio edificado através dos seus procedimentos internos, maximizando a utilização dos recursos humanos e/ ou materiais disponíveis” (EUCAN, 2008).

Neste guia são apresentados um conjunto de Estudos de Caso de sucesso, com origem em diferentes partes da Europa, que poderão ser adaptados a outras realidades dependendo da particularidade local, regional ou nacional.

A abordagem do *Design for All*, no meio edificado, tem que ser constituído por sete Factores Interdependentes de Sucesso (ISF): compromisso dos decisores, coordenação e continuidade, *networking* e participação, planeamento estratégico, gestão do conhecimento, recursos e comunicação e marketing (figura 5).

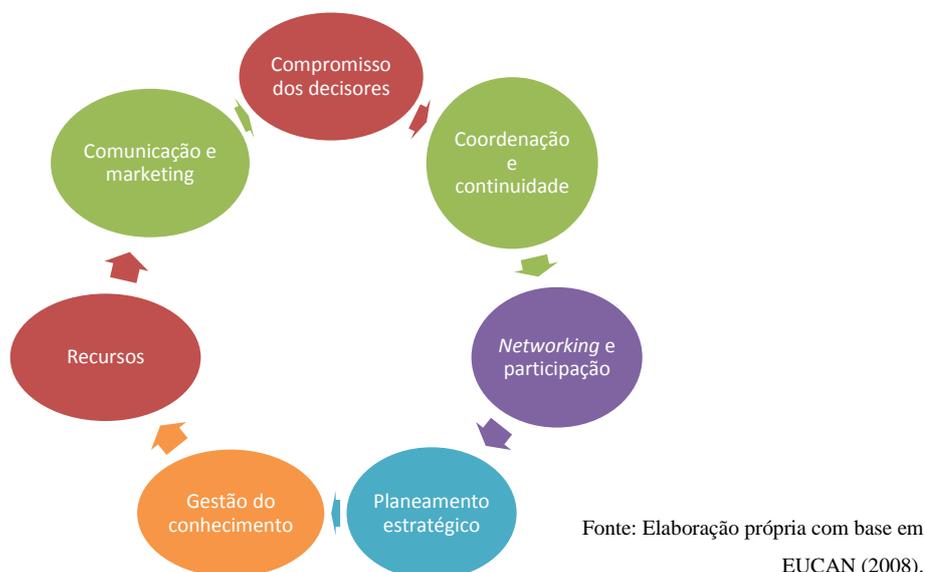


Figura 5. Abordagem de *Design for All*: Factores Interdependentes de Sucesso (ISF)

No quadro que se segue, encontram-se exemplos de Estudos (casos de sucesso reais), onde foram inseridos os sete factores acima descritos.

Quadro 8. Síntese dos Casos de sucesso para Administrações (2008)

Designação	Administração	Localidade / País	Início do Projecto	Fim do Projecto	Objectivos
Parque Natural do Sul da Floresta Negra Acessível para Todos	Parque Natural do Sul da Floresta Negra	<i>Feldberg</i> / Alemanha	2005	Não definido	Tornar o Parque Natural acessível a todos. Foram criadas várias actividades destinadas às pessoas com deficiência.
Gestão de Acessibilidades na cidade de Barcelona	Município de Barcelona	Barcelona / Espanha	1980	Não definido	Houve sistematicamente um melhoramento na acessibilidade e com resultados práticos. O progresso tem sido muito significativo, contendo aspectos que podem ser melhorados.
Acessibilidades de percursos e edifícios públicos em Saronno	<i>Comune di Saronno</i> (Varese – Itália)	<i>Saronno</i> / Itália	1994	2006	Foram analisados 30 edifícios públicos em 1994 que necessitavam de várias intervenções prioritárias. Passados 10 anos, o trabalho foi executado em todos os edifícios e ligados por uma rede de percursos públicos acessíveis.
“Percursos de vida” para os edifícios e acessibilidade urbana	Municipalidade de <i>Lodi</i> (Milão / Itália)	<i>Lodi</i> / Itália	2006	2008	Melhorar e implementar um Plano local para a eliminação de barreiras arquitectónicas.
Acessibilidade dos Serviços de Saúde de Maccabi	Serviços de Saúde de <i>Maccabi</i> – Divisão de Património e Logística	<i>Tel – Aviv</i> / Israel	2005	2008	Planear e executar em 70 diferentes instituições de saúde (laboratórios, clínicas, etc) de modo a que todos os utentes pudessem ter acesso.
Acessibilidade nos serviços de Caminhos de Ferro do Luxemburgo	<i>Société des Chemins de Fer Luxembourgeois</i> (CFL)	Luxemburgo / Luxemburgo	2007	A decorrer	“Tornar o máximo de elementos infra-estruturais e organizacionais acessíveis”.
<i>Toerisme Voor Ledereen</i> (Turismo para Todos)	Província de <i>Limburg</i>	<i>Herleen</i> / Holanda	2006	2008	Visou estimular económica e socialmente o investimento no sector turístico. Foram atraídos vários empreendedores, cujos foram co-financiados para investir no projecto.

Acessibilidade do Campus Universitário de Novi Sad	_____	<i>Novi Sad / Sérvia</i>	Não se encontra exactamente definido	Não definido	Este processo começou com a fase de consciência em 2001, tendo sido iniciado pela Ass. de estudantes com Deficiência de <i>Novi Sad</i> . Nenhum dos trabalhos foi financiado por uma linha de investimento, tornando-os limitados e com falta de monitorização.
Acessibilidade do Edifício <i>Belliard</i>	Comité Económico e Social Europeu (CESE)	Bruxelas / Bélgica	2003	2003	Todos os espaços do edifício foram tornados acessíveis. O responsável da obra foi o arquitecto Mitzi Bollani, perito em <i>Gesign For All</i> .
Lousã – Destino de Turismo Acessível	Câmara Municipal da Lousã e Provedoria Municipal das Pessoas com incapacidade da Lousã	Lousã / Portugal	2007	2011	Tornar a vila da Lousã um exemplo internacional de turismo e criar uma Rede Europeia de Destinos Turísticos.
A região modelo Turismo para todos da Floresta de <i>Thuringian</i>	Associação do Parque Natural da Floresta de <i>Thuringian</i>	<i>Friedrichshöhe / Alemanha</i>	2001	2006	Desenvolver uma região rural e montanhosa como exemplo em Turismo para Todos como padrão de qualidade.
Parque infantis públicos para Todos em <i>Münster</i>	Cidade de <i>Münster</i>	<i>Münster / Alemanha</i>	1995	Processo contínuo	Desenvolver parques infantis que sejam acessíveis a todas as crianças.
Gestão de Acessibilidade nas escolas	Escola Primária	Espanha	_____	_____	Caso simulado que permitirá às Administrações lidar com as acessibilidades nas escolas.
Inclusão de critérios de <i>Design for All</i> na contratação pública	Qualquer administração	Em qualquer parte do mundo	_____	_____	Esta simulação, serve para demonstrar que o modelo dos 7 factores pode ser utilizado pelas administrações que desejem fazer uma contratação de empresas, providenciando produtos e serviços em <i>Design for All</i> .
<i>Flag of Towns and Cities for All</i>	Qualquer cidade ou vila	Em qualquer parte do mundo	2007	Não definido	Esta bandeira serve como estímulo às cidades e vilas que assumam a responsabilidade de investir em acções concretas que melhorem a acessibilidade nos seguintes espaços: transportes públicos; edifícios; serviços turísticos e culturais; serviços educativos e de saúde e informação ao cidadão.

Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

O primeiro estudo caso de sucesso referido (quadro 8), é relativo ao Parque Natural do Sul da Floresta Negra acessível para todos. A Administração tem a denominação de Parque Natural da Floresta Negra e localiza-se em *Feldberg*, Alemanha. O seu início de projecto foi no ano de 2005 e o seu término, não foi definido até à data do lançamento deste guia para administrações.

O objectivo principal deste projecto, é tornar o Parque Natural o mais acessível a todos. É um parque onde a acessibilidade foi pensada ao pormenor, tendo sido criadas várias actividades e acessibilidades para pessoas com deficiência: parque de estacionamento para deficientes; casas de banho adaptadas; passagens acessíveis (fotografia I); vias-férreas que percorrem o parque numa visita à floresta para deficientes motores possibilitando-os de subir às montanhas mais altas (fotografia II); passeio de lazer, em carruagens puxadas a cavalo em especial para pessoas em cadeiras de rodas; barcos adaptados a cadeira de rodas, permitindo o acesso à água sem barreiras (fotografia III) e ainda uma torre na copa das árvores para observação da natureza, também acessível a todos (fotografia IV). Em suma, foram desenvolvidos vários projectos e acções (figura I), que permitiram que este projecto se tenha tornado num caso de sucesso.

O segundo caso de sucesso (figura II), diz respeito à Gestão de Acessibilidades na cidade de Barcelona. Este projecto teve o seu início em 1980 e também até à data do lançamento deste guia, não foi definido o seu término. O organismo responsável por este projecto, foi o Município de Barcelona.

Houve sistematicamente um melhoramento na acessibilidade e com resultados práticos (fotografias V, VI e VII). O seu progresso tem sido muito significativo, contendo aspectos que podem ser melhorados.

O terceiro caso de sucesso (figura III), é referente à acessibilidades de percursos e edifícios públicos em *Saronno* (Itália). Este Projecto iniciou-se em 1994 e finalizou em 2006, foi da responsabilidade da administração da *Comune di Saronno* (Cidade de *Saronno*). No ano de 1994, foram analisados 30 edifícios públicos que necessitavam de várias intervenções prioritárias. Passados 10 anos, todo o trabalho que foi projectado foi concluído, mas com uma particularidade, foi definido que cada um dos edifícios deveria ser ligado por uma rede de percursos públicos acessíveis. A título de exemplo (figura IV), podemos verificar que a cidade de *Saronno* continua a preocupar-se com as pessoas deficientes, pois no dia 23 de Janeiro de 2011, organizou o 3º Encontro da cidade de *Saronno* para atletas com deficiência.

Relativamente ao quarto estudo caso de sucesso (figura V), designado como “Percurso de vida” para os edifícios e acessibilidade urbana, foi constituído pelo Município de *Lodi*, em Itália. O projecto teve início em 2006 e o seu término foi no ano de 2008. O objectivo deste projecto era melhorar e executar um plano local para a eliminação de barreiras arquitectónicas na cidade de *Lodi*, através de um estudo das barreiras já existentes. Foi criado um grupo de trabalho composto por associações de pessoas com deficiência, que analisaram os obstáculos que enfrentavam no seu dia-a-dia e um Instituto Técnico onde os estudantes com deficiência, puderam completar a sua formação com um projecto específico nesta área. A figura VI é uma imagem da capa de um guia elaborado para que todos os que visitam a região de *Lodi*, possam conhecer o grau de acessibilidade das instalações turísticas e hospitalidade.

Quanto ao quinto estudo caso (figura VII), denominado Acessibilidade dos Serviços de Saúde de *Maccabi*, foi um projecto que iniciou em 2005 e terminou em 2008. A administração deste projecto foram os Serviços de Saúde de *Maccabi*- Divisão de Património e Logística, e o seu local de Sede foi em *Tel-Aviv*, Israel. O objectivo foi o planeamento e execução na beneficiação de 70 diferentes instituições de saúde: clínicas, laboratórios, etc., que se adequassem a todos os utentes, em todo o país.

No que concerne ao sexto estudo caso de sucesso (figura VIII), a Acessibilidade nos serviços de Caminhos de Ferro do Luxemburgo, o nome da administração do projecto foi a *Société des Chemins de Fer Luxembourgeois* (CFL – Caminhos de Ferro do Luxemburgo) (fotografia VIII) e teve o seu início em 2007, sendo que em 2008 ainda estava a decorrer. Este projecto foi desenvolvido no Luxemburgo e teve como objectivo tornar o máximo de elementos infra-estruturais e organizacionais acessíveis a todos.

O sétimo projecto de sucesso (figura IX) é intitulado *Toerisme Voor Ledereen* (Turismo para Todos). A administração é denominada Província de *Limburg* e a sua Sede foi estabelecida em *Heerlen*, na Holanda. O ano de início deste projecto foi em 2006 e a sua conclusão em 2008. O seu objectivo visou estimular económica e socialmente vários empresários empreendedores que foram co-financiados, para investir num projecto de Turismo para Todos.

O oitavo estudo caso de sucesso (figura X), é respeitante à Acessibilidade do Campus Universitário de *Novi Sad*, na Sérvia. Este projecto não tem uma data definida de início nem de término, apenas se sabe que começou com uma fase de consciência no ano de 2001 pela Associação dos estudantes com deficiência de *Novi Sad*. A conclusão

deste projecto, é que nenhum dos trabalhos realizados até 2008 tinha sido financiado por uma linha de investimento, tornando-o deste modo, limitado e com falta de monitorização.

O nono projecto de sucesso (figura XI) foi a acessibilidade do Edifício *Belliard* (fotografia IX) (Sede do Comité Económico e Social Europeu e do Comité das Regiões), em Bruxelas. A designação da administração foi o Comité Económico e Social Europeu (CESE), e teve início e fim de projecto no ano de 2003. No ano de 2002 foi lançado um concurso público para verificar a acessibilidade do edifício, acabando por ganhar o concurso o Arquitecto & Designer *Mitzi Bollani*, perito em *Design for All*.

Quanto ao décimo projecto (figura XII), Lousã – Destino de Turismo Acessível, esteve a cargo da Câmara Municipal da Lousã e da Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade da Lousã. Este projecto teve início no ano de 2007 e terminou em 2011. Com sede na vila da Lousã, no centro de Portugal, o objectivo deste projecto é tornar esta vila um exemplo internacional de turismo e criar uma Rede Europeia de Destinos Turísticos Acessíveis (figura XIII).

O décimo primeiro projecto (figura XIV), é alusivo à região modelo Turismo para Todos da Floresta de *Thuringian*. O local da Sede escolhido foi *Friedrichsöhe* na Alemanha, tendo como administração a Associação do Parque Natural da Floresta de *Thuringian*. Este projecto iniciou-se em 2001 e teve o seu término em 2006, o seu objectivo foi desenvolver uma região rural montanhosa como exemplo de Turismo para Todos como padrão de qualidade (fotografias X e XI). Estiverem envolvidos, neste projecto várias instituições: universidades, consultores, agentes turísticos e ainda associações de pessoas com deficiência. Durante o período de vigência do projecto, foram realizados 25 projectos em toda a cadeia de serviço turístico.

Quanto ao décimo segundo projecto (figura XV), é referente a Parques Infantis Públicos para Todos em *Münster*. A administração ficou a cargo da Cidade de *Münster*, na Alemanha, contando com o início do projecto em 1995. A Câmara Municipal de *Münster*, recebeu um pedido dos pais demonstrando o desejo dos parques infantis possuírem pelo menos um equipamento utilizável por crianças com deficiência. Foi criado um grupo de trabalho que elaborou uma listagem de equipamentos utilizáveis por todas as crianças. Participaram neste processo os pais das crianças com deficiência, assim como das próprias crianças, o que permitiu poder ver as várias necessidades existentes. A partir de então esta é a base de trabalho de planeamento para novos parques e requalificação dos existentes.

O décimo terceiro projecto é relativo a um estudo de caso simulado (figura XVI), no contexto da gestão de acessibilidades nas escolas. A administração pode ser qualquer escola primária que deseje possuir um espaço acessível. Para que uma escola seja acessível a todas as crianças, com e sem deficiência, é necessário contemplar uma série de factores importantes, são eles: a remoção das barreiras físicas, a adaptação dos materiais didácticos, a metodologia de ensino e sistemas de avaliação e interacção social com os membros da comunidade. Assim, a acessibilidade e igualdade de direitos e oportunidades, tornam-se um esforço comum a todos os níveis da escola.

Quanto ao décimo quarto projecto de sucesso (figura XVII), é respeitante à inclusão de critérios de *Design for All* na contratação pública. A administração pode ser qualquer uma e em qualquer parte do mundo.

Esta simulação de projecto, servirá de exemplo para as administrações que desejem contratar empresas que disponham de produtos e serviços, possam e de acordo com as Directivas EC 2004/EC/18 e 2004/EC/19, incluir “entre outros critérios sociais e ecológicos, critérios de acessibilidade e *Design for All* nas condições de selecção e avaliação para a contratação” dessas mesmas empresas (EUCAN, 2008).

Para finalizar, o décimo quinto projecto (figura XVIII) foi realizado a pensar em todos aqueles que assumam constantemente a acessibilidade para Todos. Todas as cidades que desejem receber a Bandeira da *Design for All Foundation*, têm que assumir a responsabilidade de disponibilizar pelo menos 2% do seu orçamento para investir em acções concretas que melhorem as condições de acessibilidade nos seguintes espaços: transportes públicos, edifícios, serviços turísticos e culturais, serviços educativos e de saúde, informação ao cidadão e o relacionamento entre os cidadãos e a administração. Todas as acções praticadas, devem ser asseguradas se “recebem o apoio cívico através de processos participativos ou ONGs locais” (EUCAN, 2008). Após estabelecidos todos os objectivos propostos, as acções são devidamente avaliadas e validadas pela *Design for All Foundation*, terminando com a assinatura de um protocolo entre o presidente da autarquia e a *Design for All Foundation*, recebendo a bandeira para o ano em curso. Este projecto iniciou-se no ano de 2007 e em 2011 ainda continua em execução.

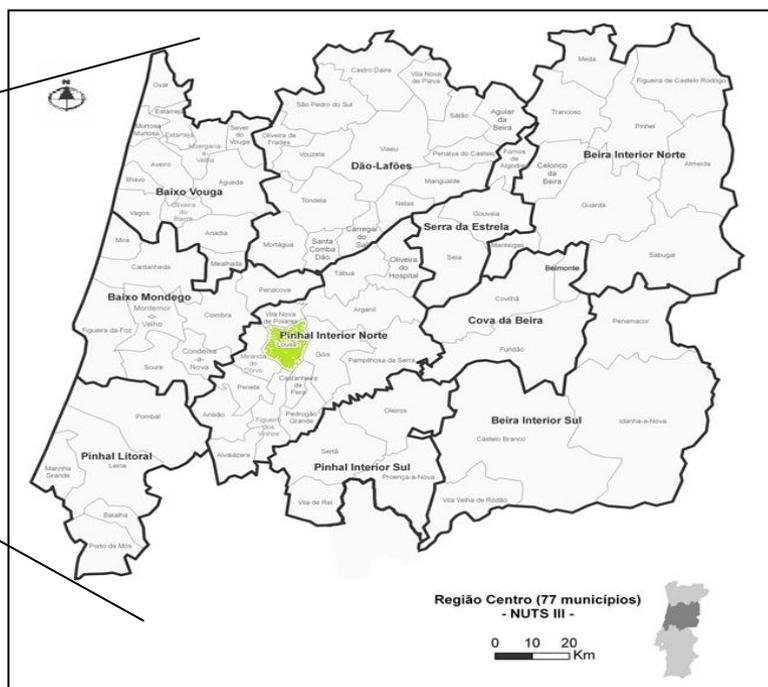
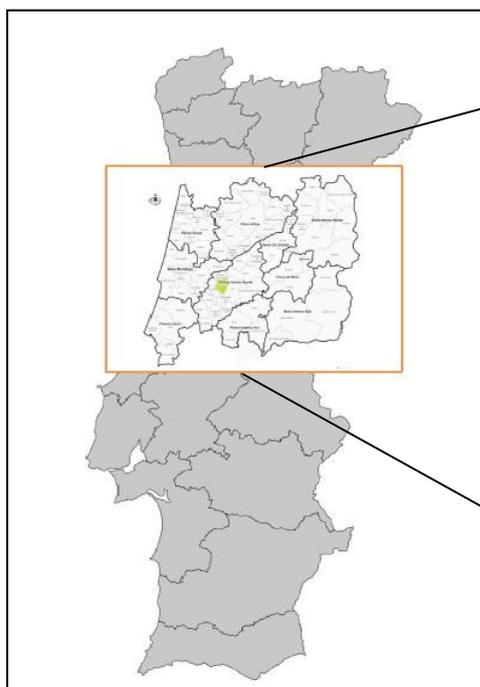
O “Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações, 2008”, conclui que “as administrações têm um papel importante na implementação das abordagens de *Design for All*. Os 7 Factores Interdependentes de Sucesso (ISF) têm importância variada, por exemplo existem diferenças a nível “do papel dos decisores políticos e administrativos dentro do processo de desenvolvimento, a participação das partes

interessadas e redes locais, a importância do planeamento estratégico e os recursos disponíveis”. Estes estudos de caso, mostram-nos “que o melhor produto ou serviço acessível terá pouco sucesso se os potenciais utilizadores não souberem da sua existência”. Resultado disso, é a tradução deste Guia em vários idiomas, o que proporcionará a que outros organismos, possam ver e seguir os bons exemplos de projectos acessíveis (EUCAN, 2008).

6. “Lousã, Destino de Turismo Acessível”

6.1 Enquadramento Territorial da Lousã

No âmbito de intervenção da CCDRC¹² a Região Centro, é constituída por setenta e sete Municípios (excepto na aplicação de fundos estruturais¹³), que se disseminam por dez sub-regiões (NUTS III): “Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral e Serra da Estrela (Lei n.º 21/2010, de 23 de Agosto)” (CCDRC, 2011).



Fonte: Elaboração própria com base em CCDRC (2011).

Figura 6. Mapa de Portugal com a localização do concelho da Lousã NUTS III

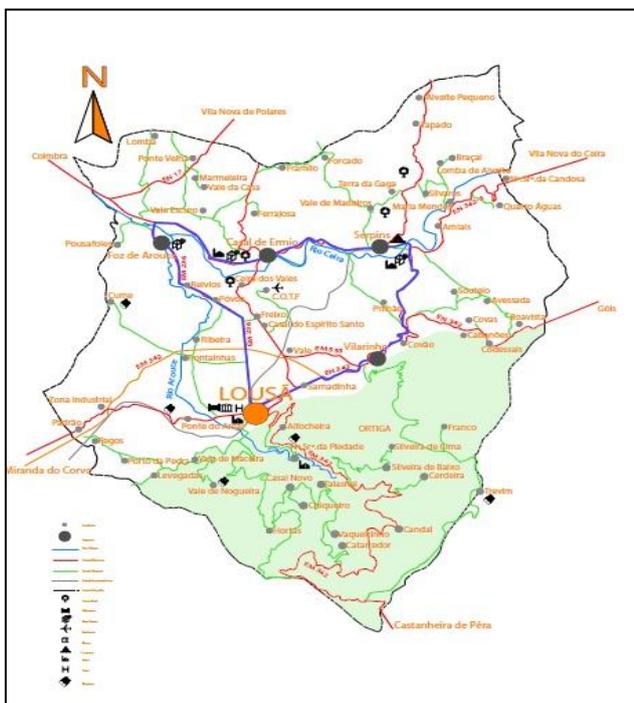
Figura 7. Mapa da Região Centro com a localização do concelho da Lousã NUTS III

¹² CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

¹³ As intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais na Região Centro assentam na delimitação do território das NUTS 2002, (Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro, alterado pela Lei n.º 21/2010, de 23 de Agosto). A Região Centro para fins estatísticos ficou a ser constituída por 100 municípios organizados em 12 sub-regiões NUTS III, acrescentando aos já existentes: Médio Tejo e Oeste.

O concelho da Lousã, segundo dados da CCDRC (2009), ocupa uma área territorial de 138.4 Km², integrando a Sub-região do Pinhal Interior Norte (NUTS III) (figura 6). É delimitado a Norte, pelo Município de Vila Nova de Poiares, a Este, pelo Município de Góis, a Oeste, pelo Município de Miranda do Corvo e a Sul pelos Municípios de Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera estes dois últimos, estão incorporados no Distrito de Leiria (figura 7).

Actualmente o concelho da Lousã (figura 8) é composto por seis freguesias: Casal de Ermio, Foz de Arouce, Gândaras, Lousã, Serpins e Vilarinho (figura 9).



Fonte: www.cm-lousa.pt

Figura 8. Mapa do concelho da Lousã



Fonte: Elaboração própria com base no Plano de Desenvolvimento Social (2010).

Figura 9. Mapa das Freguesias do concelho da Lousã

O concelho da Lousã encontra-se numa localização privilegiada na Região Centro, situando-se próximo da rede viária de distribuição nacional – EN 17 e ligações à A1 (Norte/Sul) e ao IC6 e IC7 (Litoral/Interior).

6.2 Património Natural

A Serra da Lousã constitui a extremidade mais meridional e ocidental do bloco montanhoso mais importante de Portugal, a Cordilheira Central. Segundo (FONSECA et al. 2006: 74), a Serra da Lousã é fundamentalmente xistosa e pré-câmbrica, portanto geologicamente muito antiga.

Esta Serra, apresenta fortes declives que vão desde os 200 metros, elevando-se até ao ponto mais alto, o Trevim (1205 metros), local de excelência devido ao facto de proporcionar a quem o visita, um cenário de grande beleza paisagística, sendo um dos grandes mirantes da Região Centro.

A Serra da Lousã alberga diversificados *habitats* e comunidades vegetais e animais relevantes em termos de diversidade e conservação da Natureza (FONSECA et al., 2006: 73). Esta riqueza biológica e ecológica foi reconhecida pela sua inclusão na Rede Natura 2000. Entre as várias espécies protegidas e incluídas em Directivas Nacionais e Internacionais, bem como os seus *habitats*, destacam-se “a festuca, o narciso, o ruivaco, a salamandra-lusitânica, o lagarto-de-água, a cegonha-preta, o tartaranhão-caçador, o guarda-rios e a lontra” (FONSECA et al., 2006: 73).

O concelho da Lousã é essencialmente florestal neste domínio é caracterizado pela predominância do Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*). A nível privado, têm-se assistido a um crescimento da área ocupada com o Eucalipto (*Eucalyptus spp.*). Em termos de espécies arbóreas tradicionais, existem as seguintes: o Castanheiro (*Castanha sativa*); o Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*); o Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*); e o Sobreiro (*Quercus suber*).

Algumas áreas ribeirinhas e encostas das serranias preservam, respectivamente, uma vegetação ripícola e um matagal mediterrânico característico da região e de elevado interesse ecológico (QUERCUS, 1996, citado por FONSECA et al., 2006: 74).

As influências geológicas, geográficas, climáticas e hidrográficas que este concelho possui, originam ambientes com condições muito particulares que proporcionam aos amantes da natureza, a possibilidade da prática de vários tipos de actividades de lazer: natureza, aventura e motorizados (quadro 9).

Quadro 9. Actividades de Lazer no concelho da Lousã

Actividades de Lazer	
Actividades de Natureza	Percursos pedestres (aldeias serranas); Observação de flora e de fauna (Corço, Veados, Milhafre, Javali).
Desportos de Aventura	BTT; Parapente; Provas de orientação; Atletismo de Montanha; <i>Slide</i> ; <i>Rappel</i> ; Canoagem; Caça ao Javali; Pesca às Trutas.
Desportos Motorizados	TT; Enduro; Raides Motorizados.

Fonte: Elaboração própria.

Para a prática destas actividades, existem várias empresas de animação turística sediadas no concelho da Lousã que trabalham sobretudo as vertentes de natureza e aventura, tornando-o assim, no ex-libris deste concelho (quadro 10).

Segundo a PINUS VERDE (2006: 95) “a adrenalina é um ingrediente essencial e os percursos são inesgotáveis, para descobrir a pé, de bicicleta ou de jipe, atravessando horizontes de Serras ondulando ao ritmo da respiração da terra. Ou então, escalando penedos, deslizando acima do chão em slide e descendo escarpas em *Rappel*”.

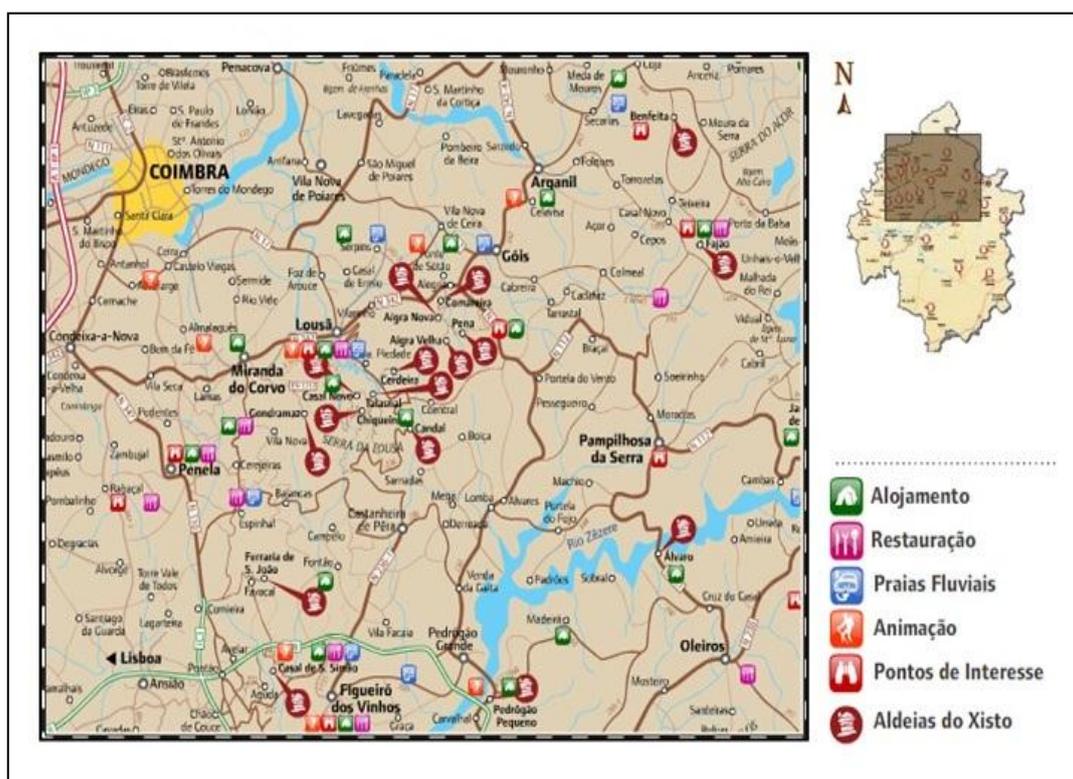
Quadro 10. Empresas de animação turística sediadas na Lousã

Empresa	Alvará	Actividades
Enjoy Adventure, Lda.	27 / 2011	<i>Teambuildings</i> e Actividades para Empresas; Actividades de Desporto e Natureza; Desenvolvimento de Eventos; Produtos Turísticos e Serviços de Consultoria Turística; Férias Jovens Internacionais; Visitas de Estudo Programáticas.
WAYPOINT _ Animação Turística & Eventos, Lda.	59 /2008	Turismo de Natureza; <i>Workshops</i> ligados à Natureza.
Quinta Pedagógica – O Teu Espaço Verde (Associação)	Sendo uma Associação, não necessita de alvará de licenciamento turístico	Visitas a Grupos de Jovens (Serra da Lousã); Culturas agrícolas e aromáticas; Observação de animais (patos e gansos); Observação de plantas; Recriação de tradições e jogos.
Turislousã – Desporto Aventura, Lda.	2 / 2007	BTT; Slide; <i>Rappel</i> ; <i>Paintball</i> ; Percurso pedestres; Canoagem; Insufláveis; Parapente (voos de baptismo); Jogos tradicionais; Passeios de jipe; Caça ao tesouro.
MONTES D’AVENTURA - Animação Turística & Ambiental da Serra da Louzã, Lda.	61 / 2004	BTT; Canoagem; Passeios pedestres; 4X4; Formação para empresas.
Montanha Clube (Associação)	Sendo uma Associação, não necessita de alvará de licenciamento turístico	Secção de Caminheiros; Secção de Motorizadas antigas; Secção de BTT (acções de formação às áreas de canoagem e <i>canyoning</i>).
Extreme Riders (Associação)	Sendo uma Associação, não necessita de alvará de licenciamento turístico	Actividades desportivas (eventos); Estágios de BTT, Acções de formação; Ocupação tempos livres; Escola de BTT; Inserção de Natureza, Abertura/limpeza de caminhos e carrinha de aluguer transporte (só para BTT).

Fonte: Elaboração própria com base em www.cm-lousa.pt, (2011).

Pela necessidade de ordenar e promover o desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável das áreas de montanha é necessário estruturar e implementar políticas específicas (CARVALHO, 2009: 201). (...) Em particular algumas das suas aldeias são um exemplo muito interessante da dinâmica territorial e dos novos usos da montanha em Portugal, na relação com o património cultural e os processos/agentes envolvidos na sua activação/valorização (...) (CARVALHO, 2009: 227).

As aldeias do concelho da Lousã (Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal) estão inseridas no projecto da Rede das Aldeias do Xisto¹⁴ (figura 10), liderado pela ADXTUR¹⁵ e em parceria com os vinte e um Municípios da Região Centro. Estas aldeias foram requalificadas, criando melhores condições de vida aos habitantes locais, assim como, preservando o seu património construído.



Fonte: Adaptado de www.aldeiasdoxisto.pt/mapa/3/5 (2011).

Figura 10. Mapa da Rede das Aldeias do Xisto, com destaque para o concelho da Lousã

¹⁴ O Programa das Aldeias do Xisto foi implementado a partir de 2001 pela (CCDR) - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; foram usados fundos comunitários através do Programa Operacional da Região Centro (Medida II.6, componente FEDER). Seleccionaram 24 Aldeias em 14 concelhos da unidade territorial então designada como Pinhal Interior. As candidaturas aos fundos, foram promovidas pelos respectivos Municípios que elaboraram um “Plano de Aldeia”. Este Plano, é um estudo aprofundado da aldeia. Na actualidade a Rede é constituída por 27 aldeias.

¹⁵ ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto.

Para a PINUS VERDE (2006:95) “hoje a aldeia reassume a centralidade no nosso mundo, mas por opção. Todos os dias nas Aldeias do Xisto assistimos ao ressurgir de novas comunidades, que voltam a insuflar de vida esses espaços de partilha. São pessoas em busca de um novo estilo de vida, em comunhão com as populações locais e as suas tradições”.

6.3 Património Histórico/Cultural

O “património” é uma noção que define todos os recursos que se herdam, bens mobiliários e imobiliários, capitais e outros. O objectivo do património é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações com as outras (RODRÍGUEZ BECERRA, 1997, citado por PEREIRO XERARDO, 2009: 140). Neste sentido, o património, desempenha um papel muito importante no desenvolvimento das áreas rurais e urbanas.

No caso da Lousã, para além do património natural, outros motivos de interesse são igualmente meritórios neste concelho.

“Os vestígios mais antigos que comprovam a presença do homem nesta região, datam do período da dominação romana. Deste período, vários achados da época foram encontrados, tais como: (...) cipos funerários, telhas, tijolos, utensílios de vidro e metal, moedas, etc, e, até restos de calçada que, em diversos pontos do concelho, foram encontrados sobretudo nas proximidades ou mesmo já dentro dos perímetros urbanos da Lousã e de Serpins” (C. M. LOUSÃ, 2011).

Segundo CARVALHO (2009: 322), a análise do património construído da Lousã segundo a tipologia, a época de construção e o nível de protecção, evidencia a preponderância da matriz civil, da época barroca e dos valores concelhios e imóveis de interesse público entre os bens classificados ou em vias de classificação (quadro 7).

No património construído, com elevado nível de representação, destacam-se nas habitações, a excelência da arquitectura dos séculos XVIII e XIX, manifestando-se nos solares e palácio presentes no centro da vila da Lousã (parte do “Centro Histórico”, ou seja o tecido urbano consolidado até meados de Oitocentos). “Este é o pilar da imagem mais original e rica do seu espaço urbano, com projecção regional” (CARVALHO, 2009: 320). De igual destaque, é o pelourinho existente nos Paços do Concelho, que delimita a área de transição entre a parte antiga e a parte nova do aglomerado urbano.

Neste último, encontramos no território de Arouce, um Castelo, já mencionado no foral de Miranda do Corvo (1136) e ao qual foi atribuído foral por D. Afonso Henriques em 1151. Segundo o SIPA¹⁶, este foi construído no séc. XI/XIV, esteve afecto à Câmara Municipal da Lousã até 10 de Agosto de 1957 (auto da cessação) e está classificado como monumento nacional.

Existem dados cronológicos importantes para entendermos a história do local, mais precisamente, do Castelo da Lousã: “1080 - O Conde Sesnando Davides ocupou pacificamente a povoação; 1124 - Caído em poder dos mouros, foi reocupado e reparado por Dona Teresa; aqui vinha passar o Verão a rainha D. Mafalda com a sua corte; 1151 - foral por D. Afonso Henriques; Séc. 12 - Teve grande valor militar, devido à importância da sua posição, embargando as incursões dos mouros vindas do vale do Zêzere; Séc. 14 - Construção da torre de menagem; 1513 - foral novo por D. Manuel; 1759 - Senhorio dos Duques de Aveiro até esta data quando passa à Coroa” (SIPA, 2011).

No que se refere a “(...) velhas referências da identidade local, como o Santo António da Neve, as festas religiosas (Senhora da Piedade) e pagãs (São João) (...)” (CARVALHO, 2009: 346), são locais onde o passado e o presente, são um marco importante na valorização patrimonial desta região e que associando a devoção à arquitectura existente, permitem dar a conhecer a realidade local.

Quadro 11. Inventário do património arquitectónico classificado, no concelho da Lousã, em 2011

Designação do Monumento	Categoria / Tipologia	Categoria de Protecção	Cronologia
Pelourinho da Lousã	Arquitectura Civil / Pelourinho	Classificado como MN - Monumento Nacional	Decreto de 16/06/1910, DG n.º 136, de 23/06/1910
Castelo da Lousã	Arquitectura Militar / Castelo	Classificado como MN - Monumento Nacional	Decreto de 16/06/1910, DG n.º 136, de 23/06/1910 ZEP - Portaria publicada no DG, II Série, n.º 64, de 17/03/1971
Casa do Arco ou Casa dos Magalhães Mexias	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IM - Interesse Municipal	Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29/09/1977

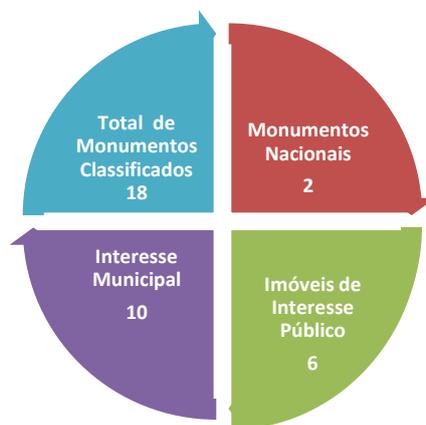
¹⁶ SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. É um sistema de informação e de documentação do património arquitectónico, paisagístico e urbanístico português, sendo gerido pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU).

Casa dos Lopes Quaresma	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IM - Interesse Municipal	Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29/09/1977
Fábrica de Papel do Boque	Arquitectura Civil / Fábrica	Classificado como IM - Interesse Municipal	Decreto n.º 26-A/92, DR, 1ª Série-B, n.º 126, de 01/06/1992
Palácio dos Salazares ou Casa da Viscondessa de Espinhal / Palácio dos Viscondes do Espinhal	Arquitectura Civil / Palácio	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 5/2002, DR, 1ª Série-B. n.º 42, de 19/02/2002
Casa de Baixo	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IM - Interesse Municipal	Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29/09/1977
Casa de Santa Rita	Arquitectura Religiosa / Capela	Classificado como IM - Interesse Municipal	Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29/09/1977
Casa do Fundo de Vila	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IM - Interesse Municipal	Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29/09/1977
Casa dos Condes de Foz de Arouce ou Casa da Foz de Arouce	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IM - Interesse Municipal	Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29/09/1977
Aldeias serranas do concelho da Lousã	Arquitectura Civil / Aldeia	Procedimento encerrado / arquivado - sem protecção legal	Despacho de encerramento de 26/05/2008 do Director do IGESPAR, I.P.
Pelourinho de Serpins	Arquitectura Civil / Pelourinho	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11/10/1933
Capela da Misericórdia da Lousã	Arquitectura Religiosa / Capela	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 37 077, DG n.º 228, de 29/09/1948
Casa da Rua Nova Ou Casa de Cima	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 37 366, DG n.º 70, de 05/04/1949
Igreja paroquial de Vilarinho ou Igreja de São Pedro	Arquitectura Religiosa / Igreja	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 34 452, DG n.º 59, de 20/03/1945
Capela de Santa Rita	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 34 452, DG n.º 59, de 20/03/1945
Casa do Comendador Montenegro ou Casa de São Pedro	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IM - Interesse Municipal	Edital 04/2005 de 28-04-2005 da CM da Lousã, publicado a 19/05/2005 Despacho de encerramento de 20/05/2008 do Director do IGESPAR, I.P. Parecer de 22/02/2001 do Conselho Consultivo do IPPAR propôs a classificação como VC
Casa de S. Bento, do Regueiro ou de Júlio de Lemos	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IM - Interesse Municipal	Edital n.º 02/2008 de 7-01-2008, da CM Lousã, publicado em 17/01/2008
Casa da Quinta de Baixo ou Casa da	Arquitectura Civil / Casa	Classificado como IM - Interesse	Edital n.º 05/2005 da CM Lousã de 28/04/2005, publicado em

Quinta de S. José		Municipal	19/05/2005
Capela do Reguengo	Arquitectura Religiosa / Capela	Procedimento encerrado / arquivado - sem protecção legal	Edital n.º 03/2004, de 13/01/2004
Casa da Lagartixa	Arquitectura Civil / Casa	Procedimento encerrado / arquivado - sem protecção legal	Despacho de encerramento de 15/05/2003 Despacho de abertura de 3/12/1996
Centro de Saúde da Lousã		Procedimento encerrado / arquivado - sem protecção legal	Despacho de encerramento de 27/12/2007 da Subdirectora do IGESPAR, I.P. O imóvel esteve em vias de classificação, nos termos do Decreto-Lei n.º 173/2006, de 24/08/2006
Casa dos Feios de Carvalho	Arquitectura Civil / Casa	Procedimento encerrado / arquivado - sem protecção legal (Imóvel demolido)	Despacho de 12/09/1974

Fonte: Elaboração própria com base em www.igespar.pt, (2011).

Analisando o quadro 11, verificamos que existe um total de dezoito Imóveis Classificados pelo IGESPAR¹⁷ no concelho da Lousã, sendo dois deles Monumentos Nacionais, seis de Interesse Público, dez classificados como Imóveis de Interesse Municipal e cinco procedimentos encerrados / arquivados sem protecção legal (figura 11).



Fonte: Elaboração própria.

Figura 11. Património arquitectónico classificado (número de imóveis), no concelho da Lousã, em 2011

¹⁷ IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

“Os mecanismos legais para proteger são conhecidos e estão disponíveis e como tal devem ser utilizados de forma expedita e em antecipação o que implica a defesa do interesse público e prioridade de acção para este domínio” (CARVALHO, 2009: 320) Infelizmente, por vezes, esse património que é de todos nós, devido ao tempo de espera por uma classificação, acaba por ruir ou então tem que ser demolido por se encontrar em colossal estado de degradação.

6.4 Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”

O turismo, cada vez mais, tem-se tornado numa das actividades económicas com maior crescimento. Neste sentido, “a adaptação da oferta do Destino Turístico para receber também as pessoas com incapacidade (idosos, doentes, deficientes, crianças, entre outros) começa hoje a ser considerada em alguns municípios portugueses como uma oportunidade” (FONTES & MONTEIRO, 2008: 68).

O Turismo Acessível ou Turismo para Todos, significa que qualquer indivíduo com um conjunto de limitações permanentes ou temporárias, tenha acesso a uma oferta de serviços.

A Lousã é um dos municípios que se tem destacado em matéria de Turismo Acessível, tendo sido o único a abraçar um Projecto de “Destino de Turismo Acessível”. Este projecto, desde o início que foi considerado como uma oportunidade de mostrar ao mundo as particularidades que este concelho tem para oferecer. Com a ajuda da ARCIL, desenvolveu uma política da acessibilidade a todos os níveis.

Este projecto, começou por dar os seus primeiros passos no Congresso Nacional de Turismo Acessível, a 20 de Abril de 2007, tendo como promotores a Câmara Municipal da Lousã, a Provedoria Municipal, o INR (Instituto Nacional para a Reabilitação), a ESEC (Escola Superior de Educação de Coimbra), a DRE - Centro (Direcção Regional de Economia do Centro), a ARCIL (Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã) e a DUECEIRA (Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça). As conclusões deste congresso, levaram a uma aposta deste Município em se tornar o primeiro destino de Turismo Acessível de Portugal, assumindo assim, a primeira candidatura ao POPH – Programa Operacional de Potencial Humano. Esta candidatura foi aprovada, tendo sido apoiada economicamente com fundos comunitários entre 2008 e 2011. Foi criado um Modelo de Gestão que viria a ser o suporte para o desenvolvimento do Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível” (figura 12).



Fonte: Figura Adaptada de http://www.cm-lousa.pt/turismo/turismo_acessivel.htm.

Figura 12. Modelo de Gestão do Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”

Como todas as candidaturas o exigem, foi realizado um Plano de Acção, onde constam todos os custos previstos com o projecto referente à candidatura ao POPH (quadro 12).

Quadro 12. Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade, no concelho da Lousã, em 2008

Descrição das actividades	Duração	Prazo de realização	Custo
1ª - Caracterização de forma exaustiva da população deficiente e com incapacidade do concelho da Lousã.	14 Meses	01/09/2008 a 31/10/2009	25.000 €
2ª - Adquirir Planos e Projectos de Acessibilidade Urbana para os principais eixos/espacos urbanos do concelho, com o objectivo de promover um espaço público mais inclusivo para as pessoas com incapacidades e mais atractivo para o turismo acessível.	22 Meses	01/07/2008 a 30/04/2010	60.000 €
3ª - Planos de acessibilidade dos pólos de atracção turística do concelho da Lousã, com destaque para a serra da Lousã, as aldeias do xisto e as praias fluviais.	12 Meses	01/07/2008 a 30/06/2009	30.000 €
4ª - Planos e projectos de acessibilidade dos equipamentos públicos que apresentam maiores níveis de atendimento, para permitir a eliminação das respectivas dificuldades de acesso e mobilidade.	22 Meses	01/07/2008 a 30/04/2010	50.000 €
5ª Projectos de Acessibilização dos pólos de atracção turísticos	-----	-----	-----

6ª Diagnósticos de acessibilidade dos estabelecimentos de turismo, comércio e serviços da Lousã. Aproveitando a experiência do Selo da Lousã Acessível, pretende-se proporcionar aos empresários recomendações técnicas no domínio físico ou sensorial, ao nível do espaço ou do próprio serviço, para melhorar a acessibilidade dos estabelecimentos abertos ao público na Lousã.	22 Meses	01/07/2008 a 30/04/2010	50.000 €
7ª Elaboração de um Estudo de metodologia para a Certificação Territorial do Turismo Acessível. (Pretende-se adequar a partir das boas práticas internacionais já existentes nesta área, possibilitando assim, à certificação da Lousã como Destino Turístico Acessível).	12 Meses	01/07/2008 a 30/06/2009	35.000 €
8ª Elaboração de um Estudo para a Hospitalidade, Ocupação e Animação de Turistas com Incapacidade na Lousã. (Pretende-se estudar as necessidades de acesso ao recreio, lazer e turismo das pessoas com incapacidade na Lousã identificando respostas capazes, susceptíveis de envolver as entidades locais na formação de respostas adaptadas).	9 Meses	01/07/2008 a 30/03/2009	40.000 €
9ª Elaboração de um Estudo do impacto do Turismo Acessível no mercado social de emprego da Lousã. (O Objectivo deste estudo é identificar novas necessidades de profissionais na população activa residente, e em particular para os lousanenses com incapacidade, bem como assim destacar novas oportunidades de empreendedorismo ou de emprego).	12 Meses	01/09/2008 a 31/08/2009	30.000 €
10ª Elaboração de um Estudo do Sistema de Transportes do concelho da Lousã face às necessidades especiais dos cidadãos com incapacidades. (Tem como objectivo diagnosticar as necessidades dos residentes, visitantes ou turistas portadores de incapacidades nos transportes de passageiros, com ligação rodoviárias e ferroviárias a Coimbra e aeroportos, apresentando propostas de solução para a sua adaptação).	6 Meses	01/01/2009 a 30/06/2009	25.000 €
11ª Gestão da Acessibilidade do Destino Turístico da Lousã. (Lançamento a título experimental de iniciativas de animação e gestão turística para inserção nos mercados do Turismo Acessível, no sentido de estimular e adequar a oferta actual do concelho às necessidades específicas dos turistas com incapacidade, nacionais ou internacionais).	20 Meses	01/09/2008 a 30/04/2010	75.000 €
12ª Acções de Sensibilização. (Pretende-se realizar um ciclo de jornadas de sensibilização dedicadas à problemática da incapacidade e do turismo, estando previstas 10 jornadas, em média, uma de dois em dois meses)	20 Meses	01/09/2008 a 30/04/2010	20.000 €
13ª Acções de Informação e Formação. (Organização e execução de acções de carácter demonstrativo destinada aos empresários locais do turismo com o objectivo de divulgar junto de um público interessado, constituído por formadores, empresários e profissionais	20 Meses	01/09/2008 a 30/04/2010	10.000 €

do turismo, funcionários municipais e de outras áreas da administração relevantes, responsáveis e profissionais dos sectores da reabilitação e do apoio social, para as oportunidades oferecidas pelo turismo acessível).			
14ª Concepção de materiais informativos. (Trata-se de desenvolver material informativo e colocar on-line uma plataforma tecnológica baseada na World Wide Web capaz de servir de canal de comunicação directo entre qualquer pessoa com incapacidade).	20 Meses	01/09/2008 a 31/12/2008	10.000 €
15ª Concepção e produção de recursos técnico-pedagógicos	-----	-----	-----
16ª Concepção e execução do Sistema de Sinalização	-----	-----	-----
17ª Missões Técnicas Transnacionais (Proporcionar aos principais agentes envolvidos na promoção da acessibilidade e mobilidade para todos no concelho da Lousã um conjunto de missões técnicas a locais/instituições internacionais de referência).	24 Meses	01/05/2008 a 30/04/2010	32.200 €
18ª Assessoria Técnica, Gestão dos Processos, Gestão Financeira da Candidatura, Trabalho de Preparação e Acompanhamento e Coordenação Global (Trabalho desenvolvido por uma equipa técnica)	23 Meses	01/06/2008 a 30/04/2010	216.000 €
19ª Monitorização e Avaliação do Projecto (Pretende-se que o projecto tenha um sistema de monitorização permanente).	22 Meses	01/07/2008 a 30/04/2010	57.600 €
20ª Suporte logístico e administrativo ao Projecto.	23 Meses	01/06/2008 a 30/04/2010	25.000 €

Fonte: Elaboração própria com base em CML,2008.

A execução do Plano de Acção, “em grande parte dos quais em parceria com agentes locais, de natureza pública e privada, do sector do turismo e da reabilitação” (CML, 2011), culminou com a assinatura de um protocolo de cooperação no âmbito da Estrutura de Missão do projecto, no dia 17 de Maio de 2009, estando presentes as seguintes individualidades: o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Dr. José António Vieira da Silva e da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Dr.ª Idália Moniz. Este protocolo oficializou uma rede de colaboração estratégica entre os diferentes agentes locais da Lousã (figura 13), designadamente nas áreas de alojamento, restauração, apoio social e animação turística.



Fonte: Elaboração própria com base em CML, 2011.

Figura 13. Estrutura de Missão – Protocolo com Agentes Turísticos Locais, 2009

Fernando Carvalho, Presidente da Câmara Municipal da Lousã, no Seminário Novas Perspectivas para o Turismo: A acessibilidade Universal como Referencial de Qualidade, que se realizou no dia 28 de Outubro de 2010, na Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra, referiu que a acessibilidade seria uma mais-valia para o concelho, sendo encarada como uma responsabilidade social.

Neste seminário foram também abordados os investimentos das várias candidaturas relacionadas com o projecto, e mais tarde no relatório final apresentado no dia 30 de Junho de 2011, no âmbito do encerramento do Projecto (quadro 13).

Quadro 13. Montante de investimentos no âmbito do Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, 2011

POVT OLA – Operação Lousã Acessível (2008)	POPH Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade da Lousã (2008)	Programa RAMPA (2010)
1.188.000,00 €	900.800,00 €	300.000,00 €

Fonte: Elaboração própria com base em CML, 2011.

Segundo Fernando Carvalho, no âmbito do POVT¹⁸ – Plano Operacional Valorização do Território, o município da Lousã é o primeiro a ter um Plano Integrado / requalificação urbana. Nesta candidatura denominada OLA – Operação Lousã Acessível foram orçadas dez actividades de “Componente infra-estrutural, de equipamentos e material: comunicação, promoção e animação do espaço urbano” (CML, 2011).

Também no ano de 2008, foi efectuada uma candidatura ao POPH¹⁹ – Programa Operacional Potencial Humano, tendo sido orçadas vinte actividades (quadro 13). Por último, e já em 2010, surgiu a candidatura ao Programa RAMPA²⁰, tendo sido orçadas catorze actividades, onde foram desenvolvidos “planos, concepção de conteúdos, troca de experiências e iniciativas de turismo acessível” (CML, 2011).

Este projecto estabeleceu um Protocolo e várias Parcerias. O Protocolo instituído foi entre a Câmara Municipal da Lousã e a ARCIL, que assumiu o papel de *Incoming* do Turismo Acessível na Lousã. As parcerias foram com a Proasolutions (especialista da Acessibilidade para Todos), com a *Accessible Portugal* (Agência de Viagens) e com a Essentia, que desenvolveu a gestão do projecto.

Durante o desenvolvimento do projecto, foi necessário alcançar, fortalecer e ainda experimentar novas aptidões técnicas que promovessem a integração da oferta no mercado do turismo acessível, e neste sentido, foi realizada uma parceria com a *Accessible Portugal*, operador turístico especializado na área. Esta parceria, levou ao planeamento de um conjunto de *packages* turísticos destinados às pessoas com necessidades especiais. Estes *packages* foram testados no ano de 2010 por meio de simulacros²¹, permitindo assim, analisar a capacidade receptiva e as actividades que melhor se ajustam à oferta turística da Lousã, enquanto destino de turismo acessível.

¹⁸ “O POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território inscreve-se, no que respeita às intervenções financiadas pelo FEDER, no âmbito do objectivo Convergência, e no que respeita às intervenções financiadas pelo Fundo de Coesão, no âmbito dos objectivos Convergência e Competitividade e Emprego, cujas orientações comunitárias vão no sentido de estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa.”

¹⁹ “O POPH é o programa que concretiza a agenda temática para o potencial humano inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), documento programático que enquadra a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.”

²⁰ “O Programa RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade – corresponde à segunda geração de planos de promoção de acessibilidades apoiados pelo POPH, no âmbito da Tipologia de Intervenção 6.5 - Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas no âmbito da Deficiência.”

²¹ Os simulacros estão inseridos na 11ª actividade do Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade – Candidatura ao POPH.

1º Simulacro:

Data: 14 e 15 de Junho 2010.

Descrição do Grupo:

Família 1: Mãe (47 anos) | Filho (8 anos) Trissomia 21 | Irmão (11 anos) | Amigo (9 anos).

Família 2: Mãe (40 anos) | Filho (5 anos) – doença “rara” que provoca multideficiências | Irmã (8 anos) | Avô (65 anos).

Acompanhamento: 2 Elementos da Equipa Técnica do Projecto LDTA; 1 Elemento da *Accessible Portugal* e 1 Guia da ARCIL.

Actividades Desenvolvidas: *Workshop* de esculturas de papel (fotografia 9); Jogos aquáticos em piscina (bóias, flutuadores, bolas, discos, cabos, etc); Slide (Parque de Campismo de Serpins (fotografia 10) e Canoagem no Rio Ceira (fotografia 11).

Parceiros locais envolvidos: Turislousã; Loja do Xisto do Candal; Parque de Campismo de Serpins e ARCIL.

Fotografia 9. *Workshop* de esculturas de papel – Loja do Xisto do Candal



Fonte: CML, 2010.

Fotografias 10 e 11. Slide – Parque de Campismo de Serpins | Canoagem – Rio Ceira



Fonte: CML, 2010.

2º Simulacro:

Data: 21 a 23 de Junho 2010.

Descrição do Grupo:

Família 1: Mãe (48 anos) | Filho (12 anos) – Paralisia cerebral | Irmão (13 anos)

Família 2: Mãe (47 anos) | Filho (8 anos) Trissomia 21 | Irmão (11 anos) | Amigo (9 anos).

Alojamento: Pousada da Juventude da Lousã.

Refeições: Pousada de Juventude da Lousã e “Travessa com Tapas”.

Acompanhamento: 2 elementos da Equipa Técnica do Projecto LDTA; 1 Elemento da *Accessible Portugal*; 1 Guia da ARCIL e 1 elemento de apoio às actividades *Outdoor* em Serpins.

Actividades Desenvolvidas: Percurso pedestre (Praia fluvial da Sr^a. da Graça – Serpins até à área de lazer do Cabril) (fotografia 12); Jogos tradicionais (pescaria com peixes de brinquedo e tiro ao alvo); Banho no rio Ceira – Cabril; Slide (Parque de Campismo de Serpins); Kart Adaptado (Aeródromo da Lousã) (fotografia 13); visita ao helicóptero da Protecção Civil – Combate a incêndios (Aeródromo da Lousã) e tomar banho na cadeira anfíbia (tiralô) – Praia Fluvial da Bogueira – Casal do Ermio.

Parceiros locais envolvidos: *Accessible Portugal* (Transporte Lisboa – Lousã – Lisboa); Movijovem – Pousada da Juventude da Lousã; Parque de Campismo de Serpins; Turislousã; Aeródromo da Lousã; Restaurante “Travessa das Tapas” e ARCIL.

Fotografia 12. Percurso Pedestre – Praia Fluvial da Sr^a. da Graça



Fonte: CML, 2010.

Fotografia 13. Kart Adaptado – Aeródromo da Lousã



Fonte: CML, 2010.

3º Simulacro:

Data: 9 a 11 de Julho de 2010.

Descrição do Grupo: 1 Elemento feminino (Cega) | 1 Elemento masculino (Baixa visão) | 1 elemento feminino (Guia de áudio descrição) – responsável pelo projecto de acessibilidade na Rede Nacional dos Museus. (Todos adultos)

Alojamento: Pousada da Juventude da Lousã

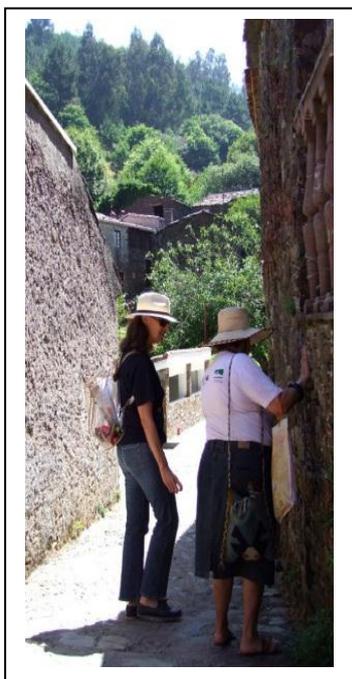
Refeições: Rest. “Travessa com Tapas”; Rest. “A Casa Velha” e Rest. “O Burgo”.

Acompanhamento: 2 elementos da Equipa Técnica do Projecto LDTA; 1 Elemento da *Acessible Portugal* e 1 elemento responsável pelo evento “Elementos à Solta”.

Actividades Desenvolvidas: Visita à Aldeia do Xisto do Candal e Loja do Xisto (fotografia 14); Visita à Aldeia do Xisto Cerdeira - Exposição “Elementos à Solta” – Encontro com artes (fotografias 15 e 16) e passeio nocturno a pé pela vila da Lousã.

Parceiros locais envolvidos: Rest. “Travessa das Tapas”; Rest. “Casa Velha”; Rest. “O Burgo”; Pousada da Juventude da Lousã; Loja do Xisto do Candal e Kerstin Thomas (organização da “Elementos à Solta” – Cerdeira).

Fotografia 14. Aldeia do Xisto do Candal



Fonte: CML, 2010.

Fotografias 15 e 16. Aldeia do Xisto da Cerdeira – “Elementos à Solta”



Fonte: CML, 2010.

4º Simulacro:

Data: 22 a 28 de Agosto de 2010.

Descrição do Grupo: 1 Elemento feminino (Espinha bífida) 35 anos | 1 elemento masculino (paralisia cerebral) 30 anos | 1 elemento masculino (Deficiência motora) 37 anos | 2 elementos femininos (42 e 17 anos) | 1 elemento masculino de (16 anos).

Alojamento: Pousada da Juventude da Lousã.

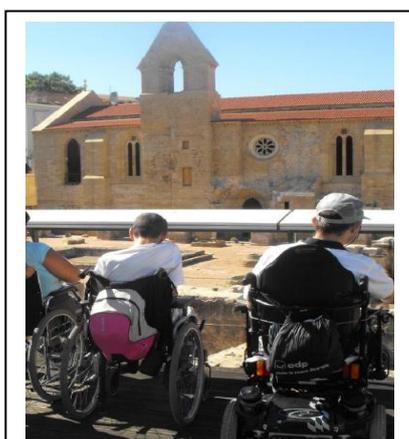
Refeições: Pousada da Juventude da Lousã; Rest. “Travessa com Tapas” e Centro Comercial Fórum Coimbra.

Acompanhamento: 2 elementos da Equipa Técnica do Projecto LDTA e 1 Guia da ARCIL.

Actividades Desenvolvidas: Passeio à Serra da Lousã – visita ao Santo António da Neve; visita à Aldeia do Xisto do Candal com paragem na Loja do Xisto; visita ao Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques; visita ao Convento de Santa Clara-a-Velha (Coimbra) (fotografias 17 e 18); Ida à Praia Fluvial da Bogueira (fotografia 19) e vista à Praia Fluvial de Serpins.

Parceiros locais envolvidos: Pousada da Juventude da Lousã; Turislousã; Loja do Xisto do Candal; Rest. “Travessa com Tapas” e ARCIL.

Fotografias 17 e 18. Visita ao Convento Santa Clara-a-Velha



Fotografia 19. Praia Fluvial da Bogueira



Fonte: CML, 2010.

Fonte: CML, 2010.

5º Simulacro:

Data: 10 a 12 de Setembro de 2010.

Descrição do Grupo: Grupo da ARCIL / **Provedoria:** 1 elemento masculino (sequelas acidentes – Traumatismo craniano) 32 anos | 1 elemento masculino (deficiência mental) 19 anos | 1 elemento masculino (Facoméia de 3 membros) 20 anos; e elemento masculino (tetraplegia). **Restante grupo:** 1 elemento feminino (Lesão vertebro-medular / Paraplégica) 45 anos | 1 elemento masculino (Lesão de Poliomielite) 42 anos | 1 elemento feminino (42 anos) Coordenadora do Projecto DDI Mergulho Adaptado; 2 Instrutores de Mergulho – Mergulhadores especiais.

Alojamento: Pousada da Juventude da Lousã.

Refeições: Rest. “Casa Velha”; Rest. “Travessa com Tapas”; Rest. “Tó dos Frangos” e Rest. Quinta da Paiva – Miranda do Corvo.

Acompanhamento: 1 elemento da Equipa Técnica do Projecto LTDA; 1 elemento da *Accessible Portugal*; 1 Guia da ARCIL e 1 elemento de apoio às actividades na Piscina Municipal.

Actividades Desenvolvidas: Baptismo de Mergulho Adaptado na Piscina Municipal da Lousã: direccionado para o grupo da ARCIL (fotografia 20).

Visita à Praia Fluvial da Nª Srª. da Piedade – Burgo (fotografia 21); visita à Aldeia do Xisto do Candal e Praia Fluvial da Bogueira – Casal do Ermio.

Parceiros locais envolvidos: Pousada da Juventude da Lousã; ARCIL; Rest. “Casa Velha”; Rest. “Travessa com Tapas”; Rest. “Tó dos Frangos”; Piscina Municipal da Lousã e Parque de Campismo de Serpins.

Fotografia 21. Praias Fluviais de Nª Srª da Piedade e da Bogueira

Fotografia 20. Baptismo de Mergulho – Piscina Municipal da Lousã



Fonte: CML, 2010.

Fonte: CML, 2010.



6º Simulacro:

Data: 9 e 10 de Outubro de 2010.

Descrição do Grupo:

Família 1: Pai (Lesão de Poliomielite) 42 anos | Filho (11 anos) | Filha (6 anos)

Família 2: Mãe (48 anos) | Filho (13 anos) | Filho (Paralisia Cerebral) 12 anos

Alojamento: Pousada da Juventude da Lousã.

Refeições: Rest. “Travessa com Tapas”; Rest. “Meta dos Leitões” e Rest. “A Copa”

Acompanhamento: 2 elemento da Equipa Técnica do Projecto LTDA; 1 elemento da *Accessible Portugal* e 1 Guia da ARCIL.

Actividades Desenvolvidas: Experiências com condução de Karts e moto 4x4 (Aeródromo da Lousã); Observação da Brama dos Veados (Serra da Lousã) e Workshop de Confeção do Pão (GERL) (fotografia 22).

Parceiros locais envolvidos: Pousada da Juventude da Lousã; ARCIL; Rest. “Travessa com Tapas”; Rest. “A Copa”; Rest. “A Meta dos Leitões”; Grupo Etnográfico da Região da Lousã e Aeródromo da Lousã.

Fotografia 22. Experiência de Kart e 4x4 | Brama dos Veados | *Workshop* do Pão



Fonte: CML, 2010.

7º Simulacro:

Data: 5 e 6 de Novembro de 2010.

Descrição do Grupo: 1 elemento masculino (amputado de perna e braço direitos devido a acidente rodoviário) | Mãe (55 anos) | Avó (Sénior) 82 anos

Alojamento: Pousada da Juventude da Lousã

Refeições: Rest. “O Burgo”.

Acompanhamento: 2 elementos da Equipa Técnica do Projecto LDTA | 1 elemento da *Accessible Portugal*; 1 Guia da ARCIL e 1 assistente pessoal da ARCIL (para prestar AVDs).

Actividades Desenvolvidas: Passeio pela Serra da Lousã (visita à loja do Xisto do Candal); *Workshop* de Cogumelos (ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade); passeio pelas Ermidas de N^a. Sr^a. da Piedade (Burgo) e visita à Feira da Castanha e do Mel (Parque de Exposições da Lousã) (fotografia 23).

Parceiros locais envolvidos: Pousada da Juventude da Lousã; ARCIL; Rest. “O Burgo”; Loja do Xisto do Candal e ICNB (Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade).

Fotografia 23. *Workshop* de Cogumelos | Passeio pela Ermida de N^a Sr^a da Piedade | Feira do Mel



Fonte: CML, 2010.

Em todos os simulacros acima expostos, foram relatados os testemunhos dos participantes com aspectos positivos ou negativos da experiência vivida. A Equipa Técnica fez um balanço com conclusões e recomendações a cada simulacro, permitindo assim, identificar as falhas existentes e analisar os produtos que melhor se adapte a cada uma das situações/necessidades. Neste sentido, as conclusões mais pertinentes geradas pelos simulacros e tendo em conta as actividades realizadas, depreende-se que:

Relativamente ao alojamento (Pousada da Juventude) existem as seguintes necessidades: falta de quartos adaptados a pessoas com mobilidade reduzida; estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida (é sugerido pela Equipa Técnica, que o número de lugares de estacionamento deverá ser o mesmo dos quartos adaptados); é necessário mais apoio durante o pequeno-almoço, devido ao facto dos utensílios serem demasiado pesados; os alimentos deverão ser colocados a uma altura adequada a pessoas de cadeiras de rodas; é fundamental existir um sinal sonoro no elevador para pessoas com deficiência visual, para que estas tenham a percepção de marcha e paragem para saída.

No que diz respeito ao Parque de Campismo de Serpins, foi detectado que a plataforma de saltos de slide não é acessível a pessoas de cadeira de rodas, pelo que, seria necessário um meio mecânico de elevação; é fundamental uma vedação lateral nas escadas de acesso à plataforma, assim como melhorar o piso dos degraus.

Na Praia Fluvial da Bogueira os pontos fracos mais focados foram: a rampa de acesso ao rio, necessita de uma reformulação e deve prever uma largura maior; a ponte que atravessa o rio, precisa de uma maior estabilidade, segurança e de um corrimão com duas alturas.

Quanto às Piscinas Municipal da Lousã e de Nossa Senhora da Piedade, ambas têm a necessidade de um elevador para acesso das pessoas com mobilidade reduzida para o interior da piscina.

Para terminar, a nível do município, existem passeios que carecem de ser rebaixados junto das passadeiras e foi sugerido a elaboração de um guia de Turismo Acessível que disponibilizasse informação detalhada acerca das acessibilidades dos diferentes espaços turísticos.

O contacto com a realidade destes grupos, levou a que a Lousã passasse a fazer parte da oferta dos produtos turísticos da *Accessible Portugal*, com uma escapadinha no concelho de 5 dias /4 noites (figura 12).



Fonte: www.accessibleportugal.com

Figura 14. Escapadinha no concelho da Lousã, segundo a *Accessible Portugal* (2011)

O programa da escapadinha tem como locais de visita o Ecomuseu da Lousã, os Poços do Antigo Real Neveiro, a Aldeia do Xisto do Candal, as Ruínas Romanas de Conímbriga (Condeixa-a-Velha), a Aldeia do Xisto do Gondramaz (Miranda do Corvo), o Parque Biológico da Lousã (Miranda do Corvo) e o Centro Histórico da Lousã.

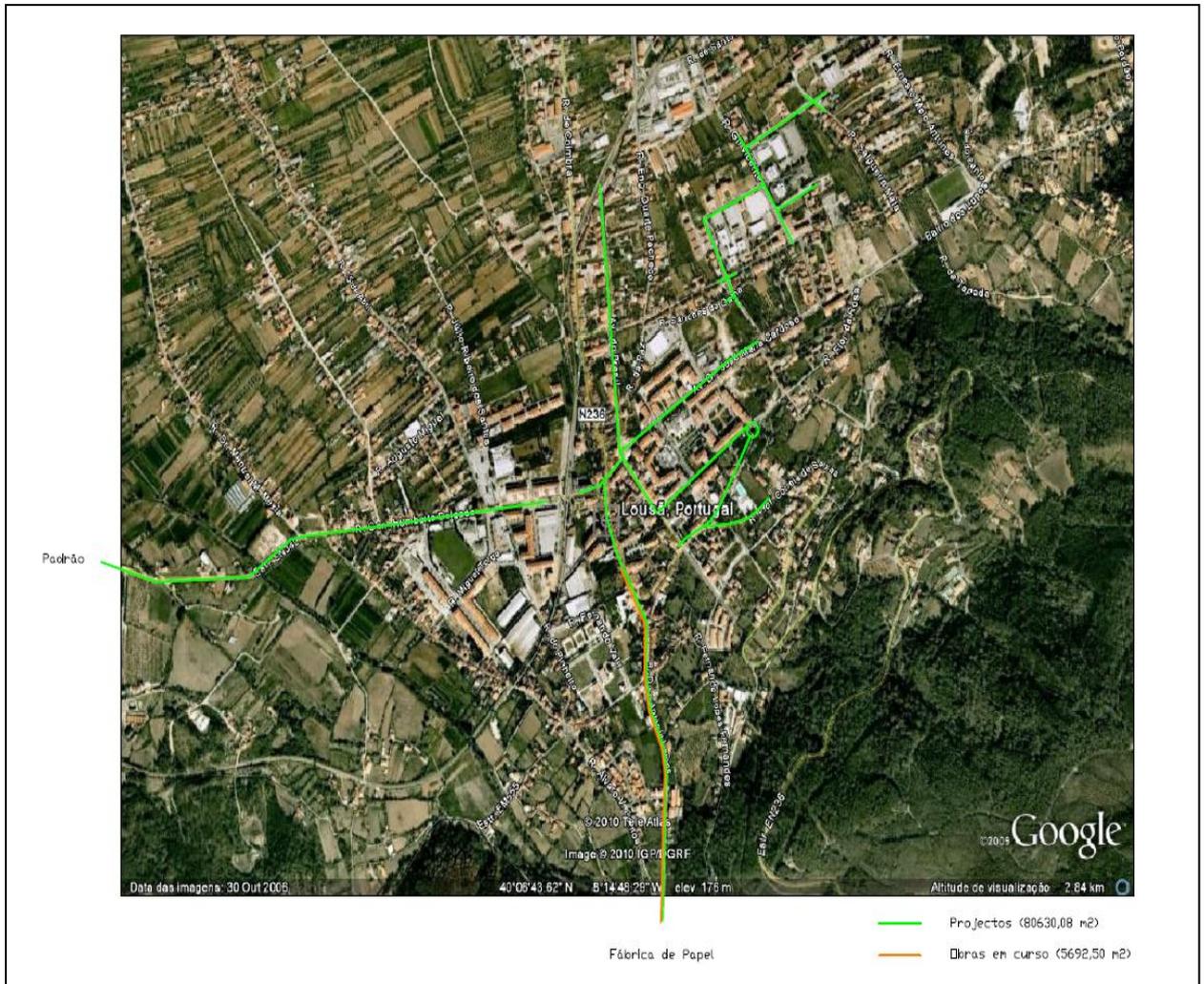
O alojamento é num Hotel de 4 estrelas (quarto duplo, superior) em regime de alojamento e pequeno-almoço e o transporte durante toda a viagem, é realizado em veículos adaptados, equipados com ar condicionado e elevador de cadeira de rodas. Os grupos terão entre 4 a 8 participantes, com o máximo de 3 cadeiras de rodas.

6.5 Soluções Integradas de Arquitectura e Urbanismo

No âmbito da parceria entre o Município da Lousã e a Proasolutions.pt, esta elaborou um estudo orientador e estratégico denominado PSIAT – Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade para Todos, que tem como fundamento a abordagem da acessibilidade no espaço público, edifícios municipais, transportes, comunicação e info-acessibilidade. O objectivo deste plano, segundo a Proasolutions.pt é “melhorar a qualidade de vida de todos através de um processo de transformação urbana” (Intervenção realizada pela Proasolutions.pt no encerramento do Projecto LDTA, 2011).

Este documento (PSIAT), permitiu ao Município da Lousã realizar diversos estudos e executar vários projectos por diferentes técnicos, “como guia de boas práticas no desenvolvimento de Soluções Integradas de Arquitectura e Urbanismo (SIAU), com o *Design for All* como ferramenta de trabalho transversal ao desenho do espaço urbano, dos locais de interesse turístico, dos espaços públicos e dos estabelecimentos turísticos da Lousã” (CML, 2011).

As intervenções já realizadas no terreno, no âmbito do POVT (figura 15), são de cariz urbanístico (fotografias 24 e 25), espaços de lazer (fotografias 26 e 27) e equipamentos (fotografias 28 e 29).



Fonte: ARCIL, 2011.

Figura 15. Enquadramento espacial das intervenções de SIAU na Louçã

Fotografia 24. Requalificação urbanística da Rua da Viscondessa do Espinhal



Fonte: Autora, 2011.

Fotografia 25. Requalificação urbanística da Rua Dr. António Lemos



Fonte: ARCIL, 2011.

Fotografia 26. Requalificação de Espaços de Lazer da Praia Fluvial da Sr.ª. da Graça (Serpins)



Fonte: Autora, 2011.

Fotografia 27. Requalificação de Espaços de Lazer da Praia Fluvial da Sr.ª. da Piedade (Lousã)



Fonte: Autora, 2011.

Fotografia 28. Requalificação de Equipamentos | Intervenção no Cinema Municipal da Lousã



Fonte: ARCIL, 2011.

Fotografia 29. Requalificação de Equipamentos | Intervenção na Escola do Casal de Ermio



Fonte: ARCIL, 201

6.6 Certificação do Destino de Turismo Acessível

Para que o projecto fosse suficientemente credível e sustentável foi necessário dispor de uma alavanca para apoiar e fundamentar a tomada de decisão dos agentes locais, deste modo, foram elaborados no âmbito da candidatura ao POPH, estudos por equipas habilitadas na área e com conhecimento da realidade local.

O “Estudo de Caracterização e Diagnóstico da Deficiência e Incapacidade no Concelho da Lousã (2010)”, realizado pela Santa Casa da Misericórdia da Lousã pretendeu caracterizar de forma exaustiva a população com deficiência/incapacidade do concelho da Lousã, avaliando as suas condições de vida, de trabalho e de lazer, as suas práticas de reabilitação e de integração social, a fim de alcançar eficazmente a adopção de estratégias locais que melhor de adequem a esta população/alvo.

O “Estudo das Necessidades de Acesso ao Recreio, Lazer e Turismo das pessoas com incapacidade na Lousã (2010)”, realizado pela ARCIL e Universidade de Aveiro, teve como fundamento analisar as necessidades de acesso ao recreio, lazer e turismo das pessoas com deficiência/incapacidade, de forma a garantir-lhes soluções adaptadas. O envolvimento das entidades locais, propiciará novas oportunidades de emprego e de empreendedorismo. Neste estudo, foram apresentadas propostas concretas, para tornar mais competitivo o turismo acessível no concelho da Lousã.

No âmbito do “Estudo do Impacto do Turismo Acessível no Mercado de Emprego da Lousã (2010)”, realizado pela ARCIL e ESEC, foram estudados os problemas dos profissionais activos residentes com deficiência do concelho da Lousã, tendo sido identificadas as suas principais dificuldades/necessidades no mercado de trabalho. No campo do empregador, foram inventariadas as necessidades de mão-de-obra existentes para posteriormente, existirem respostas eficazes às várias necessidades no campo da qualificação profissional.

O “Estudo do Sistema de Transportes de Passageiros e de Turistas do Concelho da Lousã, face às necessidades especiais dos cidadãos com incapacidade (2011)”, de autoria da Perform Energia com a colaboração de Espaço de Desenvolvimento, está relacionado com propostas de adaptação do sistema de transportes de passageiros para os cidadãos residentes com incapacidade do concelho da Lousã, para os visitantes ou turistas, de forma a garantir-lhes boas ligações rodoviárias e ferroviárias a Coimbra e aos aeroportos. O estudo permite ainda, orientar os diversos agentes locais, os

responsáveis pelo desenvolvimento do sistema de transportes municipal e aos possíveis investidores, a trabalhar no campo da incapacidade.

Após os vários estudos realizados, um Destino de Turismo Acessível Certificado, foi o passo seguinte que o Município da Lousã pretendeu concretizar, através de modelos de certificação internacionais já existentes. Neste sentido, foi criada (...) uma metodologia de certificação inovadora, a nível internacional, na área do Turismo Acessível. Esta metodologia destaca-se pela criação e valorização da dimensão do serviço, conciliando estrategicamente uma componente física e uma de serviços, isto é, uma interligação entre tangível e intangível, aliando assim de forma inteligente um serviço orientado para a acessibilidade de todos (CML, 2011). Este processo foi acompanhado pela ENAT – *European Network for Accessible Tourism*, na elaboração do estudo e na sua aplicação no terreno (Lousã), tendo sido demonstrado o seu reconhecimento e importância a nível internacional.

A base da certificação deste projecto foi realizada através de uma adaptação da TGB²² – *Toegankelijkheidsbureau*, tendo sido adequado à legislação portuguesa e ao estudo caso, ou seja, à Lousã.

Aproveitando o já existente “Selo da Lousã Acessível”²³, o Município pretendeu aperfeiçoar e valer-se dos critérios para conseguir uma certificação mais concisa e científica. Neste sentido, foi criado um Manual de Recomendações sobre Acessibilidade, que expõe um conjunto de advertências direccionadas para os agentes turísticos locais da Lousã (restauração, alojamento, lazer, animação e informação turística). Posteriormente, foi realizado um ciclo de *workshops*, para estes mesmos agentes, tendo como pano de fundo este mesmo Manual de Recomendações.

Garantindo que o processo de implementação da certificação fosse o mais fidedigno, foram realizadas dez auditorias, que permitiram examinar a parte física e o serviço, possibilitando deste modo informações consistentes ao processo de certificação (quadro 14).

²² Entidade que tem a responsabilidade da certificação do Turismo Acessível na Flandres.

²³ Criado em 2006, visa identificar os estabelecimentos abertos ao público e que já possuam condições mínimas de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada. Foram entregues 143 Selos a estabelecimentos públicos e privados. Neste momento, encontra-se numa segunda fase de desenvolvimento e de acordo com as normas da União Europeia, espera-se que seja um certificado de acessibilidade para os vários tipos de incapacidade (física, mental e sensorial).

Quadro 14. Auditorias realizadas aos espaços de oferta turística da Lousã

Parte Física	Serviços
<ul style="list-style-type: none"> • Princípios objectivos; • Instrumentos de medição adequados, seguindo uma lógica de trajecto e identificando a sua função específica, desde a chegada ao local até aos espaços reconhecidos como indispensáveis ao uso pleno do edifício. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião / entrevista com os proprietários ou colaboradores, de forma avaliar a oferta de meios e a adaptabilidade destes se aproximarem deste mercado; • Identificar especificidades de cada actividade.

Fonte: Elaboração própria com base em CML, 2011.

O sistema de certificação dos espaços de oferta turística local, “(...) deverá ser concretizado e posteriormente gerido pela Câmara Municipal da Lousã”, sendo que “os agentes que vierem a ser certificados serão distinguidos, nos seus diferentes níveis, através de *labels* progressivos de níveis de acessibilização” (CML, 2011).

Todo este trabalho árduo desenvolvido pelo Município da Lousã, resultou num prémio, o tão esperado certificado de **Destino de Turismo Acessível** por parte da ENAT, no dia 30 de Junho de 2011, data de finalização do Projecto. Este certificado (figura 16) tem validade até ao dia 1 de Julho de 2013.



Fonte: CML, 2011.

Figura 16. Certificado de Destino de Turismo Acessível – Lousã, 2011

6.7 Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas

A Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas, é um evento que já se realiza desde 2006 e cada ano que passa tem tido mais adeptos. Este ano, realizou-se a 6ª edição no dia 21 de Junho de 2011, organizada pela ARCIL, com o apoio da Câmara Municipal da Lousã (fotografia 30). Esta actividade consiste num passeio de cadeira de rodas pela estrada nacional nº 236, com início do percurso às 10h00 na Catraia, ao Km 26,6 a uma altitude de 940m, tendo como final a vila da Lousã (180m). A primeira fase da descida (distância de 7 km) decorreu da Catraia ao Candal, local onde ocorreu o almoço. Após o almoço e devido ao escasso tempo para a descida, o percurso continuou em viaturas da ARCIL até ao Parque Carlos Reis, local onde se reuniu ao grupo a Santa Casa da Misericórdia e daí prosseguiu até ao centro da vila da Lousã.

Tendo em vista analisar o conhecimento sobre a realidade deste projecto, julgámos pertinente aproveitar este evento único para a realização de um inquérito por questionário aos participantes desta iniciativa. O processo de recolha da informação decorreu no dia 21 de Junho de 2011. Durante este dia de investigação, foi possível num universo de 25 participantes, realizar 10 inquéritos, o que representa um número muito reduzido mas prende-se com o facto da maioria dos participantes, possuir Paralisia Cerebral resultando assim, a impossibilidade de manter um diálogo com os inquiridos.

A leitura dos resultados percorrerá os vários itens do inquérito, totalizando 32 perguntas.

A primeira parte, prende-se com a caracterização dos inquiridos, designadamente a nacionalidade, a idade, o concelho de residência, o estado civil, as habilitações literárias e a profissão.

A segunda parte, pretende saber o tipo de deficiência, qual a causa da incapacidade, a necessidade de ajuda de outras pessoas nas deslocações e de quanto tempo necessita dessa mesma ajuda.

Com a terceira parte, tentámos perceber se os inquiridos viajam, quais as suas necessidades nessas mesmas viagens abordando a questão do alojamento. Ainda neste campo, numa área mais abrangente, direccionámos as questões para o dia-a-dia destas pessoas de maneira a compreender a acessibilidade aos olhos daqueles que têm incapacidade.

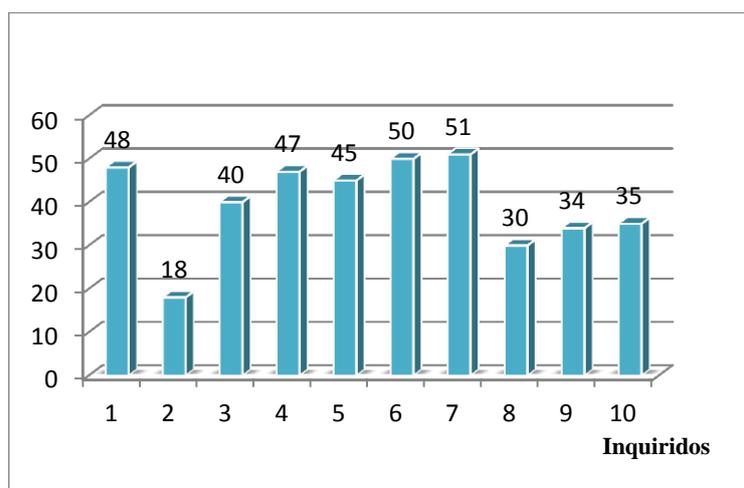
A última parte do inquérito, foi destinada ao Projecto Lousã, Destino de “Turismo Acessível”, onde procurámos avaliar a acessibilidade no terreno tentando perceber até que ponto este projecto contribuiu para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas.

Fotografia 30. Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas, 2011



Fonte: Autora, 2011.

Dos inquéritos realizados, 60% é de sexo masculino e 40% é feminino, sendo a totalidade de nacionalidade portuguesa, residentes no concelho da Lousã. A idade dos inquiridos vai desde os 18 até aos 51 anos, sendo que 90% tem idade igual ou superior a 30 anos (figura 17); 80% são solteiros; 50% habita em casa própria, 20 % no Centro Comunitário Dr. Jaime Ramos (Miranda do Corvo), 10% em casa de familiares e ainda 10% em casa alugada.



Fonte: Inquérito 2011.

Figura 17. Idade dos inquiridos na Descida de Cadeira de Rodas, 2011

Em termos de formação literária, 40% dos inquiridos revela ter o ensino básico 3º ciclo (actual 9º ano /antigo 5º liceal), 30% o 2º ciclo (actual 6º ano /antigo ciclo preparatório), 10% o ensino secundário (actual 12ºano /antigo 7ºano liceal /ano propedêutico), 10% nenhuma formação e por fim um dos inquiridos está a concluir um Doutoramento em Física.

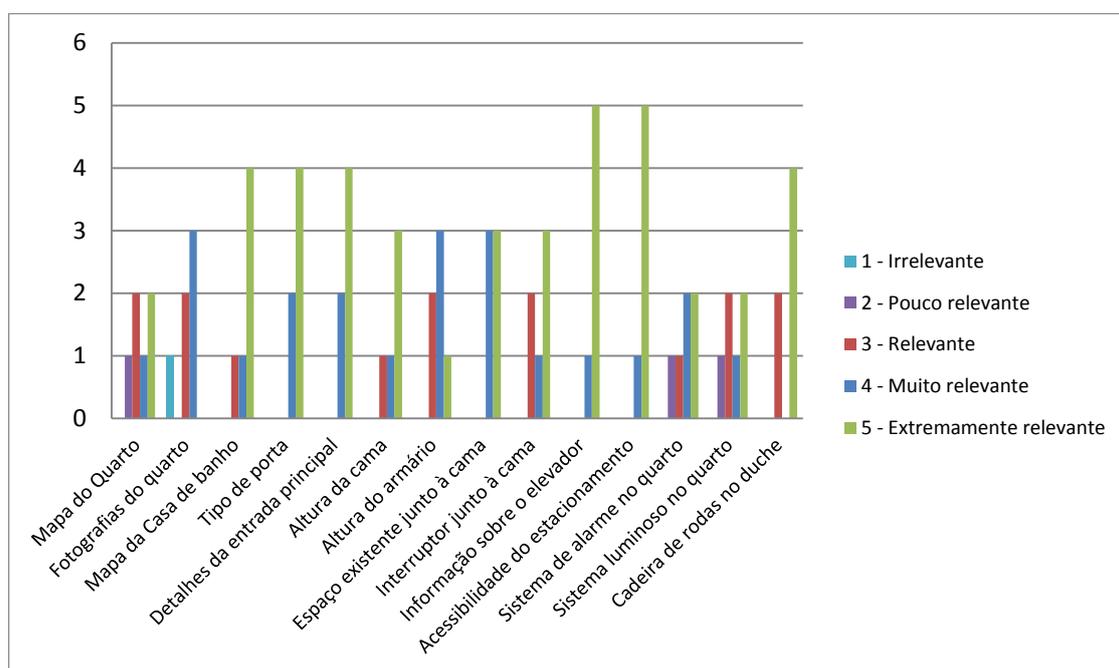
No que concerna à profissão dos inquiridos, concluímos que 40% é reformada e os restantes são: Desempregado, Secretário Clínico, Técnico de calçado e Professor do Ensino Secundário.

Quanto ao tipo de deficiência, a maioria possui Lesão Medular (para) e as restantes deficiências traduzem-se em: Poliomielite, Lesão Medular (tetra), Paralisia Cerebral, Paralisia Infantil e Malformação Óssea. No que diz respeito à maioria das deficiências Lesão Medular (para), conclui-se que foi adquirida/acidente. O meio de locomoção mais usado pelos inquiridos na sua deslocação é a cadeira de rodas manual

70% seguido da cadeira de rodas eléctrica 20%. Quando perguntámos a ajuda em percentagem que necessitavam para se movimentarem, 8 responderam que necessitavam de 100% de ajuda e 2 responderam entre 75% – 100%.

Após percebermos o meio de deslocação dos inquiridos, questionámo-los se viajavam, se sim em que época do ano e qual o motivo da viagem, 70% respondeu que realizava viagens e 30% afirmou que não viajava. Quanto à época do ano, 60% respondeu época alta e 20% época baixa. O motivo principal da viagem apurado foi férias/prazer (60%), contra férias /prazer e em trabalho (10%).

Uma das questões seguintes abordadas foi o acompanhamento de outrem em viagem: 60% respondeu com familiares, 20% com amigos e 10% com agências de viagens. Nestas viagens, estas pessoas deparam-se muitas vezes com uma série de situações em termos de acessibilidades. Neste sentido, tentámos perceber quais as necessidades mais importantes em termos do alojamento, partindo de uma escala de não relevante até ao muito relevante (figura 18).



Fonte: Autora, 2011.

Figura 18. Necessidades mais relevantes dos inquiridos em termos de alojamento (2011)

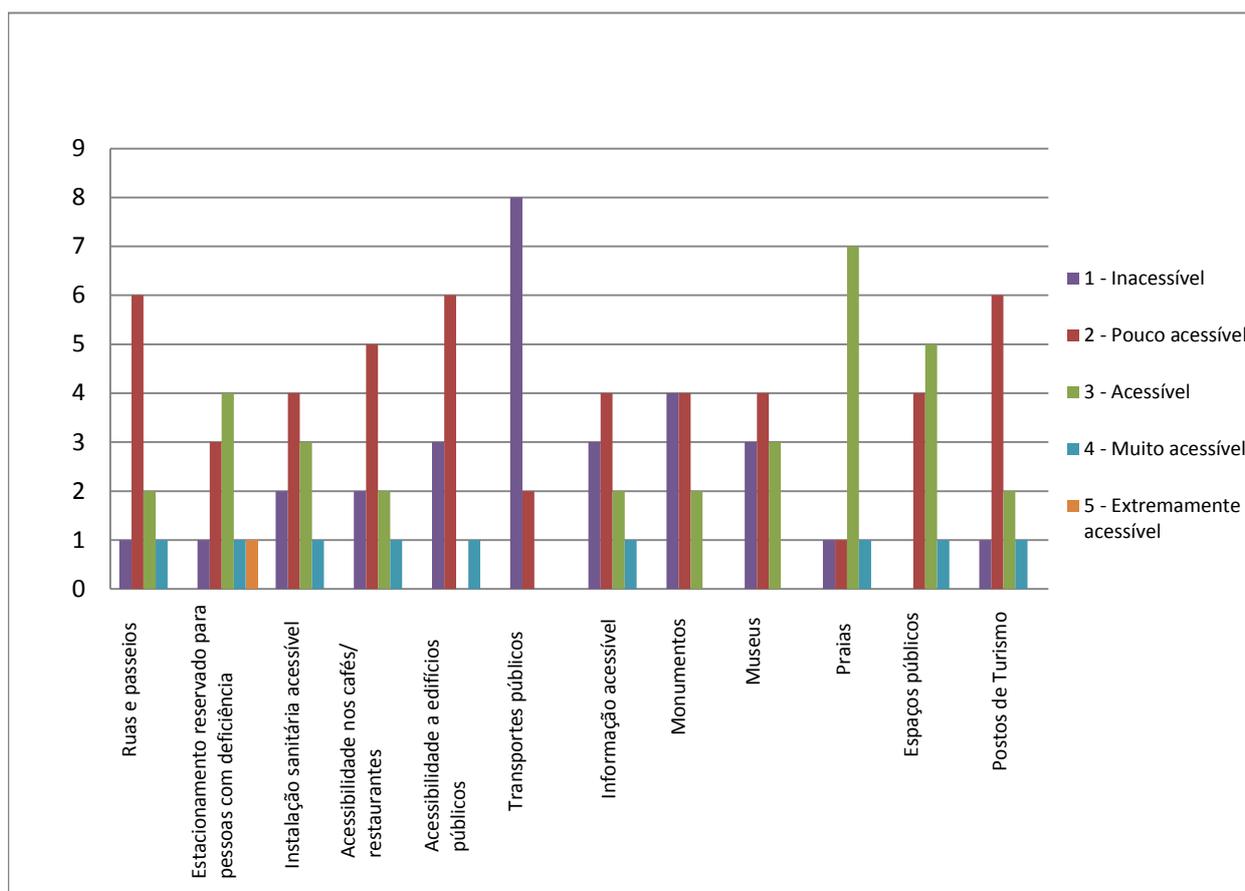
Como podemos verificar na figura 18, em quase todos os parâmetros a maioria dos inquiridos mencionou muito relevante nas acessibilidades descritas, sendo que em dois aspectos, 50% foi mais unânime na resposta, destacando-se: a informação sobre o elevador e a acessibilidade do estacionamento. O segundo parâmetro mais votado, em que 40% reconheceu ser extremamente relevante, foi o mapa da casa de banho; o tipo de porta; detalhes da entrada principal e, por último, a cadeira de rodas no duche. Em terceiro lugar, 30% dos inquiridos nomeou a altura da cama; o espaço existente junto à cama; o interruptor junto à cama e a altura do armário como sendo relevantes e muito relevantes, na sua escolha de alojamento durante as suas viagens. Quanto aos sistemas de alarme e luminoso no quarto, 20% referiu como sendo muito relevante e extremamente relevante. As necessidades com menos grau de relevância foram o mapa e as fotografias do quarto.

Analisando as respostas a esta questão, concluímos que a maioria dos inquiridos, recorre aos alojamentos capazes de lhes fornecer de acordo com as suas necessidades, boas acessibilidades às instalações e serviços, permitindo assim, uma mobilidade de forma autónoma.

No seguimento da pergunta anterior, questionámos a forma em como pensavam adquirir a informação das acessibilidades no alojamento. A forma mais evidenciada pelos inquiridos foi: associações para deficientes (30%), páginas web específicas (20%), agências de viagens/operadores turísticos (20%), difícil de encontrar a informação (20%), postos de turismo (10%) e recomendação de alguém com uma deficiência semelhante.

Em termos genéricos, a questão seguinte, prende-se com o facto de sabermos aos olhos destas pessoas com incapacidade, se no seu entender, julgam Portugal mais acessível “a Todos” nos dias de hoje (figura 19).

As respostas dos inquiridos a esta questão (figura 19) permitem verificar que a maioria refere que Portugal está muito longe de ser acessível. O único parâmetro mencionado de extremamente acessível foi o estacionamento reservado para pessoas com deficiência, sendo referido por 10% dos inquiridos. O ponto mais votado (80%) como sendo Inacessível, é referente aos transportes públicos. Os restantes lugares mais referenciados como sendo de pouco acessível, foram os seguintes: ruas e passeios; acessibilidade nos cafés e restaurantes; nos edifícios públicos; na informação acessível; nos monumentos; nos museus e nos postos de turismo.



Fonte: Autora, 2011.

Figura 19. Acessibilidade em Portugal, segundo os inquiridos (2011)

As questões que se seguem, foram orientadas para o conhecimento do projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”. Nesse sentido, a primeira pergunta realizada aos inquiridos foi saber com o que pensavam deste projecto, ao que responderam muito bom (70%) e bom (30%). A seguinte questão prendeu-se com o objectivo de percebermos onde tinham tido conhecimento deste projecto, a maioria respondeu por instituições públicas 70%, 10% por familiares, 10% por amigos e ainda 10% era membro do grupo técnico de acessibilidade da Provedoria Municipal da Lousã.

No seguimento das perguntas anteriores, a vigésima quarta pergunta efectuada, está relacionada com a vila da Lousã ser ou não acessível “a Todos”, 100% respondeu sim.

No contexto da “Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas”, perguntámos aos inquiridos desde quando faziam esta descida e se sentiam segurança ao fazê-la. Em

relação à primeira questão, 40% respondeu desde a primeira edição (2006), 30% desde o ano de 2007, 10% desde 2009, 10% desde 2010 e os últimos 10% iniciaram a descida em 2011. Quanto à segurança, 90% dos inquiridos respondeu que a descida era realizada com muita segurança.

Devido ao facto desta iniciativa estar relacionada com o desporto, na próxima questão tentámos perceber se os inquiridos praticavam outro tipo de desporto e qual. A maioria respondeu que não praticava desporto, contra 30% que respondeu de forma afirmativa. Os desportos praticados pelos inquiridos são os seguintes: futebol e natação, pesca desportiva e ainda futebol em cadeira de rodas eléctrica.

Em termos de outras actividades organizadas pelo Município da Lousã, perguntámos se já tinham participado e em quais. As respostas dos inquiridos repartiram-se de forma igual (50%) entre sim e não. Os que responderam sim, referiram as seguintes actividades: ir às escolas dar testemunhos sobre a inclusão/como ser um exemplo de vida; participação em jogos tradicionais; feiras de artesanato; desporto para pessoas com deficiência (parapente e desportos radicais) e *Workshops* sobre Turismo Acessível.

Para finalizar este questionário, foram solicitadas sugestões para tornar a vila da Lousã ainda mais acessível “a Todos”: 20% respondeu casa de banho pública para deficientes e com acesso a cadeira de rodas; 10% passeios rebaixados; 10% não deixar construir edifícios que não estejam aprovados com o conceito de “*Design for All*”; 10% (estacionamentos indevidos) maior vigilância nos estacionamentos dos lugares para deficientes; 10% promover mais actividades para pessoas portadoras de deficiência e a continuação do trabalho que está a ser realizado no âmbito do Turismo Acessível.

7. Conclusão

A presente dissertação estudou a importância do Turismo Acessível e em termos gerais e em particular o projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”.

Na primeira parte da dissertação, apresentou-se uma revisão de literatura sobre esta temática, na qual procurámos registar as principais tendências e questões, através da análise de diversos documentos orientadores relacionados com o tema em questão.

Durante muito tempo, a inclusão das pessoas com deficiência foi vista como um problema isolado, eram a família e as entidades especializadas que tinham que se responsabilizar pelos seus cuidados. Entretanto, foram surgindo instituições e grupos que com a preocupação de integrar essas pessoas, começaram a discutir a maneira mais saudável de as integrar.

Neste sentido, o Turismo tem assumido progressivamente uma postura mais crítica e preocupada, observando-se nos últimos anos, alterações nas características dos equipamentos e dos serviços turísticos. As pessoas com deficiências, desejam um tratamento igual às demais pessoas nas mais diversas actividades turísticas, as quais respeitando as capacidades e mobilidades individuais, apenas carecem de algumas adaptações.

É necessário a continuação de trabalhos de investigação centrados neste público com necessidades especiais, para posteriormente se poder dar respostas positivas às suas necessidades.

Hoje em dia, já existe uma progressiva tomada de consciência nas dimensões associadas ao Turismo Acessível (para Todos), tenta-se envolver a maior parte possível da população nas actividades consideradas genericamente de Turismo e ou de Lazer.

O Turismo Acessível compromete assim a oferta de soluções e respostas, conjuntas ao nível do território, pressupondo o envolvimento das várias entidades, do sector público, privado e associativo de diferentes áreas de actividade e não somente a exclusividade do Turismo.

Ao conceito de Turismo Acessível podem ser associadas outras terminologias, são elas: Turismo para Pessoas com Necessidades Especiais, Turismo para Todos, Turismo Livre de Barreiras e Turismo Acessível para Todos.

Neste sentido podemos destacar a importância do Turismo Acessível na acessibilidade para todos. Os serviços turísticos, enquanto qualidade, são um diferenciador de sucesso muito importante no que diz respeito a vantagens competitivas.

Desde 1960 que se tem vindo a verificar uma preocupação constante com as pessoas com deficiência. Foram surgindo ao longo dos anos, Declarações e Convenções que protegem os portadores de deficiência, ajudando-os a terem um papel importante na sociedade.

O *Design* para Todos como um princípio no planeamento e concepção, vem adquirindo com o tempo a atenção crescente nos últimos anos, especialmente na União Europeia. Hoje é indiscutível que a igualdade de participação na sociedade é parte dos direitos civis de cada cidadão. A evolução demográfica e respectivo número crescente de pessoas idosas, tem vindo a chamar a atenção para a necessidade de acessibilidade e utilização dos espaços públicos, a fim de garantir o acesso da população à vida pública.

Considerando o facto da maioria dos países Europeus terem uma população variando entre os 20% e 37% com manifestos requisitos de acessibilidade, torna-se óbvio que existe um enorme mercado em expansão para a acessibilidade nos produtos e serviços em todos os países.

Em Portugal, segundo um estudo realizado pelo INE, no dia 12 de Março de 2001, no Recenseamento da População foram apuradas 636.059 pessoas com deficiência (ou seja, 6,1% da população residente). Verifica-se que a maior parte das pessoas com deficiência recenseadas em 2001 eram do tipo visual e motor, sendo que, uma percentagem significativa da população apontou ainda ser portadora de outra deficiência: 78.590 dos homens contra 67.479 das mulheres.

Comparativamente à composição da população em análise, constatou-se que a deficiência atingia sobretudo a população masculina, especialmente entre os que possuíam uma deficiência motora: 88.829 dos homens contra 67.417 das mulheres.

As deficiências mental e paralisia cerebral, eram os tipos de deficiência menos significativos na população aquando os Censos 2001.

Vários projectos têm sido impulsionados em Portugal no sentido de promover o Turismo Acessível, evidenciando-se a “Praia Acessível – Praia para Todos”. Este projecto, deu os primeiros passos em 2004 e foi lançado no terreno em 2005, coordenado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação em parceria com o Turismo de Portugal. O seu objectivo primordial visava tornar acessíveis as praias nacionais,

marítimas e fluviais, às pessoas com mobilidade condicionada, incentivando a aplicação do Decreto-Lei nº163/06, de 8 de Agosto.

A APPTA – Associação de Turismo Acessível – um acesso Para Todos, surgiu a 18 de Dezembro de 2007. É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos que tem vindo a desenvolver várias acções sociais com a comunidade e agentes na área da sua sede. O seu objectivo “é contribuir para a normalização de padrões de acessibilidade turística em Portugal através da implementação, correcção e melhoramento de infra-estruturas hoteleiras e turísticas, meios de transporte, percursos, itinerários, formas de comunicação e formação de técnicos de turismo acessível para todos” (APPTA).

A criação da *Accessible Portugal* está relacionada com a constatação de um vazio na oferta turística para as pessoas com mobilidade reduzida. Esta agência de viagens é única a nível nacional e tem como objectivo principal retirar aos familiares, o peso e a preocupação da acessibilidade a todos os níveis nos seus momentos de lazer. O trabalho desenvolvido por esta agência, já foi reconhecido a nível nacional e internacional. A nível nacional, com a atribuição em 2009, do prémio da Autoridade Turística Nacional – Turismo de Portugal, na categoria “Serviços”, cujo objectivo foi distinguir projectos públicos e privados que contribuíram para o desenvolvimento turístico em Portugal. A nível internacional, recebeu da ENAT (*European Network for Accessible Tourism*), o certificado de Membros de pleno direito (*Full Membership*) e o *ENAT Code of Good Conduct*.

Através da ADXISTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, foi criado um projecto na Aldeia do Xisto do Gondramaz (Miranda do Corvo), designado “Caminho do Xisto Acessível de Gondramaz”, com a finalidade de proporcionar às pessoas portadoras com incapacidade um percurso acessível.

A Fundação do INATEL criou uma iniciativa designada por “Turismo Sénior”. Esta iniciativa, visa oferecer a todos os cidadãos portugueses com idade igual ou superior a 60 anos, a possibilidade de gozar de um programa de férias a preços diferenciados e atractivos. Deste modo, surgem uma série de vantagens para os Seniores e também para as regiões que acolhem este programa: permite a participação dos Seniores com baixos rendimentos, melhora a qualidade de vida e bem-estar dos Seniores, incentiva a utilização dos estabelecimentos termais, levando assim, a uma oferta na hotelaria nestes lugares, dinamizando a actividade económica das regiões e conduzindo à criação de novos postos de trabalho no sector turístico.

Recentemente, no dia 13 de Julho de 2011, o Município de Alvaiázere no âmbito do “Programa mais acessível” lançado pelo Governo em Outubro do ano de 2008, apresentou um Plano Local de Promoção da Acessibilidade com o objectivo de construir um território mais acessível a todos. Serão eliminadas barreiras arquitectónicas e urbanísticas que tornarão o centro da vila mais acessível.

Como podemos verificar, nos exemplos acima descritos, já existem boas práticas desenvolvidas pelas administrações locais, utilizando as políticas de Acessibilidade e *Design for All*, tornando assim a acessibilidade num objectivo de todos os intervenientes e actores. As acessibilidades são uma matéria de cultura cívica, não basta agirmos passivamente a este problema, temos que “lutar” para um mundo melhor e acessível a Todos.

“Não há democracia, sem acessibilidade informativa, cultural, social e económica, por forma a não excluir ninguém, porque ninguém é dispensável” (CUNHA, 1998:16).

A Lousã é um dos municípios que se tem destacado em matéria de Turismo Acessível, tendo sido o único a abraçar um Projecto de “Destino de Turismo Acessível”. Este projecto, desde o início que foi considerado como uma oportunidade de mostrar ao mundo as particularidades que este concelho tem para oferecer. Com a ajuda da ARCIL, desenvolveu uma política da acessibilidade a todos os níveis.

Este projecto, começou por dar os seus primeiros passos no Congresso Nacional de Turismo Acessível, a 20 de Abril de 2007, tendo como promotores a Câmara Municipal da Lousã, a Provedoria Municipal, o INR (Instituto Nacional para a Reabilitação), a ESEC (Escola Superior de Educação de Coimbra), a DRE - Centro (Direcção Regional de Economia do Centro), a ARCIL (Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã) e a DUECEIRA (Associação de Desenvolvimento do Ceira). As conclusões deste congresso, levaram a uma aposta deste Município em se tornar o primeiro destino de Turismo Acessível de Portugal, assumindo assim, a primeira candidatura ao POPH – Programa Operacional de Potencial Humano. Esta candidatura foi aprovada, tendo sido apoiada economicamente com fundos comunitários entre 2008 e 2011. Foi estabelecido um Protocolo e várias Parcerias com as seguintes entidades. O Protocolo instituído foi entre a Câmara Municipal da Lousã e a ARCIL, que assumiu o papel de *Incoming* do Turismo Acessível na Lousã. As parcerias foram com a Proasolutions (especialista da Acessibilidade para Todos), com a *Accessible Portugal* (Agência de Viagens) e com a Essentia, que desenvolveu a gestão do projecto.

Durante o desenvolvimento do projecto, foi necessário alcançar, fortalecer e ainda experimentar novas aptidões técnicas que promovessem a integração da oferta no mercado do turismo acessível, e neste sentido, foi realizada uma parceria com a *Accessible Portugal*, operador turístico especializado na área. Esta parceria, levou ao planeamento de um conjunto de *packages* turísticos destinados às pessoas com necessidades especiais. Estes *packages* foram testados no ano de 2010 por meio de simulacros, permitindo assim, analisar a capacidade receptiva e as actividades que melhor se ajustam à oferta turística da Lousã, enquanto destino de Turismo Acessível.

Ainda no âmbito da parceria, entre o Município da Lousã e a Proasolutions.pt, esta elaborou um estudo orientador e estratégico denominado PSIAT – Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade para Todos, que tem como fundamento a abordagem da acessibilidade no espaço público, edifícios municipais, transportes, comunicação e info-acessibilidade. Este documento (PSIAT), permitiu ao Município da Lousã realizar diversos estudos e executar vários projectos por diferentes técnicos, (...) como guia de boas práticas no desenvolvimento de soluções integradas de Arquitectura e Urbanismo, com o *Design for All* como ferramenta de trabalho transversal ao desenho das Cidades e dos edifícios (CML, 2011).

Para que o projecto fosse suficientemente credível e sustentável foi necessário dispor de uma alavanca para apoiar e fundamentar a tomada de decisão dos agentes locais, deste modo, foram elaborados no âmbito da candidatura ao POPH, estudos por equipas habilitadas na área e com conhecimento da realidade local.

Tendo em vista analisar este projecto, julgámos pertinente aproveitar o evento “Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas” para a realização de uma abordagem do tipo exploratório, um inquérito por questionário aos participantes desta iniciativa.

No âmbito desta recolha, os resultados do inquérito permitiram afirmar que 100% é de nacionalidade portuguesa e residente no concelho da Lousã; (90%) tem idade igual ou superior a 30 anos; 80% são solteiros; 50% habita em casa própria e 40% revela ter o ensino básico 3º ciclo (actual 9º ano /antigo 5º liceal). Concluimos ainda que 40% dos inquiridos são reformados e possuem Lesão Medular (para), pelo que o meio de locomoção mais usado pelos inquiridos na sua deslocação é a cadeira de rodas manual, levando a (80%) necessitar de 100% de ajuda de outrem.

Relativamente às viagens, 70% respondeu que viajava, com o motivo principal de férias/prazer e em época alta, sendo realizadas com familiares. As necessidades que os inquiridos revelaram ser mais importantes em termos de alojamento: 50% foi unânime

na resposta, destacando-se a informação sobre o elevador e a acessibilidade do estacionamento; 40% respondeu extremamente relevante, o mapa da casa de banho, o tipo de porta, detalhes da porta principal e a cadeira de rodas no duche.

Em termos da acessibilidade em Portugal, o único parâmetro que os inquiridos mencionaram como extremamente acessível foi o estacionamento reservado para pessoas com deficiência, quanto aos restantes parâmetros, o mais votado foi de 80% como sendo inacessível e é respeitante aos transportes públicos; como pouco acessível referiram: as ruas e os passeios, acessibilidades nos cafés /restaurantes.

Quanto ao projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, 70% dos inquiridos demonstrou gostar do projecto e (100%) manifestou o seu agrado em a vila da Lousã, ser acessível “a Todos”. Neste sentido, e para tornar a vila da Lousã ainda mais acessível, os inquiridos deixaram as seguintes sugestões: 20% sugeriu uma casa de banho pública para deficientes e com acesso a cadeira de rodas; 10% passeios rebaixados; 10% não deixar construir edifícios que não estejam aprovados com o conceito de *Design for All* e 10% propôs promover mais iniciativas para pessoas portadoras de deficiência.

A meu ver, o projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, tem tudo para continuar a desenvolver um bom trabalho em termos de Turismo Acessível, é certo que ainda há muito para fazer nas acessibilidades nos edifícios públicos; na restauração; nas vias públicas e no campo do alojamento (o concelho da Lousã dispõe de 8 unidades de alojamento licenciadas: 1 Hotel; 1 Pensão; 3 unidades de Turismo em Espaço Rural; 1 Parque de Campismo e 1 Pousada da Juventude) devido a este facto e como já pudemos observar nos simulacros realizados, o meio de alojamento utilizado é sempre o mesmo, ou seja, a Pousada da Juventude, uma vez que é a única unidade hoteleira que permite até à data, uma melhor adaptação às condições das pessoas com deficiência motora.

É já sabido que o Município da Lousã tem em mente a colocação de um projecto denominado “*BEALiving*”, de autoria do Arq. Gonçalo Silva Pinto. Este projecto será um *Bungalow* Acessível, em que a sua estrutura de base é a reutilização de contentores de carga marítima, e na parte exterior, serão usados plásticos reciclados, ou seja, é uma casa ecológica modular acessível das pessoas, na medida em que esta pode ter a configuração que se deseje e também amiga do ambiente. Ainda na temática do alojamento, a ARCIL a médio/longo prazo tem também a intenção de adaptar/reclassificar para Turismo Acessível a Quinta do Caimão, em Vilarinho, contribuindo assim para mais um meio de alojamento no concelho.

Como já referimos, a construção de um destino de Turismo Acessível, é um caminho que terá que ser percorrido gradualmente, com a ajuda de todos, como tal, é necessário continuar a envolver e a sensibilizar os diferentes actores de serviços turísticos tais como: a restauração (restaurantes, bares, cafés, etc.), os meios de alojamento (Hotéis, Pensões, TER, Pousadas, Parques de Campismo, etc.), as agências de viagens, os meios de transportes privados (táxis, autocarros, etc.), as empresas de animação (espaços para eventos e parques temáticos). Para além destes, é também necessário não esquecer outros serviços que servem de apoio ao Turismo, são eles: o comércio em geral, mercados, transportes públicos, correios, PSP, GNR, hospitais e centros de saúde, farmácias, agências bancárias, quiosques, postos de turismo, entre outros.

O reconhecimento do trabalho desenvolvido neste domínio pelo Município da Lousã, resultou num prémio, o tão esperado certificado de **Destino de Turismo Acessível** por parte da ENAT, no dia 30 de Junho de 2011.

Pela minha parte, através da investigação realizada e do trabalho agora apresentado, penso estar a contribuir para suscitar novas reflexões e orientações no campo da acessibilidade, sensibilizando os vários públicos para o problema do “Turismo Acessível – Turismo para Todos”. Tendo por isso, que existir formas e soluções criativas e diferenciadoras para a continuação deste projecto, que será um novo impulso para a acessibilidade nesta área territorial e/ou em outras áreas territoriais.

Bibliografia

- ADXISTUR – “*Percurso Caminho do Xisto Acessível de Gondramaz*”. Disponível em:http://www.aldeiasdoxisto.pt/images/content/percurso/GondramazAcessivel_frente-verso.pdf; consulta a 19 de Junho de 2011, às 17.28 h.
- ALMEIDA, R. A. – “*Relatório Científico III – Roteiros Turísticos para Pessoas com Necessidades Especiais*”. Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em:http://www.turismoadaptado.com.br/pdf/trabalhos_e_pesquisas/roteiros_turisticos_para_pessoas_com_necessidades_especiais.pdf; consulta a 10 de Março de 2011, às 17.51 h.
- AMBROSE, Ivor – “*Developing a European Road Map for Accessible Tourism Policy*”. In, Revista Turismo & Desenvolvimento, Journal of Tourism and Development “*Turismo Acessível*”, 2009, pp. 48; 55.
- APPTA – Associação de Turismo Acessível – um acesso Para Todos. Disponível em: <http://www.appta.org.pt>; consulta a 2 de Janeiro de 2011, às 01.32 h.
- ARCIL & ESEC – “*Estudo do impacto do Turismo Acessível no mercado do emprego da Lousã*”, 2010, pp. 28.
- ARCIL & UNIVERSIDADE DE AVEIRO – “*Estudo das Necessidades de Acesso ao Recreio, Lazer e Turismo das pessoas com incapacidade na Lousã*”, 2010.
- ARH – “*Praia Acessível - Praia para Todos*”. Administração da Região Hidrográfica do Centro I.P, Doc Excel, 2011.
- ARH – “*Praias Acessíveis 2011*”. Doc PDF. Disponível em: <http://www.arhcentro.pt/website/LinkClick.aspx?fileticket=aMaESXQfPbU%3d&tabid=549>; consultado a 06 de Julho de 2011, às 16.09h.
- BRASIL, Ministério do Turismo – “*Turismo Acessível – Introdução a uma Viagem de Inclusão*”, Volume I. Brasília, 2009, 48pp. Doc. PDF, Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha-1Verde.pdf; consulta a 06 de Julho de 2010; às 18.24 h.
- BRASIL, Ministério do Turismo – “*Turismo Acessível: Mapeamento e Planeamento Acessibilidade em Destinos Turísticos*”, Volume II. Brasília, 2009, 52pp. Doc. PDF, Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha2-Azul.pdf; consulta a 11 de Junho de 2010, às 01.23 h.

- BRASIL, Ministério do Turismo – “*Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo Acessível*”, Volume III. Brasília.60pp, 2009. Doc. PDF, Disponível em:http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha-3_Vermelha.pdf; consulta a 11 de Junho de 2010, às 01.47 h.
- BRASIL, Ministério do Turismo – “*Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo de Aventura Adaptada*”, Volume IV. Brasília.88pp, 2009. Doc. PDF, Disponível em:http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha-4_Laranja.pdf; consulta a 16 de Julho de 2011, às 23.48 h.
- ACCESSIBLE, Portugal – Agência de Viagens em Portugal. Disponível em: <http://www.accessibleportugal.com/pt/main.php>; consulta a 19 de Junho de 2011.
- C.M. LOUSÃ – “*Destino de Turismo Acessível*”. Disponível em: http://www.cm-lousa.pt/turismo/turismo_acessivel.htm; consulta a 19 de Junho de 2011, às 17.20h.
- CARVALHO, Michele – “*A Acessibilidade para cadeirantes nos atractivos turísticos culturais do centro de Porto Alegre: considerações sobre um roteiro*”, 2007. Doc. PDF, Disponível em:http://www.turismoadaptado.com.br/pdf/trabalhos_e_pesquisas/a_acessibilidade_para_cadeirantes_nos_atrativos_turisticos_culturais_do_centro_de_porto_alegre.pdf; consultado a 10 de Janeiro de 2011, às 01.40 h.
- CARVALHO, Paulo – “*Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha: o exemplo da Serra da Lousã*”. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra. Câmara Municipal da Lousã, 1ª ed, 2009, pp 201; 227.
- CARVALHO, Paulo – “*A Vila da Lousã: contributo para um estudo de geografia urbana*”. Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra. Câmara Municipal da Lousã, 1999.
- CARVALHO, Paulo – “*Turismo e Imagem Turística. Abordagem geográfica a partir da Lousã*”. Revista Arunce, 2009.
- CAVACO, Carminda – “*Turismo Sénior: perfis e práticas*”. COGITUR, Vol.2.CEG, Universidade de Lisboa, 2009. Doc. PDF, Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/issue/view/56>; consulta a 5 de Maio de 2011, às 23.00 h. pp. 47;52.

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - *Mapas da Região Centro*. 2011. Disponível em: https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=367&Itemid=249&lang=pt; Consulta a 27 de Agosto de 2011, às 00H56.

CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ – “*Relatório Final – Projecto*”, 2011.

COMITÉ Económico e Social Europeu – “*Para um turismo acessível a todas as pessoas e socialmente sustentável*”. Jornal Oficial nº C 032 de 05/02/2004. Doc. PDF, Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu>; Consulta a 2 de Janeiro de 2011, às 01.18 h.

CONVENÇÃO nº 111, ONU – “*Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão*”. Doc. PDF, Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/inf/download/conv_111.pdf; consulta em 9 de Março de 2011, às 00.29 h.

CONVENÇÃO – “*Direitos das Pessoas com Deficiência*” - Publicação Oficial Diário da República. Disponível em: <http://www.inr.pt/content/1/830/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-publicacao-oficial/>; consulta a 14 de Março de 2011, às 01.4h.

CUNHA, Rui – “*Cidades Acessíveis Instrumentos e Metodologias de Intervenção*”, Acção Social / CML. Guache – Artes Gráficas, 1998.

DEVILE, Eugénia – “*O Desenvolvimento do Turismo Acessível: dos Argumentos Sociais aos Argumentos de Mercado*”. In, Revista Turismo & Desenvolvimento, Journal of Tourism and Development “*Turismo Acessível*”, 2009, pp.39;40.

DEVILE, Eugénia; GARCIA, Ana & CARVALHO, Filipe – “*Turismo Acessível – O Caso do Turismo para Pessoas com Mobilidade Reduzida em Portugal*”.s/d., pp. 3-5; 8.

ECA – European Concept for Accessibility – “*Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações*”. EUCAN – European Concept for Accessibility Network Versão Portuguesa, INR, 2008. Disponível em: http://www.eca.lu/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=13&Itemid=26; consulta a 28 de Março de 2011, às 22.06 h.

ENAT, European Network for Accessible Tourism – Disponível em: http://www.accessibletourism.org/?i=enat.en.who_we_are; consulta a 15 de Março de 2011, às 18.00h.

EUCAN – “*Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA*”, 2003. Doc. PDF, Disponível em: <http://acessibilidade.cm-lisboa.pt/index.php?id=175>; consulta a 08 de Março de 2011, às 15.24 h.

- FEITOSA, A. R. – “*Turismo e Inclusão Social: um estudo sobre as contribuições do Marketing Social para a inclusão das pessoas com deficiência no usufruto do turismo no Brasil*”. Monografia. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas curso de Turismo, 2010. Disponível em: <http://vereadoramaraagabrilli.com.br/files/monografias/turismo.pdf>; consulta a 10 de Março, às 17.00 h.
- IBAM – Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Rio de Janeiro, “*Turismo Social – Diálogos do Turismo uma viagem de Inclusão*”, 2006. Doc. PDF - Disponível em: http://www.redeturis.org/documentos/turismo_acessivel_volumeI.pdf; consulta a 02 de Fevereiro de 2011, às 19.07 h.
- INE – “*Recenseamento da População e Habitação– População residente com deficiência*”, 2001. Quadro Excel, Disponível em: <http://www.ine.pt>; consulta a 26 de Fevereiro de 2011, 22.11 h.
- INE – “*Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001*”, 2001. Disponível em: <http://www.ine.pt>; consulta a 10 de Março de 2011, 22.41 h.
- INR – “*Guia Acessibilidade e Mobilidade para todos. Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto*”. Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2006. Doc. PDF, Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/acessibilidade/GuiaAcessEmobi.pdf>; consulta a 10 de Janeiro de 2011, às 02.06 h.
- INR – “*Lançamento do Programa Rampa*”. Disponível em: <http://www.inr.pt/content/1/1192/lancamento-do-programa-rampa>; consulta a 29 de Setembro de 2011, às 20.30h.
- IPM – “*Colecção Temas de Museologia: Museus e Acessibilidade*”, Doc. PDF, Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.
- IPM – “*Conceito de Acessibilidade*”. Disponível em: <http://www.ipmuseus.pt>; consulta a 3 de Julho de 2010.
- KAMIO, L. e SASSI, O. C. – “*Inclusão Social no Turismo*”, Revista Multidisciplinar da UNIDESP, Saber Académico – nº 9, Junho 2010, pp. 127 – 130. Doc. PDF - Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/revista/revista9/pdf/artigos/11.pdf>; consulta a 11 de Janeiro de 2011, às 00.00 h.

LUMERTZ, J. S. – “*O Turismo e a Diplomacia: na Espanha e no Brasil*”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/17533>; consulta a 30 de Dezembro de 2010, às 18.32 h.

MINISTÉRIO DO TURISMO – “*Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo de Aventura Adaptada (2009)*”, Volume IV. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Doc. PDF - Disponível em: http://www.redeturis.org/documentos/turismo_acessivel_volumeIII.pdf; consulta a 20 de Abril de 2011, às 20.11 h.

MENDES, B. e PAULA, N. – “*A Hospitalidade, o Turismo e a Inclusão Social para Cadeirantes*”, Turismo em Análise, V.19, n.2, Agosto 2008, pp. 330-332; 334-335. Doc. PDF - Disponível em: <http://www.pesquisaemtransportes.net.br/turismoemanalise/index.php/turismoemanalise/article/viewFile/11/11>; consulta a 10 de Janeiro de 2011, às 01.00 h.

OMT, Organização Mundial do Turismo – Disponível em: <http://unwto.org/es>; consulta a 09 de Janeiro de 2011, às 01.46 h.

PEIXOTO, Nuno e NEUMAN, Peter – “*Factores de Sucesso e Propostas de Acções para implementar o “Turismo para Todos”. Relevância Económico-social*”. In, Revista Turismo & Desenvolvimento, Journal of Tourism and Development “*Turismo Acessível*”, 2009, pp.147.

PERFORM ENERGIA & ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO – “*Estudo do Sistema de Transportes de Passageiros e de Turistas do Concelho da Lousã, face às necessidades especiais dos cidadãos com incapacidade*”, 2011.

PÉREZ, Xerardo Pereira – “*Turismo Cultural, Uma visão Antropológica*”, Colección Pasos edita, nº2, 2009, pp 140.

PIRES, Elsa e Luísa, Sara – “*As Cidades Acessíveis: Instrumentos e Metodologias de Intervenção*” Encontro as Cidades Acessíveis – Instrumentos e Metodologias de Intervenção. Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Acção Social, 1998.

POPH / Programa Operacional Potencial Humano – “*Estrutura do Programa*”. Disponível em: <http://www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=376>; consulta a 29 de Setembro de 2011, às 20.08h.

POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território – Disponível em: <http://www.povt.qren.pt/cs2.asp?idcat=1122>; consulta a 29 de Setembro de 2011, às 21.00h.

RESOLUÇÃO ONU n.º 37/52 (1982) – “Programa de Acção Mundial para as Pessoas Deficientes”. Doc. PDF, Disponível em: <http://app.crea-rj.org.br/portalcraev2midia/documentos/resolucaoonu37.pdf>; consulta a 27 de Fevereiro de 2011, às 00.49 h.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA LOUSÃ – “Estudo de Caracterização e Diagnóstico da Deficiência e Incapacidade no Concelho da Lousã”, 2010.

SARAMAGO, A.; LOPES, F.; GAMBOA, T.; GONÇALVES, J.F.A – “Com os olhos no futuro: reflexões sobre o turismo em Portugal”, Lisboa: ICEP, D.L., 2002.

SECRETARIADO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – “Exemplos em Portugal: Acessibilidade / Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência”. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2000.

SERPA e BORGES A. B. – “Acessibilidade para pessoas com deficiência e Inclusão Social no Turismo: a experiência da cidade de Socorro – SP”, Dissertação de Mestrado Profissional em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 29 de Junho 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/3882>; Acesso a 30 de Dezembro de 2010.

SIMÕES, J. Falcato – “Acessibilidade – Um Direito de Cidadania”, In, “Autonomia e Acessibilidade: Fazer uma Cidade para Todos”, Encontro Internacional, Lisboa, 4 e 5 de Dezembro de 2000, Centro de Reuniões da Fil, Parque das Nações. Câmara Municipal de Lisboa. Grafismo, Lda, 2001.

SHIMOSAKAI, Ricardo – “Turismo Adaptado” - Empresa que trabalha para a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no lazer e turismo. Disponível em: <http://turismoadaptado.wordpress.com/2010/11/23/cadeirantes-desenvolvem-os-seus-proprios-roteiros/>; consulta a 08 de Março de 2011, às 13.44 h.

TRINDADE, Bernardo – In, Revista Turismo & Desenvolvimento, Journal of Tourism and Development “Turismo Acessível”, 2009, pp.16.

TURISMO, Portugal – “*Projecto de Turismo Acessível representa Portugal em concurso europeu*”. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt>; consulta a 2 de Janeiro de 2011; às 00.26 h.

COOPERATIVA NACIONAL DE APOIO A DEFICIENTES – “*Turismo Acessível: turismo para todos: guia de referência para profissionais de turismo: uma resposta às necessidades especiais dos turistas com deficiência*”. Lisboa: I.N.R., 2007.

OMT – “*El turismo: un fenómeno económico y social*”. Disponível em: <http://unwto.org/es/about/turismo>; consulta a 10 de Janeiro de 2011, às 22.00 h.

OMT (2009) – “*Estatutos de la Organización Mundial del Turismo*”. Junio. Doc. PDF, Disponível em: <http://unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtostatutesesp.pdf>; consulta a 9 de Janeiro de 2011, às 01.46 h.

OSSATE, One-Stop-Shop for Accessible Tourisme in Europe – “*Accessibility Market and Stakeholder Analysis, 2005*”. University of Surrey United Kingdom, 2005. Doc. PDF, Disponível em : http://www.ossate.org/efa_showcase/reports.htm; consulta a 17 de Julho de 2011, às 01.09 h.

PROTESTE – “*Acesso Condicionado*”. In, Revista DECO PROTESTE nº321, Fevereiro 2011, pp. 12 – 17.

VERDE, Pinus – Associação de Desenvolvimento – “*Aldeias do Xisto – Um Novo Destino no Centro de Portugal*”. In, Revista Turismo & Desenvolvimento, Journal of Tourism and Development “*Turismo Acessível*”, nº 6, 2006, pp95.

Quadro I. Declarações e Convenções Internacionais criadas para pessoas com Deficiência

Declaração / Convenção	Data	Descrição
Convenção nº 111: Sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão	Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho. Reunida, em 4 de Junho de 1958. Data de entrada em vigor: 15 de Julho de 1960	“...Considerando ainda que a discriminação constitui uma violação dos direitos enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adopta, aos vinte e cinco dias de Junho do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, esta Convenção que pode ser citada como a Convenção sobre a Discriminação (Emprego e Profissão), de 1958.”
Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência Mental	Resolução 45/158, de 20 de Dezembro de 1971	A Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental
Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência	Resolução 3447 - XXX, de 9 de Dezembro de 1975	A Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esta Declaração, serviu para solicitar a adopção de medidas em planos nacionais e internacionais para que esta servisse de base e referência comuns, para o apoio e protecção destes direitos.
É declarado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência	1976	A Assembleia Geral declara o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, cujo lema é a plena participação.
Fundo para Ano Internacional	1977	A Assembleia Geral estabeleceu o Fundo para Ano Internacional e obteve \$510,000 dos Estados Membros.
Ano Internacional das Pessoas com Deficiência	1981	Governos, comunidades locais e organizações de pessoas com deficiência levaram a cabo diversas actividades para celebrar este ano.
Convenção nº 159: Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes	1 de Junho de 1983	Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado Internacional do Trabalho – realizada na 69ª reunião. Decreto nº 129, de 22 de Maio de 1991
Primeira abordagem para a elaboração de uma convenção de direitos humanos	1987	Foi realizado em Itália um encontro de peritos para fazer uma revisão, a meio da década. Efectivou-se a primeira abordagem para a elaboração de uma convenção de direitos humanos, mas sem sucesso. A Assembleia Geral discutiu a vantagem de se fazer um

		tratado internacional, mas não chegou a um acordo formal.
Segunda abordagem para a elaboração de uma convenção de direitos humanos	1989	Realizou-se na Suécia, a segunda oportunidade para uma nova Convenção, mas também sem êxito. Desta vez, estabeleceram-se as bases de trabalho para desenvolver as Regras Gerais.
Directrizes de Tallinn	1990	A Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou as Directrizes de Tallinn para o desenvolvimento dos recursos humanos no grupo das pessoas com deficiência.
Protecção dos doentes mentais	1991	A Assembleia Geral adoptou as Bases para a protecção dos doentes mentais e para melhorar a saúde mental.
Dia Internacional das Pessoas com Deficiência	1992	O dia 3 de Dezembro é declarado como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.
Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidade para as Pessoas com Deficiência	Organização das Nações Unidas – ONU Resolução 48/ 96, de 20 de Dezembro de 1993	“Em cumprimento à Resolução 1990/26 do Conselho Económico Social e baseando-se nas medidas específicas, necessárias para a obtenção, por pessoas com deficiência, de igualdade com outras, enumeradas em detalhes no Programa Mundial de Acção, adoptaram as regras sobre a Igualdade de Oportunidades para pessoas com Deficiência”.
Declaração de Salamanca: Diz respeito aos Princípios, Política e Prática em Educação Especial	10 de Junho de 1994 – Estiveram presentes nesta Assembleia, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 Governos e 25 Organizações Internacionais.	No seguimento das várias Declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas “Regras Padrões sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, que demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Foi reafirmado o compromisso para Educação para Todos.
Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência	1998 Resolução 1198/31	A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, aprovou esta Resolução denominada “Os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência”, reconhecendo no seu mandato a sua responsabilidade geral para com as pessoas com deficiência.
Carta para o Terceiro Milénio	Aprovada pela Assembleia Governativa da <i>Rehabilitation International</i> , no dia 9 de Setembro de 1999, em Londres.	“Esta Carta apela aos Países-Membros para que apoiem a promulgação de uma Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como uma Estratégia-chave para atingir os objectivos expressos nesta carta. A implementação destes objectivos constitui uma responsabilidade primordial de cada governo e de todas as organizações não-governamentais e internacionais relevantes”
Comissão Ad Hoc	19 de Dezembro de 2001 Resolução 56/168	A Assembleia Geral aprovou a Resolução apresentada pelo México, resultando na Comissão Ad Hoc, com o

		seguinte mandato: “...Considerar propostas visando uma Convenção Internacional ampla e integral para proteger e promover os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, baseada na aproximação integrada dos trabalhos realizados no campo do desenvolvimento social, direitos humanos e na não discriminação e nas recomendações da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão para o Desenvolvimento Social.”
Declaração Internacional de Montreal sobre a Inclusão	Aprovada pelo Congresso Internacional Sociedade Inclusiva - 2001	Neste Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”, convocado pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho, apelou aos governos, empregadores e trabalhadores e Sociedade Civil para se comprometerem com, e desenvolverem, o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e serviços. Esta parceria tinha como objectivo, a participação de todos, identificar e implementar soluções de estilo de vida que fossem sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e úteis.
Declaração de Madrid	2002	Nesta Declaração estiveram reunidos mais de 600 participantes no Congresso Europeu sobre a Deficiência. Foi proclamado o ano de 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Esta Declaração serviu para constituir em parâmetro conceitual as actividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência tanto a nível da União Europeia como nos níveis regional, nacional e local.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Adoptada pela Assembleia das Nações Unidas no dia 13 de Dezembro de 2006 (Nova Iorque), através da Resolução A/61/611. Decreto Legislativo nº 186, publicado em 10 de Julho de 2008	“O propósito desta Convenção é o promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade.” Foi redigido no Artigo 1º da Convenção que “as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual e sensorial, as quais, em interacção com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efectiva na sociedade com as demais pessoas”.
Convenção e o Protocolo Opcional	30 de Março de 2007	É aberta à assinatura a Convenção e o Protocolo Opcional. 143 Países assinaram a Convenção, tornando-se num número recorde face a outras convenções.
Ratificação formal da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	30 de Julho de 2009	Portugal publicou em Diário da República a ratificação formal da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo opcional. ²⁴

Fonte: Elaboração própria com base em Manual “Novos Olhares sobre a Deficiência”- Associação Portuguesa de Deficientes & http://www.ampid.org.br/Docs_PD/Convencoes_UNU_PD.php.

²⁴ <http://www.inr.pt/content/1/830/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-publicacao-oficial/>

Inquérito por Questionário

Estudo “Turismo Acessível: estudo caso centrado na Lousã ”

O presente inquérito por questionário é realizado no âmbito do estudo para Dissertação de Mestrado do curso - Lazer, Património e Desenvolvimento, da Universidade de Coimbra, sendo o seu acompanhamento orientado pelo Professor Doutor Paulo Carvalho Fernandes Tomás. Os resultados só serão usados para investigação académica.

Agradecemos a sua colaboração e disponibilidade e esperamos que este estudo, contribua para um maior conhecimento e condições de acessibilidades das pessoas com mobilidade reduzida.

Muito Obrigada!

A Mestranda | Cláudia Nunes (xana-nunes@iol.pt)

1. **O seu contacto de e-mail:** _____
2. **Nacionalidade:** _____
3. **Sexo:** Feminino Masculino
4. **Idade:** _____ anos.
5. **Qual é o seu Concelho de residência?** _____
6. **Qual é o seu Estado Civil?** Solteiro Casado Divorciado Viúvo União de facto
7. **Indique o tipo de espaço que habita?** Casa própria Casa de amigos Casa alugada Casa de familiares. Outra. Qual? _____
8. **Qual o seu nível de escolaridade?** Nenhum Ensino básico 1º Ciclo (actual 4º ano / antiga 4ª classe)
 Ensino básico 2º Ciclo (actual 6º ano / antigo ciclo preparatório) Ensino básico 3º Ciclo (actual 9º ano / antigo 5º liceal) Ensino Secundário (actual 12º ano / antigo 7º ano liceal / ano Propedêutico)
Ensino pós-Secundário (cursos de especialização tecnológica, nível IV) Bacharelato (antigos cursos médios). Qual? _____ Freqüência Universitária Licenciatura. Qual? _____
Pós-Graduação Mestrado Doutoramento Outra. Qual? _____
9. **Qual a sua Profissão?** _____
10. **Que tipo de Deficiência ou incapacidade possui?**
Cegueira Surdez Lesão Medular (para) Lesão Medular (tetra) Outro tipo de Deficiência Visual Outro tipo de Deficiência Auditiva Nanismo Malformação Óssea Paralisia Cerebral Amputação de Membro superior Amputação de Membro inferior Prefiro não responder Outra. Qual? _____

11. Qual a causa da Deficiência ou problema de incapacidade?

Alguns problemas com a idade avançada Nasceu com a deficiência Acidente / deficiência adquirida Prefiro não responder Outra. Qual? _____

12. Usa algum tipo de ajuda para se deslocar? Nenhuma Bengala Canadiana (s) Andarilho Cadeira de Rodas manual Cadeira de Rodas eléctrica Prótese Cão Guia Apoio de outra pessoa Prefiro não responder Outra. Qual? _____

13. Quanto em percentagem usa cadeira de rodas ou outra ajuda de mobilidade?

100% 75 – 100% 50 – 75% 25 – 50% 0 – 25%

14. Costuma viajar? Sim Não

15. No caso de afirmativo. Com que frequência viaja num ano? Nunca viajo Só viajo no meu País

Viajo para o estrangeiro 1 vez 1 a 2 vezes 3 a 4 vezes 4 a 6 vezes 7 ou mais

16. Costuma viajar em que temporada do ano? Época Baixa Época Alta

17. Tem ajuda de alguém durante a viagem? Sozinho Com familiares Com amigos Agência de viagens Operador Turístico Integrado numa Instituição Prefiro não responder Outra. Qual? _____

18. A razão principal de viajar é? Férias / Prazer Trabalho Ambos

19. Para si é relevante a informação do alojamento?

	Irrelevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante	Extremamente relevante
	1	2	3	4	5
Mapa do Quarto					
Fotografias do quarto					
Mapa da Casa de banho					
Tipo de porta					
Detalhes da entrada principal					
Altura da cama					
Altura do armário					
Espaço existente junto à cama					
Interruptor junto à cama					
Informação sobre o elevador					
Acessibilidade do estacionamento					
Sistema de alarme no quarto					
Sistema luminoso no quarto					
Cadeira de rodas no duche					

20. Como pensa encontrar a informação da pergunta anterior?

- Recomendação de alguém com uma deficiência semelhante à minha Recomendação de amigo
Facebook ou outras redes sociais / Fóruns / blogues Páginas Web específicas Guias de viagens
Agências de viagens / Operadores Turísticos Associações para deficientes Postos de Turismo
Difícil encontrar a informação Outra. Qual? _____

21. No seu entender, acha que Portugal está mais acessível “A Todos” nos dias de hoje?

	Inacessível	Pouco acessível	Acessível	Muito acessível	Extremamente acessível
	1	2	3	4	5
Ruas e passeios					
Estacionamento reservado para pessoas com deficiência					
Instalação Sanitária acessível					
Acessibilidade nos cafés / restaurantes					
Acessibilidade a edifícios públicos					
Transportes públicos					
Informação acessível					
Monumentos					
Museus					
Praias					
Espaços públicos					
Postos de Turismo					

Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”

22. O que acha deste Projecto? Razoável Bom Muito Bom Mau

23. Como teve conhecimento deste Projecto? Por familiares Por amigos Por Instituições Públicas Por Internet Outra. Qual? _____

24. Na sua opinião, acha a Vila da Lousã uma Vila acessível a todos? Sim Não

25. O que acha da iniciativa “Descida da Serra da Lousã em cadeira de rodas”?

Razoável Bom Muito Bom Mau

26. Já faz esta descida desde quando? Nunca desci É a primeira vez Desde a 1ª edição (2006)

Outra. Qual? _____

27. Sente-se seguro a fazer esta descida?

Nenhuma segurança	2	3	4	Muita segurança
1				5

28. Pratica outro tipo de Desporto? Sim Não

29. Se respondeu positivamente à resposta anterior, diga qual ou quais? _____

30. Já participou noutras iniciativas, organizadas pelo Município da Lousã? Sim Não

31. Se respondeu positivamente à pergunta anterior, diga qual ou quais?

32. Que sugestões daria, para tornar a Vila da Lousã ainda mais acessível “a Todos”?

Muito Obrigada pela sua colaboração.

Parque Natural do Sul da Floresta Negra Acessível para Todos

Nome da Administração: Parque Natural do Sul da Floresta Negra

Local da Sede | País: *Feldberg* / Alemanha

Ano de Início do Projecto: 2005

Data de Fim do Projecto: Não definido

Descrição: Foram desenvolvidos projectos e acções: 1) Análise Swot de 7 pontos de interesse; 2) Seminários de Qualificação e formação para dar resposta aos diferentes agentes da região; 3) foram realizadas conferências públicas com associações relevantes, os políticos e a imprensa.

Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura I. Estudo de Caso de sucesso do Parque Natural do Sul da Floresta Negra Acessível para Todos

Fotografia I. Passagem acessível



Fotografia II. Elevador acessível



Fotografia III. Barco acessível para cadeiras rodas



Fotografia IV. Torre para observação da natureza – Copa das árvores



Fotografias I,II,III e IV: Fonte: <http://www.naturpark-suedschwarzwald.de/>

Gestão de Acessibilidades na cidade de Barcelona

Nome da Administração: Município de Barcelona

Local da Sede | País: Barcelona / Espanha

Ano de Início do Projecto: 1980

Data de Fim do Projecto: Não definido

Descrição: Houve sistematicamente um melhoramento na acessibilidade e com resultados práticos. O progresso tem sido muito significativo, mas também tem ameaças e aspectos que podem ser melhorados.

Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura II. Estudo de Caso de sucesso no Município de Barcelona: Gestão de acessibilidades

Fotografia V. Calçada acessível em Barcelona



Fonte:
<http://maonarodablog.com.br/2008/06/12/calçada-em-barcelona-presentinho-pra>

Fotografia VI. Transporte público com acessibilidades para deficientes



Fonte:
http://www.tmb.net/es_ES/barcelona/bonviatge/transportperatothombus.jsp

Fotografia VII. Parque infantil adaptado a crianças com deficiências



Fonte:
<http://viajantecronica.com/2010/02/16/acessibilidade-nota-10/>

Acessibilidade de percursos e edifícios públicos em *Saronno*

Nome da Administração: *Comune di Saronno (Varese - Itália)*

Local da Sede | País: *Saronno / Itália*

Ano de Início do Projecto: 1994

Data de Fim do Projecto: 2006

Descrição: "Em 1994, 30 edifícios públicos foram analisados, sendo planeadas e levadas a cabo várias intervenções prioritárias. Depois de 10 anos, o trabalho planeado foi executado em todos os edifícios. O que é particularmente inovador neste projecto é que pela primeira vez foi definido que cada edifício público deveria ser ligado por uma rede de percursos públicos acessíveis".

Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura III. Estudo de Caso de sucesso da Acessibilidade de percursos e edifícios públicos em *Saronno*, Itália



Fonte: <http://www.fisdir.lombardia.it/fisdir/saronno-nuota-con-la-fisdir.html>

Figura IV. Cartaz do 3º Encontro da cidade de *Saronno* para atletas com deficiência

"Percurso de vida" para os edifícios e acessibilidade urbana

Nome da Administração: Municipalidade de *Lodi* (Milão - Itália)

Local da Sede | País: *Lodi* / Itália

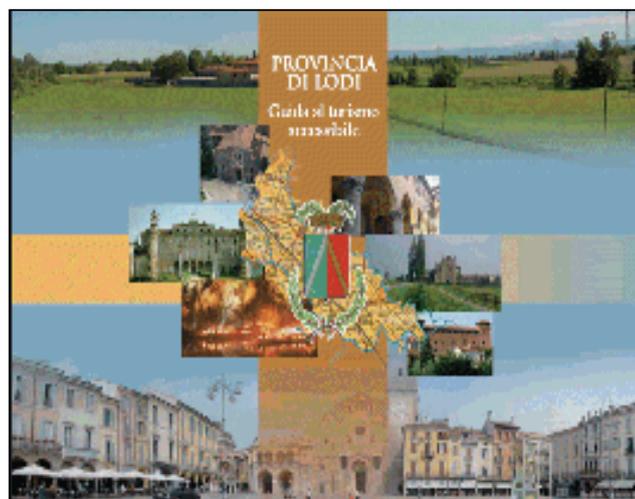
Ano de Início do Projecto: 2006

Data de Fim do Projecto: 2008

Descrição: O objectivo deste projecto foi "melhorar e implementar o Plano local para a eliminação de barreiras arquitectónicas, através de um estudo empírico das barreiras existentes". Foi criado um Grupo de trabalho composto por associações de pessoas com deficiência que analisaram os obstáculos que enfrentam no dia a dia e Instituto Técnico onde os estudantes puderam completar a sua formação com um projecto específico nesta área.

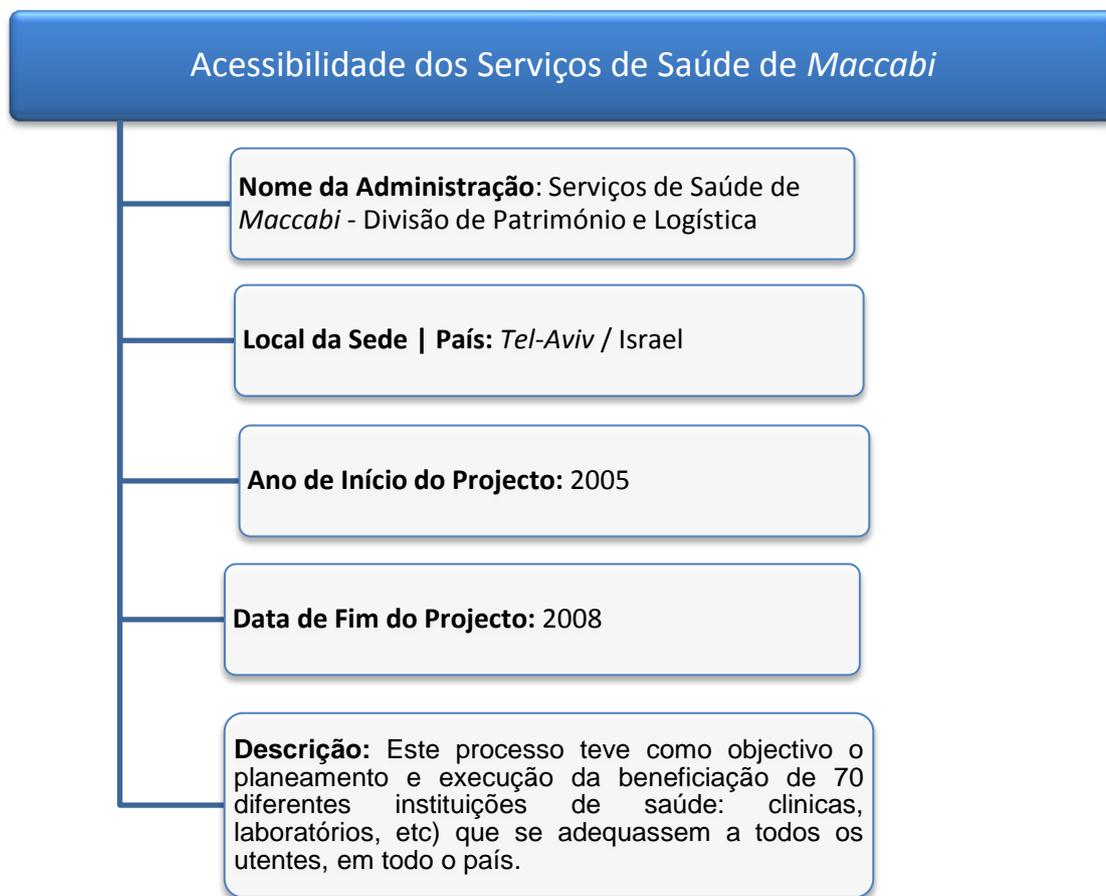
Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura V. Estudo de Caso de sucesso "Percurso de Vida" para os edifícios e acessibilidade urbana em *Lodi*, Itália



Fonte: http://www.turismo.provincia.lodi.it/TPL_categorie_generica.asp?IDCategoria=679

Figura VI. Capa de um guia acessível - Província de *Lodi*



Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura VII. Estudo de Caso de sucesso da acessibilidade dos Serviços de Saúde de *Maccabi*, Israel

Acessibilidade nos serviços de Caminhos de Ferro do Luxemburgo

Nome da Administração: *Société des Chemins de Fer Luxembourgeois (CFL)*

Local da Sede | País: Luxemburgo / Luxemburgo

Ano de Início do Projecto: 2007

Data de Fim do Projecto: A decorrer

Descrição: O objectivo deste projecto é "tornar o máximo de elementos infraestruturais e organizacionais acessíveis".

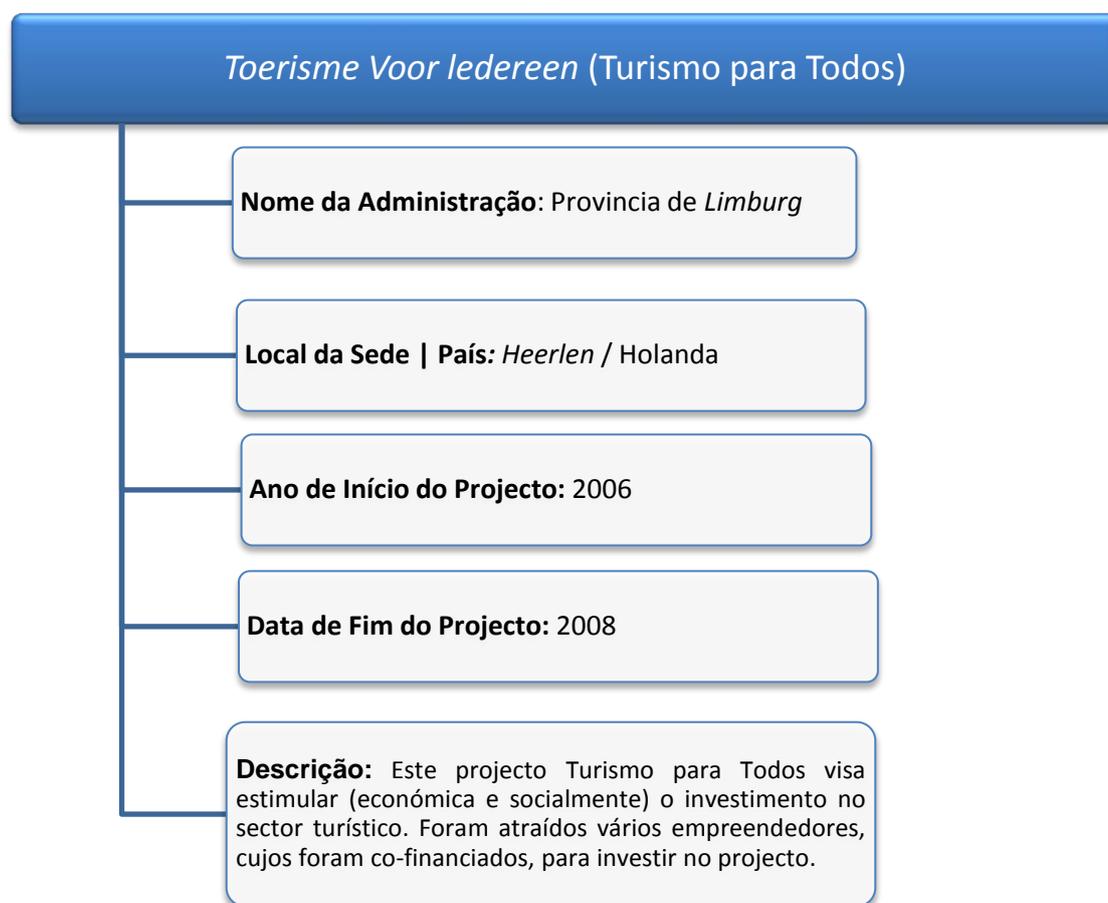
Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura VIII. Estudo de Caso de sucesso da acessibilidade nos Serviços de Caminhos de Ferro do Luxemburgo

Fotografia VIII. Caminhos de Ferro do Luxemburgo

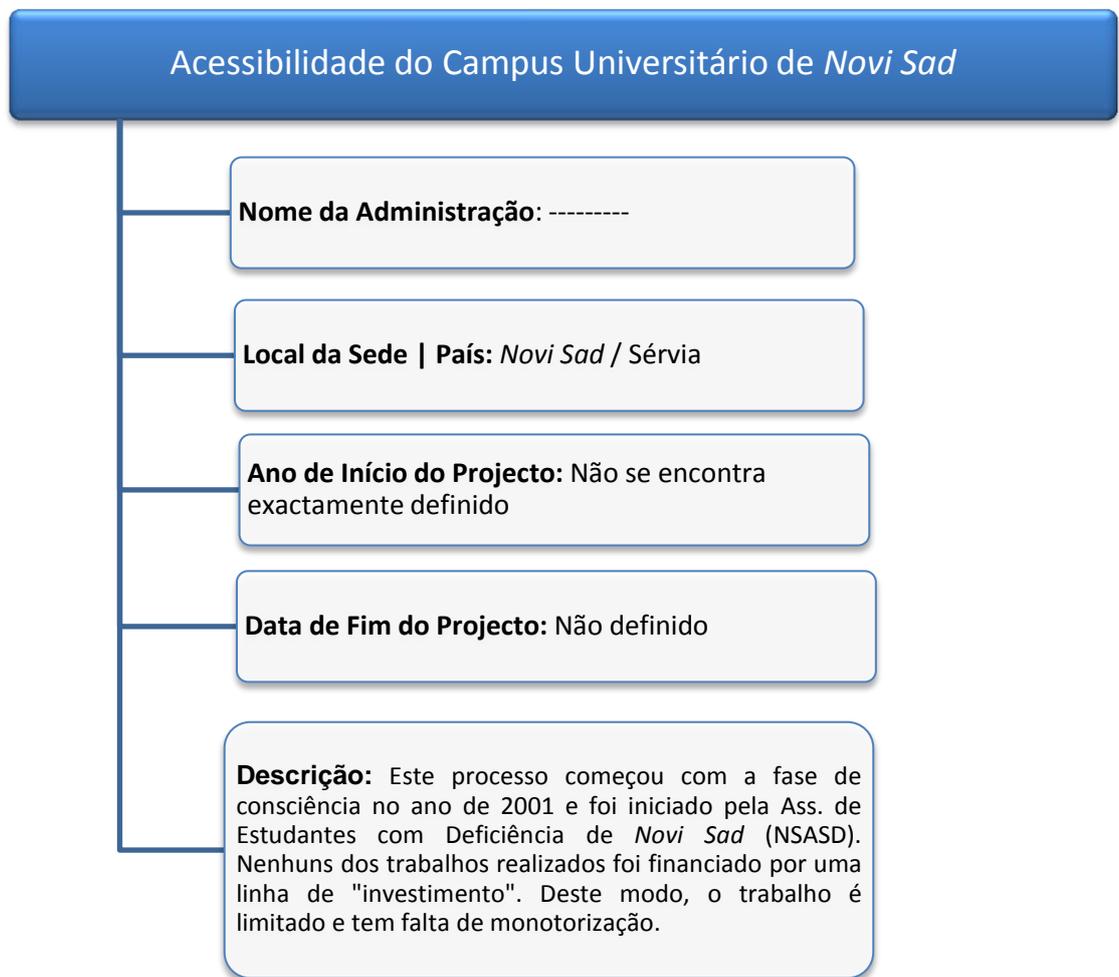


Fonte: <http://www.cfl.lu/CFLInternet/Espaces/01EspaceVoyageurs>



Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura IX. Estudo de Caso de sucesso em Turismo para Todos em *Heerlen*,
Holanda



Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura X. Estudo de Caso de sucesso da acessibilidade do Campus Universitário de Novi Sad, Sérvia

Acessibilidade do Edifício *Belliard* - Bruxelas

Nome da Administração: Comité Económico e Social Europeu (CESE)

Local da Sede | País: Bruxelas / Bélgica

Ano de Início do Projecto: 2003

Data de Fim do Projecto: 2003

Descrição: Projecto de *Design for All* do Edifício *Belliard* (Sede da CESE e da COR (Comité das Regiões)). Em 2002 foi anunciado um concurso público para verificar a acessibilidade do Edifício. Quem ganhou o concurso foi o *Arquitecto & Designer Mitzi Bollani* perito em *Design for All*. Todos os espaços do edifício foram tornados acessíveis.

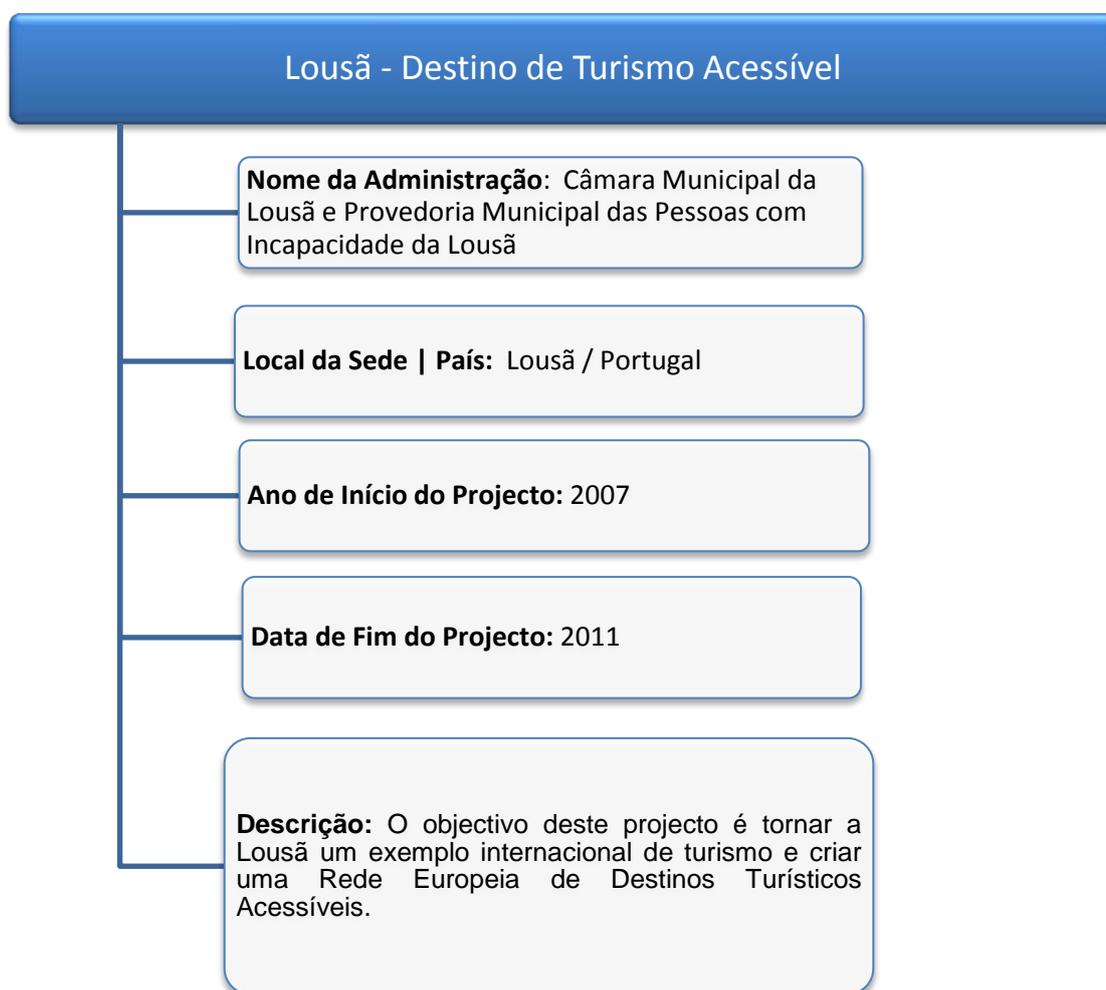
Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura XI. Estudo de Caso de sucesso da acessibilidade do Edifício *Belliard* em Bruxelas, Bélgica

Fotografia IX. Edifício *Belliard*



Fonte: <http://www.mitzibollani.com/architettura.html>



Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura XII. Estudo de Caso de sucesso “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, Portugal



Fonte: http://www.cm-lousa.pt/turismo/turismo_acessivel.htm

Figura XIII. Logo do Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”

A região modelo Turismo para Todos da Floresta de *Thuringian*

Nome da Administração: Associação do Parque Natural da Floresta de *Thuringian*

Local da Sede | País: *Friedrichshöhe* / Alemanha

Ano de Início do Projecto: 2001

Data de Fim do Projecto: 2006

Descrição: O objectivo deste projecto foi desenvolver uma região rural e montanhosa como exemplo em Turismo para Todos como padrão de qualidade. Durante o período de vigência do projecto, foram realizados 25 projectos em toda a cadeia de serviço turístico. Participaram várias instituições: Universidades; consultores; agentes turísticos e associações de pessoas com deficiência.

Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura XIV. Estudo de Caso de sucesso no Parque Natural da Floresta de *Thuringian*, Alemanha

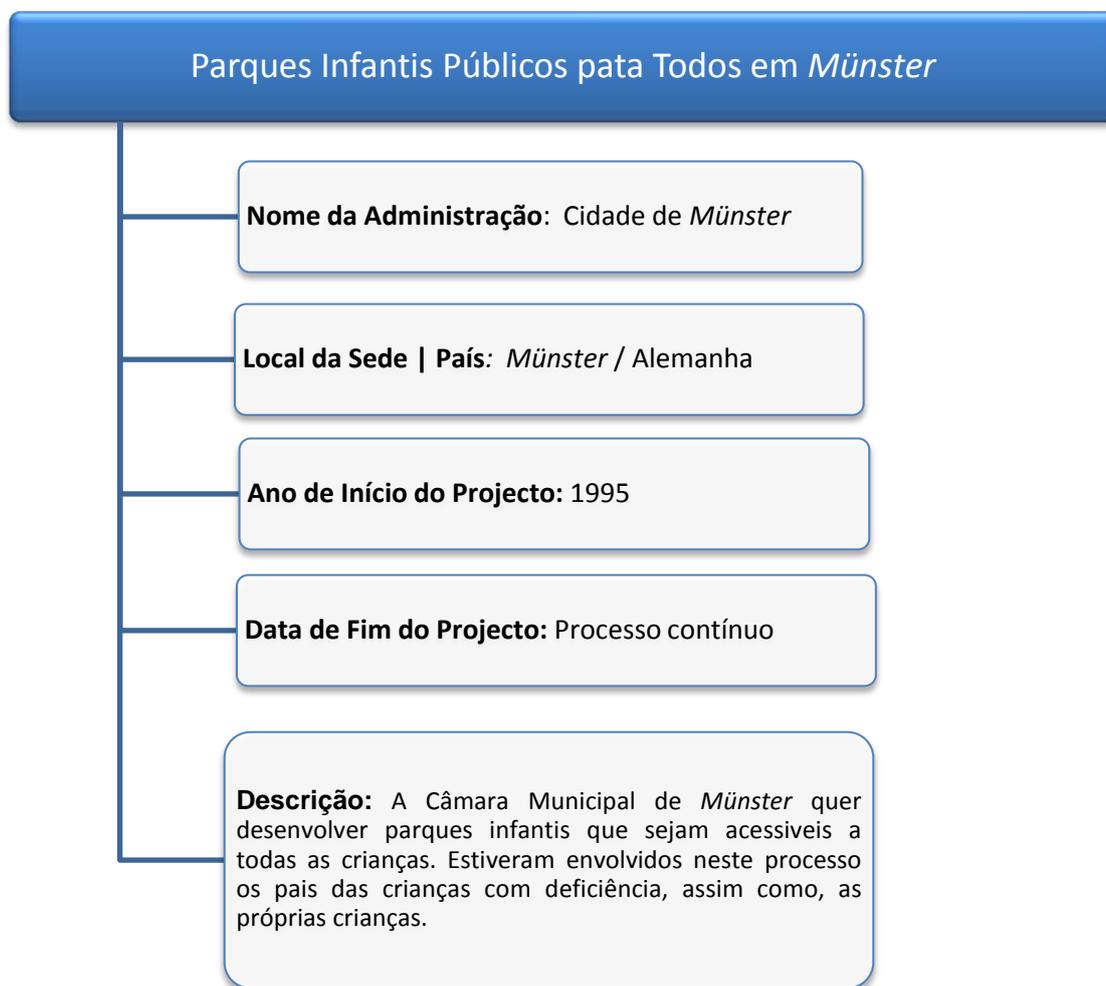
Fotografia X. Ciclovía - Floresta de *Thuringian*



Fotografia XI. Percurso Pedestre - Floresta de *Thuringian*

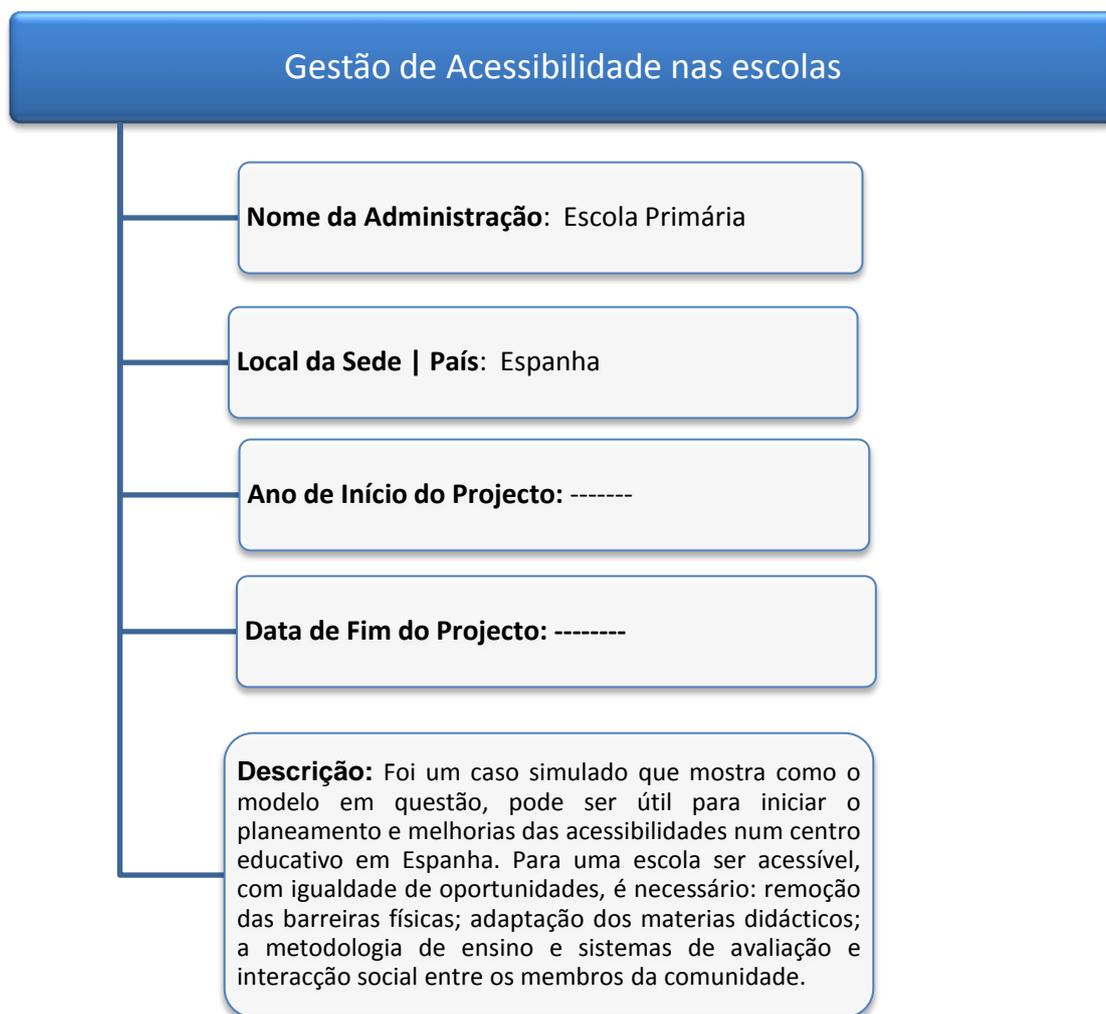


Fonte: <http://www.fh-erfurt.de/fhe/en/vur/competencies/topics/environmental-sustainability-and-environmental-impact/>



Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

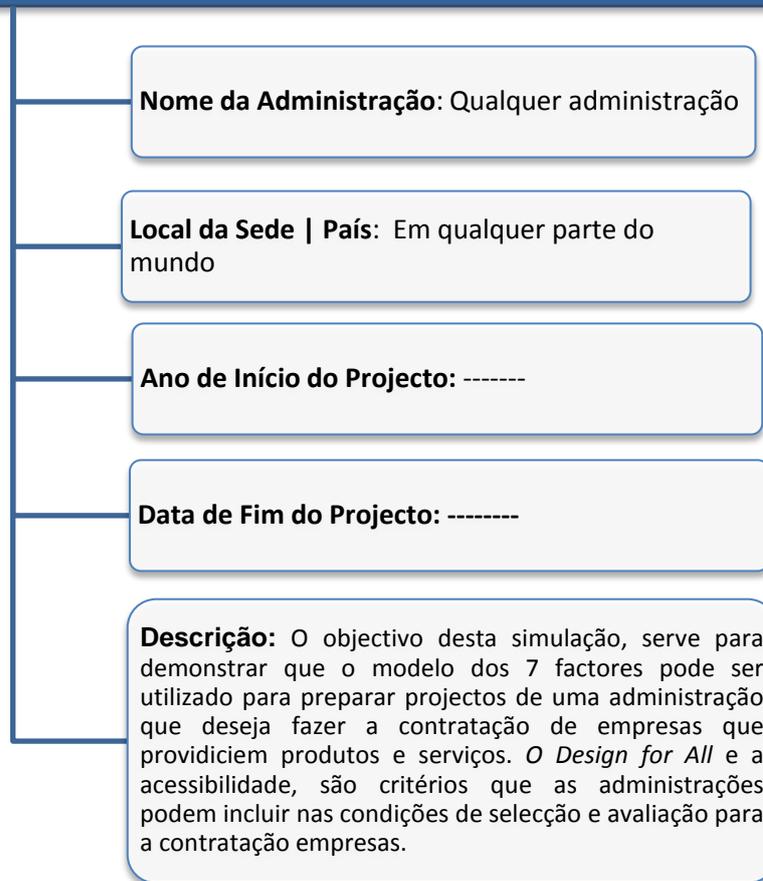
Figura XV. Estudo de Caso de sucesso dos parques infantis públicos na cidade de *Münster*, Alemanha



Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

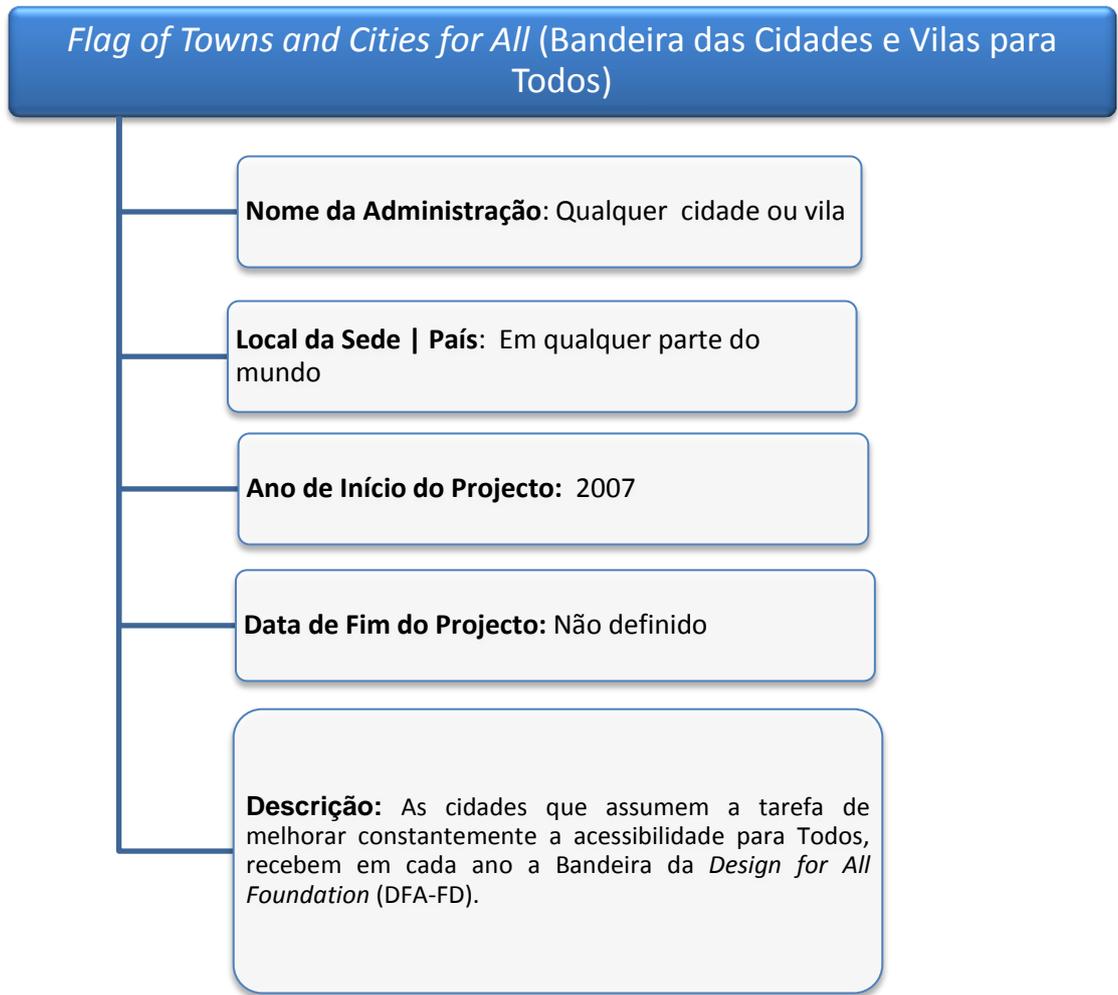
Figura XVI. Estudo de Caso simulado para a gestão de acessibilidade nas escolas, Espanha

Inclusão de critérios de *Design for All* na contratação pública



Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura XVII. Estudo de Caso simulado para a inclusão dos critérios de *Design for All*



Fonte: Elaboração própria com base em Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações (2008).

Figura XVIII. Estudo de Caso “Bandeira das Cidades e Vilas para Todos”

Índices

Índice de Figuras

	Página
Figura 1. Necessidade/Exigências das pessoas com deficiência	15
Figura 2. Pessoas com deficiência em Portugal por tipologia de deficiência, em 2001	29
Figura 3. Critérios analisados às áreas exterior e interior nos edifícios públicos em Portugal (2011)	31
Figura 4. Painel informativo do Percurso da Aldeia do Xisto de Gondramaz	37
Figura 5. Abordagem de <i>Design for All</i> : Factores Interdependentes de Sucesso (ISF)	41
Figura 6. Mapa de Portugal com a localização do concelho da Lousã NUTS III	49
Figura 7. Mapa da Região Centro com a localização do concelho da Lousã NUTS III	49
Figura 8. Mapa do concelho da Lousã	50
Figura 9. Mapa das Freguesias do concelho da Lousã	50
Figura 10. Mapa da Rede das Aldeias do Xisto, com destaque para o concelho da Lousã	54
Figura 11. Património arquitectónico classificado (número de imóveis), no concelho da Lousã, em 2011	58
Figura 12. Modelo de Gestão do Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”	60
Figura 13. Estrutura de Missão – Protocolo com Agentes Turísticos locais, 2009	63
Figura 14. Escapadinha no concelho da Lousã, segundo a <i>Accessible Portugal</i> (2011)	73
Figura 15. Enquadramento espacial das intervenções de SIAU na Lousã	74
Figura 16. Certificado de Destino de Turismo Acessível – Lousã, 2011	79
Figura 17. Idade dos inquiridos na Descida de Cadeira de Rodas, 2011	82
Figura 18. Necessidades mais relevantes dos inquiridos em termos de alojamento (2011)	83
Figura 19. Acessibilidade em Portugal, segundo os inquiridos (2011)	85

Índices

Índice de Fotografias

	Página
Fotografia 1. Placa de inauguração do Caminho do Xisto	
Acessível – Gondramaz	36
Fotografia 2. Mapa em Braile do Caminho do Xisto Acessível – Gondramaz	36
Fotografias 3, 4 e 5. Caminho do Xisto Acessível – Gondramaz	37
Fotografias 6 e 7. Pavimento Sensorial (Gondramaz)	38
Fotografia 8. Casa de banho adaptada (Gondramaz)	38
Fotografia 9. <i>Workshop</i> de esculturas de papel – Loja do Xisto do Candal	65
Fotografias 10 e 11. Slide – Parque de Campismo de Serpins Canoagem – Rio Ceira	65
Fotografia 12. Percurso Pedestre – Praia Fluvial da Sr ^a . da Graça	66
Fotografia 13. Kart Adaptado – Aeródromo da Lousã	66
Fotografia 14. Aldeia do Xisto do Candal	67
Fotografias 15 e 16. Aldeia do Xisto da Cerdeira – “Elementos à Solta”	67
Fotografias 17 e 18. Visita ao Convento Santa Clara-a-Velha	68
Fotografia 19. Praia Fluvial da Bogueira	68
Fotografia 20. Baptismo de Mergulho – Piscina Municipal da Lousã	69
Fotografia 21. Praias Fluviais de N ^a Sr ^a da Piedade e da Bogueira	69
Fotografia 22. Experiência de Kart e 4x4 Brama dos Veados <i>Workshop</i> do Pão	70
Fotografia 23. <i>Workshop</i> de Cogumelos Passeio pela Ermida de N ^a Sr ^a da Piedade Feira do Mel	71
Fotografia 24. Requalificação urbanística da Rua da Viscondessa do Espinhal	74
Fotografia 25. Requalificação urbanística da Rua Dr. António Lemos	74
Fotografia 26. Requalificação de Espaços de Lazer da Praia Fluvial da Sr ^a . da Graça (Serpins)	75
Fotografia 27. Requalificação de Espaços de Lazer da Praia Fluvial da Sr ^a . da Piedade (Lousã)	75

Fotografia 28. Requalificação de Equipamentos Intervenção no Cinema Municipal da Lousã	76
Fotografia 29. Requalificação de Equipamentos Intervenção na Escola do Casal de Ermio	76
Fotografia 30. Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas, 2011	81

Índices

Índice de Quadros

	Página
Quadro 1. Estudos realizados no âmbito do Turismo para pessoas com Mobilidade Reduzida	17-18
Quadro 2. Envelhecimento da população na União Europeia (2005 – 2025)	26
Quadro 3. População que necessita de requisitos de acessibilidade em 27 Países Europeus	27
Quadro 4. População residente em Portugal com deficiência, por sexo e tipologia de deficiência, em 2001	30
Quadro 5. Projecto “Praia Acessível – Praia para Todos”: praias acessíveis em 2005-2011	34
Quadro 6. Projecto “Praia Acessível – Praia para Todos”: praias com equipamento de acesso à água (cadeira de rodas anfíbia) em 2010- 2011	35
Quadro 7. Critérios para que uma praia tenha o galardão de Praia Acessível	35
Quadro 8. Síntese dos Casos de sucesso para Administrações (2008)	42-43
Quadro 9. Actividades de lazer no concelho da Lousã	52
Quadro 10. Empresas de animação turística sediadas na Lousã	53
Quadro 11. Inventário do património arquitectónico classificado, no concelho da Lousã, em 2011	56-58
Quadro 12. Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade, no concelho da Lousã, em 2008	60-62
Quadro 13. Montante de investimento no âmbito do Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, 2011	63
Quadro 14. Auditorias realizadas aos espaços de oferta turística da Lousã	79

Índices

Índice de Figuras (Anexo)

	Página
Figura I. Estudo de Caso de sucesso do Parque Natural do Sul da Floresta Negra Acessível para Todos	108-109
Figura II. Estudo de Caso de sucesso no Município de Barcelona: Gestão de acessibilidades	110
Figura III. Estudo de Caso de sucesso da Acessibilidade de percursos e edifícios públicos em <i>Saronno</i> , Itália	111
Figura IV. Cartaz do 3º Encontro da cidade de <i>Saronno</i> para atletas com deficiência	111
Figura V. Estudo de Caso de sucesso “Percursos de Vida” para os edifícios e acessibilidade urbana em <i>Lodi</i> , Itália	112
Figura VI. Capa de um guia acessível - Província de <i>Lodi</i>	112
Figura VII. Estudo de Caso de sucesso da acessibilidade dos Serviços de Saúde de <i>Maccabi</i> , Israel	113
Figura VIII. Estudo de Caso de sucesso da acessibilidade nos Serviços de Caminhos de Ferro do Luxemburgo	114
Figura IX. Estudo de Caso de sucesso em Turismo para Todos em <i>Heerlen</i> , Holanda	115
Figura X. Estudo de Caso de sucesso da acessibilidade do Campus Universitário de <i>Novi Sad</i> , Sérvia	116
Figura XI. Estudo de Caso de sucesso da acessibilidade do Edifício <i>Belliard</i> em Bruxelas, Bélgica	117
Figura XII. Estudo de Caso de sucesso “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, Portugal	118

	Página
Figura XIII. Logo do Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”	118
Figura XIV. Estudo de Caso de sucesso no Parque Natural da Floresta de <i>Thuringian</i> , Alemanha	119
Figura XV. Estudo de Caso de sucesso dos parques infantis públicos na cidade de <i>Münster</i> , Alemanha	120
Figura XVI. Estudo de Caso simulado para a gestão de acessibilidade nas escolas, Espanha	121
Figura XVII. Estudo de Caso simulado para a inclusão dos critérios de <i>Design for All</i>	122
Figura XVIII. Estudo de Caso “Bandeira das Cidades e Vilas para Todos”	123

Índices

Índice de Fotografias (Anexo)

	Página
Fotografia I. Passagem acessível	108
Fotografia II. Elevador acessível	108
Fotografia III. Barco acessível para cadeiras rodas	109
Fotografia IV. Torre para observação da natureza – Copa das árvores	109
Fotografia V. Calçada acessível em Barcelona	110
Fotografia VI. Transporte público com acessibilidades para deficientes	110
Fotografia VII. Parque infantil adaptado a crianças com deficiências	110
Fotografia VIII. Caminhos de Ferro do Luxemburgo	114
Fotografia IX. Edifício <i>Belliard</i>	117
Fotografia X. Ciclovía - Floresta de <i>Thuringian</i>	119
Fotografia XI. Percurso Pedestre - Floresta de <i>Thuringian</i>	119

Índices

Índice de Quadros (Anexo)

Página

Quadro I. Declarações e Convenções Internacionais criadas para
pessoas com deficiência

101-103

Índice

Índice Geral

	Página
Agradecimentos	3-4
Dedicatória	5
Resumo	6
Abstract	7
Lista de Siglas e Abreviaturas	8
1. Introdução	9-11
2. O Conceito de Turismo Acessível	12-20
3. Preocupações e referências internacionais relacionados com pessoas com deficiência e Turismo Acessível	21-27
4. Pessoas com deficiência, acessibilidades de pessoas com mobilidade reduzida e Turismo Acessível em Portugal	28-39
5. Casos de sucesso no âmbito do conceito europeu de acessibilidades para administrações	40-48
6. Lousã, Destino de Turismo Acessível	49
6.1 Enquadramento Territorial da Lousã	49-50
6.2 Património Natural	51-55
6.3 Património Histórico/Cultural	55-59
6.4 Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”	59-73
6.5 Soluções Integradas de Arquitectura e Urbanismo	73-76
6.6 Certificação do Destino de Turismo Acessível	77-79
6.7 Descida da Serra da Lousã em Cadeira de Rodas	80-86
7. Conclusão	87-93

	Página
Bibliografia	94-100
Anexos	
Anexo 1 – Quadros	101-103
Anexo 2 – Inquéritos	104-107
Índices	
Índice de Figuras	124
Índice de Fotografias	125-126
Índice de Quadros	127
Índice de Figuras (Anexo)	128-129
Índice de Fotografias (Anexo)	130
Índice de Quadros (Anexo)	131
Índice Geral	132-133